

o mundo crítico

Revista de
Desenvolvimento
e Cooperação

n.13
Mar 2026



Informalidade
e Economia(s)
da Vida

] mundo [crítico [

Revista de
Desenvolvimento
e Cooperação

É frequente apontar-se a informalidade como uma marca distintiva do Sul Global, considerando que em contextos considerados subdesenvolvidos grande parte da economia e do trabalho ocorre fora do controlo estatal e fiscal. O debate intensifica-se quando se discutem as suas causas e soluções. Será a informalidade um problema de atraso económico que deve ser formalizado? Ou será, pelo contrário, uma reação legítima e ágil contra burocracias e falhas do sistema formal? A informalidade não é um bloco único, mas um gradiente que abrange sectores diferentes e muitas vezes vitais do tecido sócio-económico das sociedades. Cabe perguntar: a informalidade é uma falha a corrigir ou uma manifestação vital e criativa da sobrevivência social e ligada à(s) economia(s) da vida?

Nesta edição propõe-se uma leitura do tema visto a partir de vários ângulos e contextos. Na *Conversa Imperfeita*, Carmeliza Rosário e Matteo Rizzo discutem o tema da informalidade a partir das suas experiências de pesquisa no terreno e através da lente dos estudos do desenvolvimento, da antropologia social e da crítica feminista. Rogério Roque Amaro reflecte sobre a economia informal como valor e sobre o seu importante cruzamento com a economia solidária, apresentando o caso das Feiras Francas. Fernando Pacheco e Francisco Paulo escolhem Angola como lugar de enunciação sobre o tema da informalidade, reconstruindo as trajectórias históricas do sector informal e propondo algumas soluções políticas para reduzir a sua incidência. Carlos Lopes fala do caso dos transportes urbanos em Luanda e da sua articulação com as questões da informalidade. Antonio Pezzano explora a governança real das políticas sobre o comércio informal na cidade de Joanesburgo, com base em pesquisas empíricas participativas realizadas em várias fases. Marianna Leite aborda o tema da economia da vida numa perspectiva de reconhecimento do potencial transformador das economias baseadas nos direitos. Já Raul Mendes Fernandes oferece-nos uma panorâmica dos sectores informais da economia na Guiné-Bissau, apresentando o caso dos mercados e da venda de peixe. O fotógrafo Brecht De Vleeschauwer é o autor do Ensaio fotográfico “Afegãos no Irão: informalidade e falsa proteção” que relata como a economia informal acaba por ser a única fonte de rendimento para refugiados que não têm hipótese de aceder ao mercado de trabalho formal. E, por fim, na secção das Narrativas, Cosmas A.Ba-Ana-Itenebe fala das economias informais dos deslocados na Nigéria.

Índice

6 / Autores

Conversas imperfeitas

12 / As várias nuances da informalidade -
poder, invisibilidade e género

Matteo Rizzo e Carmeliza Rosário

Saber e circunstâncias

36 / Para uma reabilitação de uma
certa economia informal,
ou contra a perseguição de
toda a economia informal

Rogério Roque Amaro

52 / A informalidade laboral em
Angola e a economia(s) da vida

Fernando Pacheco E Francisco Paulo

65 / Normas em confronto:
transportes urbanos informais
e regulação em Luanda

Carlos M. Lopes

79 / O comércio informal no centro
de Joanesburgo: governança real,
informalidade e cidadania nos
espaços urbanos

Antonio Pezzano

93 / Economia da vida: o mito das
economias informais e a mudança
epistémica para economias plurais
baseadas em direitos

Marianna Leite

106 / Lugares do informal,
lugares em movimento

Raul Mendes Fernandes

Modos de ver

122 / Afegãos no Irão: informalidade
e falsa proteção

Brecht De Vleeschauwer

Narrativas

136 / Onde o Estado termina:
por dentro das economias
informais dos deslocados
da Nigéria

Cosmas A. Ba-Ana-Itenebe

Escaparate

144 / Manual de Direitos Humanos

Livia Apa

145 / DESAFIOS – Observatório da
Mulher na Guiné-Bissau

Ana Filipa Oliveira

146 / Conselho Editorial

147 / Conselho Consultivo

Autores

Conversas imperfeitas



CARMELIZA ROSÁRIO

É uma antropóloga social com investigação na liderança consuetudinária feminina e na produção de conhecimento descolonial. Faz parte da rede GETSPA, uma rede pan-africana de investigadores que desenvolvem resultados de conhecimento para políticas sociais transformadoras de género em todo o continente africano. Nesta rede, está a trabalhar no caso moçambicano relacionado com a crise da dívida e a política social em África.



MATTEO RIZZO

Senior Lecturer de Estudos de Desenvolvimento na SOAS University of London. Em 2017 publicou pela Oxford University Press *Taken for a Ride: Grounding Neoliberalism, Precarious Labour, and Public Transport in an African Metropolis*. Trabalha sobre capitalismo digital, as aplicações de transporte privado e o seu impacto no trabalho, através de uma investigação de métodos mistos em três cidades africanas: Dar es Salaam, Joanesburgo e Nairobi.

Saber e circunstâncias



ROGÉRIO ROQUE AMARO

Professor Associado do Departamento de Economia Política do ISCTE - IUL / Instituto Universitário de Lisboa, é doutorado em Análise e Planeamento do Desenvolvimento pela Université des Sciences Sociales II, Grenoble (França). Tem desenvolvido e apoiado vários projectos de intervenção comunitária e Economia Solidária em diferentes zonas do país e do mundo.



FERNANDO PACHECO

Agrónomo de formação, co-fundou a ADRA, uma das maiores organizações não governamentais, vocacionada para o desenvolvimento rural, social, económico e ambiental e o Observatório Político e Social de Angola. Entre 2018 e 2022, foi indicado membro do Conselho da República de Angola. É cronista do Novo Jornal.



FRANCISCO PAULO

Doutorado em Economia pelo ISCTE Business School, com formação académica e experiência profissional nas áreas de políticas macroeconómicas, tributação, desenvolvimento económico e relações internacionais. Atualmente, é investigador Assistente na Business Research Unit (BRU-ISCTE) e no Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (CEIC-UCAN).



CARLOS M. LOPES

PhD em Estudos Africanos Interdisciplinares (2008), e Licenciado em Economia (1982). Coordenador ou investigador em diversos projectos de investigação sobre os PALOP. Docente do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas do ISPTEC; Investigador do CEAsA-ISEG; CICS-ISPTEC; CEJES-UAN. Área de pesquisa das Ciências Sociais, e em particular em Angola, com a economia informal como principal objecto de estudo.



ANTONIO PEZZANO

É professor Associado de História e Instituições Africanas na Universidade de Nápoles L'Orientale, onde também preside o Centro de Estudos sobre a África Contemporânea. É membro do comité editorial da revista afriche e orienti. Os seus principais interesses de investigação são a informalidade urbana e as políticas públicas em África.



MARIANNA LEITE

É diretora do programa do Centro de Direitos Económicos e Sociais e fundadora da Righting Society SRL. Possui um certificado de pós-doutorado em Direitos Humanos e Democracia pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, um doutorado em Estudos de Desenvolvimento pela Birkbeck e um LL.M. pela Cornell Law School. Coeditou «*Righting the Economy: Towards a People's Recovery from Economic and Environmental Crises*»

Modos de ver



RAUL MENDES FERNANDES

Nascido na Praia, Cabo Verde, em 1953. Socioantropólogo e investigador do INEP na Guiné-Bissau. Fez o DEA na Universidade de Paris VIII em 1986, doutorando-se no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (Portugal) em 2012, com enfoque nas histórias de vida e nas relações de género na pesca artesanal na costa guineense. Atualmente, é Professor na Universidade Amílcar Cabral da Guiné-Bissau.



BRECHT DE VLEESCHAUWER

É um fotógrafo, jornalista e pintor que frequentemente aborda temas como migração, fronteiras, futebol fora do campo e animais com formas peculiares.



COSMAS A. BA-ANA-ITENEBE

Especialista Sénior no Nexo Ajuda Humanitária, Desenvolvimento e Paz (HDP), com mais de 15 anos de liderança operacional em organizações da ONU/ONGs na Nigéria, Sudão do Sul, Timor-Leste e Afeganistão. Atualmente é investigador de doutoramento no ISEG, Universidade de Lisboa.



LIVIA APA

Nasceu em Nápoles. É investigadora, com trabalho na área dos estudos culturais dos países de língua oficial portuguesa. É também tradutora, tendo publicado em italiano, entre outros, Mia Couto, Ondjaki, Ruy Duarte de Carvalho, Mário Cesariny, Ana Luísa Amaral, Ana Paula Tavares. Faz parte da direcção da ACEP. Colabora com a revista *Gli Asini* de Roma.

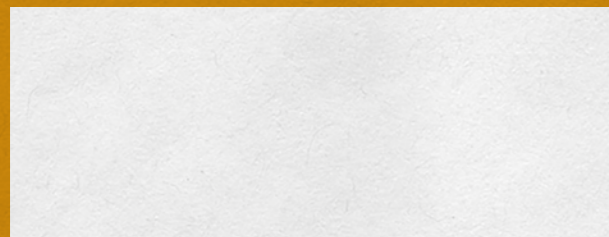
Escaparate



ANA FILIPA OLIVEIRA

Trabalha na ACEP, desde 2009, onde desenvolve projectos na área da comunicação, advocacia e direitos humanos, após uma passagem pelo jornalismo em Macau. Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa, é licenciada em Jornalismo pela Universidade de Coimbra.

Conversas
Imperfeitas



As várias nuances da informalidade - poder, invisibilidade e género



CARMELIZA ROSÁRIO



MATTEO RIZZO

Nesta conversa, os investigadores Carmeliza Rosário e Matteo Rizzo discutem a informalidade, sobretudo nas economias africanas, questionando se é um problema ou solução. A partir de perspetivas da economia política, antropologia e feminismo, analisam a precariedade do trabalho informal, a invisibilidade estatística, as relações de poder e os limites das políticas de desenvolvimento nesta área.

MATTEO RIZZO
(M.)

— Sou um economista político com formação interdisciplinar. Tirei a minha primeira licenciatura em Ciências Sociais, com foco em África, que incluía o swahili como língua. Por isso, utilizo-o bastante no meu trabalho de campo, que é em grande parte especializado na Tanzânia. Depois, fiz um mestrado em Estudos de Desenvolvimento, um doutoramento em História Económica e tenho trabalhado tanto em Estudos Africanos como, nos últimos 15 a 20 anos, em Estudos de Desenvolvimento. Tematicamente, interesse-me pela informalidade, com especial atenção para aquela parte da economia informal que diz respeito às relações laborais sem proteção. E, em termos setoriais, trabalho principalmente com o sistema de transporte público, os mini-autocarros que são protagonistas em tantas cidades dos países em desenvolvimento e, recentemente, seguindo a inovação da tecnologia digital, tenho estudado os centros de transporte privado e a forma como eles mudam o mundo do trabalho. Então, esse sou eu em poucas palavras. Carmeliza, e tu?

CARMELIZA ROSÁRIO
(C.)

— Não tenho uma descrição tão bonita de mim mesma – tendo a ser um pouco caótica. É interessante porque, claro, pesquisei sobre ti e vi que fazes etnografia. Sou antropóloga social e do desenvolvimento. Isso significa que tenho mestrado em Antropologia do Desenvolvimento pela Universidade de Bergen e doutoramento em Antropologia Social. Comecei a trabalhar como consultora, lecionei, mas principalmente fiz investigação sobre desenvolvimento numa consultora durante muitos anos em Moçambique. Comecei por interessar-me pelas questões relacionadas com a pobreza, depois passei para a desigualdade e, claro, para a feminização da pobreza, e acabei por me dedicar às mulheres e ao género. Era inevitável quando se fala de pobreza e desigualdade. Agora, dedico-me principalmente ao ambiente feminista africano, numa forte interseção entre

o ativismo e o meio académico. O feminismo é altamente político e sempre fui ativista. Por isso, também trabalho com redes de política social. Faço parte desta linha de investigação transformadora sobre género para a política social africana. Chama-se GETSPA e é organizada pela Universidade do Gana. Também colaboro com a NAWI, que é uma rede de microeconomia da AfriFem. Juntamente com uma economista moçambicana, estamos a tentar desenvolver um quadro feminista para a tributação, refletindo também sobre questões de informalidade. Estamos a pensar no caso moçambicano e na interseção entre a informalidade urbana e a “precariedade” rural.

M.

— Vês-me como um antropólogo. Não tenho um diploma em Antropologia e, muitas vezes, penso que os antropólogos ficariam horrorizados por eu me considerar um etnógrafo. A minha pesquisa é, basicamente, passar o tempo nas estações de Dar es Salaam, conversar com os trabalhadores, observar as suas reuniões, agir como condutor quando era mais jovem – era etnografia. Tematicamente, é uma pesquisa sobre economia política, mas informada pela etnografia como prática de pesquisa. Por isso, fiquei muito feliz quando disseste isso.

C.

— Fico feliz que uses esse método, que é uma ótima maneira de perceber algumas nuances e compreender algumas coisas. Sei que os cientistas políticos tendem a querer fazer análises quantitativas, comparativas, macroeconómicas de números, etc. Mas o olhar etnográfico oferece algo mais: os intervalos e o invisível.

M.

— Sim. Podemos começar [esta conversa] com a informalidade como um problema ou uma solução. Essa é uma questão interessante, no sentido em que nos permite revisitar a história de como a informalidade tem sido abordada nas ciências sociais porque, quando a economia informal surgiu como conceito na década de 70, era vista como um problema, pois revelava a inadequação da teoria da modernização como ferramenta para prever mudanças em África. As taxas de crescimento eram muito altas, mas a capacidade de absorver mão de obra era muito limitada, então há essa massa crescente de desempregados que começa a manifestar-se nas cidades do Sul Global, levando um antropólogo, Keith Hart, a dizer que precisamos parar de considerar isso como um problema. A questão que se coloca desde então é: estas atividades possuem alguma capacidade autónoma de crescimento económico e redução da pobreza? Era visto pelas autoridades como um problema, porque era uma manifestação do fracasso dos projetos de desenvolvimento liderados pelo Estado. E era também um setor onde as atividades económicas decorriam fora do âmbito da tributação e minavam os projetos de construção da nação. Era tratado de forma muito autoritária, por vezes demolindo quiosques e assentamentos informais. Então, avançamos para a década de 80, quando o fundamentalismo de mercado e a economia de mercado livre se tornaram hegemónicos no pensamento do Banco Mundial, do FMI e dos principais doadores bilaterais, e a informalidade passou a ser vista como uma solução. Uma solução porque, onde o Estado falhou, as pessoas estavam a prover o seu próprio sustento, e há uma noção muito ideológica e enganosa, na minha opinião, da informalidade como um capitalismo de base, um desenvolvimento a partir de baixo, onde as pessoas tomaram as rédeas da situação... De Soto disse a famosa frase: “Os empreendedores quebram a lei porque a lei os quebra”. Portanto, a informalidade é a solução para a regulamentação excessiva por parte desses Estados superdimensionados, onde as pessoas simplesmente fazem as coisas à sua maneira. E acho que hoje ultrapassámos esses cenários dicotómicos em preto e branco. É obviamente um problema que grande parte das atividades económicas ocorra fora do quadro regulamentar do Estado, porque falta a

proteção do Estado em termos de regulamentação e a tributação, que é algo muito importante para o desenvolvimento. Como se desenvolve um Estado sem uma base tributária? Esse é um grande desafio para o desenvolvimento. E esse é um caso em que se deve analisar de que tipo de atividades económicas estamos a falar — e isso talvez seja algo que possamos discutir mais à frente na nossa conversa.

C.

— Obrigada por este início, tenho tomado notas, porque há coisas em que penso de um ponto de vista feminista (não quero dizer género, porque isso é muito desenvolvimentista). Sou uma desenvolvimentista crítica. Não estou muito interessada nisso. Ainda há uma tentativa de regulamentar, desde uma regulamentação pesada e formalizada, até uma espécie de regulamentação leve, tributação leve, apenas para obter a inclusão do Estado — ou alguma receita para o Estado, mais do que a inclusão do Estado, porque ainda não há garantias ou benefícios estatais. Isto ainda faz parte do quadro neoliberal. Se se está a tentar dizer que é uma solução, então fala-se sobre os problemas da proteção do Estado, vamos encontrar soluções leves para isso. É isso que acontece com o neoliberalismo. Sempre se ajusta para encontrar essa solução que não traz realmente uma solução. Há uma questão adicional, que os Estados também estão agora a abordar, que está relacionada com o crime organizado e o terrorismo. A informalidade e a forma como a informalidade ainda é vista como um problema pelo Estado e pelas políticas públicas. Aqui, é claro, estou sendo fortemente influenciada por Moçambique, mas não acho que seja uma questão exclusiva de Moçambique. Acho que é geral, especialmente com essa guerra contra o terrorismo, etc. Existe essa necessidade de regulamentar, a fim de prevenir o crime organizado e o terrorismo. Não funciona, mas prejudica muito as pessoas do setor informal que mais precisam. Não é que eu não concorde com o contexto histórico que apresentaste, mas é para complicar um pouco mais esta questão. Estamos além disso, mas, ao mesmo tempo, ainda estamos muito presos ao passado nesta questão.

M.

— Talvez eu não tenha sido claro no sentido de que ir além desta questão é a posição dos ativistas académicos com a qual eu tendo a concordar, enquanto que, quando se trata da direção e das ideias que orientam as instituições dominantes, os formuladores de políticas ainda estão presos a uma leitura bastante limitada e ideológica da informalidade, e acho que quando falamos sobre intervenções políticas, isso talvez fique mais claro, vemos a informalidade como uma solução para o fracasso do desenvolvimento liderado pelo Estado, como os verdadeiros pequenos empreendedores, em oposição aos trabalhadores explorados, e isso vem com uma série de agendas. Acho que estás certa. Se passarmos, por exemplo, a definir a informalidade e as suas implicações, temos agora um consenso quando falamos sobre o assunto, que a informalidade é um espectro de atividades e, para capturá-las todas, falamos sobre qualquer atividade, conjunto de atividades que se enquadram no quadro regulatório do Estado. Ninguém viria dizer, em termos puros e muito restritivos, que a informalidade é um conjunto de atividades económicas de pequena escala em que o trabalho independente é a principal relação de trabalho que se encontra. A lei, respondendo às críticas dos anos 80 e 90, alargou a sua definição para dizer “cuidado, a informalidade também diz respeito a relações laborais desprotegidas no setor formal. Não falamos de setores. Falamos de emprego informal”, para quebrar esta dicotomia. Mas se olharmos para além da superfície e perguntarmos: que diferença faz esta definição mais ampla para a prática de uma grande organização? Se analisarmos qualquer inquérito à força de trabalho... Conheço melhor o caso da Tanzânia, onde 97,9% do trabalho informal é trabalho independente, com ou sem empregados. Se analisarmos a quantidade de trabalho assalariado que existe na economia informal, é de 0,7%. Pode-se falar em ampliar as definições, mas a forma como se procura esses dados leva a estatísticas que mostram que o trabalho assalariado na economia informal existe, se acreditarmos nas estatísticas. Portanto, parte do meu trabalho é realmente coçar a cabeça e perguntar como é que todo o meu trabalho é sobre trabalho assalariado na economia informal e isso, estatisticamente, se acreditar nas estatísticas, não existe. Então, como um bom antropólogo, tento entender quais as palavras que

os trabalhadores usam para se definir, quais os termos que usam, quais os termos que a pesquisa usa e essa incompatibilidade. Acho que isso explica como essa ficção estatística é criada. Não temos apenas uma invisibilidade estatística, que alimenta a relevância política de todas essas formas de trabalho muito vulneráveis.

C.

— Concordo plenamente, e acho que isso é um problema de tradução. Quando se faz uma pergunta estatística, é como se um trabalhador independente tivesse apenas o seu corpo e o usasse, e, portanto, fosse um trabalhador independente. É empreendedor, quando na verdade o que está a fazer é trabalho assalariado. Coloca-se isso na escala empreendedora quando, na realidade, o que se está a dizer é como esse trabalho independente é vivido na incerteza, com falta de proteção, de garantias. E esses são os que realmente são pagos. E depois há todo o trabalho invisível, que é mais o âmbito da minha pesquisa. A minha investigação é sobre trabalho doméstico, o trabalho em cuidados, e o trabalho que as mulheres fazem para garantir a economia, que também é considerado invisível, não é remunerado e não é contabilizado como trabalho, mas é trabalho real, complementar que também é gratuito, seja pela família ou pago em espécie e não monetariamente, pago com alojamento, por exemplo.

Existem também ambientes ou indústrias informais. Estes são registados e pagam impostos ou algo semelhante ao Estado, mas parte do trabalho realizado pode ser informal. Outra coisa em que pensei é a invisibilidade da informalidade, algo que, por exemplo, quando fazemos avaliações, sempre abordamos, e estas são organizações que estão no mundo formal, mas estamos a analisar as relações informais. Pode haver documentos que dizem o que fazemos, como são as relações, como pagamos ao nosso pessoal. Mas então há um conjunto de práticas informais a acontecer que realmente definem o tom do que realmente acontece na organização. Formalidade e informalidade coexistem. O primeiro problema é a separação entre formalidade e informalidade. Se eu pudesse usar uma metáfora, seria como os africanos veem a vida – os vivos e os mortos coexistem. Então, para

mim, a ficção começa aí, que a informalidade é algo separado da formalidade. Às vezes, as pessoas dizem: no setor informal, as pessoas não contribuem para o Estado. Isso não é verdade – elas pagam muito. Se fores a um mercado, mesmo que seja um mercado informal, alguém está a cobrar alguma coisa. E, muitas vezes, são representantes do Estado. Se isso vai para o Estado ou não, é outra questão, mas eles pagam muito. A questão de eles contribuírem para o Estado não é uma questão de se eles estão a contribuir, mas de como o Estado gere os intermediários que não canalizam o dinheiro para o Estado. A responsabilidade recai sobre os informais, mas há outra classe de personagens que anda por aí a explorar.

M.

— Concordo plenamente contigo. Além de uma excelente investigação que mostra as ligações entre formalidade e informalidade, há um artigo que sempre dou aos meus alunos para lerem, de um colega antropólogo, Axel Klein, que pesquisou o comércio de Lagos, na Nigéria, onde acompanhou a história de vida da Barracuda – um peixe – e o que o artigo faz é um excelente trabalho ao mostrar como as pessoas e os bens, neste caso um peixe, cruzam constantemente a linha entre o formal e o informal. Mas o facto de ainda precisarmos de fazer esse trabalho mostra o quanto estamos atrasados em realmente internalizar e assumir essa percepção que está na cabeça de algumas pessoas, mas não como um conhecimento comum.

C.

— Tenho uma pergunta para ti, que é do meu interesse pessoal: falas sobre informalidade, vês mulheres, as mulheres existem na tua investigação?

M.

— Este é um ponto muito interessante. Se falarmos sobre o sistema informal de transporte público, os micro-autocarros, quase nenhuma mulher trabalha neles. E então perguntamos às pessoas porque é que 99,99% são homens, há milhares de pessoas a trabalhar e elas são invisíveis. E os motoristas e cobradores de autocarros da Tanzânia respondem: “este é um trabalho muito difícil. É preciso ter capacidade física para lidar com os potenciais passageiros que entram no autocarro e dizem: «Não vou pagar». É por isso que é um trabalho dominado pelos homens”. Registamos essa resposta e, em seguida, vais para Nairobi, do outro lado da fronteira, e o setor de matatus está cheio de mulheres que conduzem e atuam como cobradoras. Então, a descoberta extraordinária é que as mulheres quenianas são mais fortes do que as tanzanianas ou há razões muito específicas do contexto? A resposta dos motoristas e cobradores tanzanianos é informada pelo machismo.

C.

— E quanto aos proprietários?M.

M.

— Existem algumas. Existem algumas, mas se falarmos sobre a força de trabalho...

C.

— Em Moçambique, acho que a força de trabalho também é dominada pelos homens, mas não a propriedade. Mas, na verdade, não tenho as estatísticas...

M.

— Sim, é difícil contactar os proprietários. Explico no meu trabalho porque é que é muito difícil contactá-los. Mas tenho provas empíricas de mulheres empresárias que são proprietárias de alguns autocarros.

C.

— Sim, mas elas também estão envolvidas no setor informal nesse sentido, certo? Mas a outro nível.

M.

— Elas estão mais acima na “cadeia alimentar”. Acho muito interessante que a comparação entre o Quênia e a Tanzânia, Nairobi e Dar es Salaam nos lembre da importância do contexto. O desenvolvimento paralelo de Nairobi e Dar es Salaam criou um setor de emprego para homens em Dar es Salaam em comparação com Nairobi. Este não é o caso e é por isso que precisamos ser humildemente lembrados de evitar generalizações, porque África não é um país. Gostaria de te perguntar, se olharmos para estes temas da informalidade como um espectro funcional versus disfuncional, o que te vem à mente sobre isso?

C.

— Quando falamos sobre solução e problema, quando se trata de um problema, ele deve ser disfuncional, certo? Mas também pode haver disfuncionalidade na solução. Na maioria das vezes, o que nos preocupa é a insegurança e a falta de proteção. Se um trabalhador adoecer, é provável que não consiga regressar ou que perca o emprego. Quando perde o emprego, pode dar-se

o caso de encontrar outro logo de seguida. Portanto, a questão da saúde é um aspeto importante. Se o teu corpo é o que tens para oferecer, precisas de cuidar dele, porque é muito vulnerável. E depois há a questão da rede de segurança: quando envelhecer e já não for capaz de funcionar na economia, quem o protegerá? Ao mesmo tempo, e em relação à funcionalidade disso, o que é sempre ignorado é que muitas vezes existem proteções sociais informais em vigor. As pessoas têm grupos de poupança, estão a criar os seus próprios grupos de segurança nos quais podem poupar, por exemplo, para o seu funeral, despesas de saúde, a sua reforma – isto porque a reforma são, na verdade, os filhos. Se investir nos seus filhos, terá uma boa reforma. É por isso que lhes dá uma boa educação, para que tenham um bom emprego, bons rendimentos e esteja seguro para o resto da vida. Nesta disfuncionalidade, existem formas de proteção social. Não sei ao certo que trabalho está a ser feito em relação a essas redes de segurança. Acho que estão a ser feitos estudos separados sobre isto. Os investigadores que trabalham sobre como as pessoas se protegem informalmente não estão ligados à investigação sobre o setor informal, porque isso está ligado às inseguranças de todos, mais ou menos, à pobreza e às questões do género.

M.

— É um ponto muito válido. Eu acrescentaria apenas que a minha própria experiência, ao observar de perto um exemplo desse mecanismo informal de proteção social, que era a associação que agrupava diferentes tipos de trabalhadores do setor informal de transportes, serviu precisamente para captar de uma só vez as funções-chave e, ao mesmo tempo, a disfuncionalidade de todo o sistema. Em que sentido? Que, por um lado, os objetivos para os quais as

poupanças foram destinadas são precisamente aqueles que mencionaste – funeral de uma família nuclear, onde as regras são muito claras; falta de alimentos para o sustento diário da família nuclear, despesas de saúde. Este é o tipo de situações que desencadeia a utilização dos fundos, que é acompanhada de perto por todos os membros. Mas é assim, num contexto em que o Estado social não chega à maioria da população, dada a informalidade generalizada desta economia, as funções desempenhadas por estes sistemas de bem-estar informais são fundamentais. Mas, ao mesmo tempo, o que se vê ao participar nessas reuniões, ao ver como as pessoas lutam amargamente para se candidatar a esses fundos, sendo recusadas, é o quão disfuncional é uma economia e uma sociedade... Existe esse desfasamento entre as necessidades das pessoas e a capacidade desses sistemas informais de as apoiar. Isso transmite uma forte sensação de disfuncionalidade, porque, no fim de contas, é o sintoma de uma economia que não permite, não é capaz de criar muitos empregos bons e decentes sem ficar presa no debate formal/informal. A questão é que muitas pessoas estão a passar por dificuldades económicas, e é por isso que, no final das contas, África é o continente com o maior nível médio de prevalência de pobreza no mundo.

C.

— Gostaria de questionar criticamente este conceito de empregos dignos, porque será que se trata de uma questão de empregos dignos ou de rendimentos seguros ou regulares? E, claro, uma vez que existem empregos, queremos que eles sejam seguros e dignos, certo? Queremos que as pessoas não sejam exploradas, e concordo plenamente com isso. Compreendo que esse é o conceito de empregos dignos. Mas será que a solução é ter empregos dignos? Se todos tiverem empregos dignos, então tudo ficará bem. No entanto, nenhuma sociedade conseguiu 100% de empregos dignos.

M.

— Sim, concordo que nenhuma sociedade conseguiu isso. Mas quando se olha para a prevalência da informalidade em muitos contextos africanos, em comparação com o que acontece nos países ricos... Então, a questão é que precisamos ter cuidado para não começar a dizer que nenhuma sociedade conseguiu isso. Em países como Itália, Reino Unido, a maioria...

C.

— Sim, há um equilíbrio, mas há um aumento da precariedade também nessas sociedades. Há uma nova economia em que as pessoas estão realmente a entrar em situações muito precárias. Não se chama informalidade, mas é um tipo de informalidade. Que tipo de economia existe que permitirá ou não a existência de empregos decentes? Porque precisam de ser empregos? Este é o meu ponto, porque o emprego é algo muito concreto. É estar empregado. E se estamos a caminhar para economias que, na verdade, não estão realmente a empregar pessoas, onde há batalhas para reconhecer a economia de biscates ou as pessoas na economia de biscates como trabalhadores? Então, estamos a entrar nessa discussão. Trata-se de empregos? Ou trata-se de outra coisa?

M.

— Para mim, sim, é interessante que o que está a acontecer no mundo desenvolvido do Norte, não nos prendamos a definições, a taxonomia está a mover-se mais para o Sul no momento, com o aumento da precariedade, a economia de biscates, todas essas questões que menciona. Mas não vamos dizer que as perspetivas da economia do Reino Unido agora são as mesmas da Tanzânia..

C.

— Não é isso que estou a tentar dizer.

M.

— A mudança estrutural e empregos decentes continuam a ser o maior desafio, na minha opinião, para a criação de meios de subsistência sustentáveis. Não vamos usar palavras da moda novamente, porque, caso contrário, o que nos resta? Resta-nos o apelo a que um rendimento básico universal permita que as pessoas tenham uma vida digna sem empregos? E a questão é: quem vai implementar esses sistemas muito caros, dada a base tributária reduzida? Ou que tipo de políticas, industrialização, economia de serviços e infraestrutura permitirão a criação que desbloqueará o dinamismo económico e criará empregos dignos?

C.

— Isso é muito interessante. E eu sou a favor do rendimento básico universal. Mas, além disso, e eu entendo que é muito caro e não é fácil de implementar, é ainda mais difícil implementá-la em Estados que não conseguiram sequer administrar o seu sistema de saúde ou sistema de educação. Como é que se gere, então, a implementação de um rendimento básico? Mas li na revista *The Economist*, há pouco tempo, que esta obsessão com a industrialização e a ideia de que os países precisam de se industrializar para melhorar a sua economia pode ser questionável e que, na verdade, a Índia conseguiu fazê-lo através de reformas agrícolas e segurança na posse da terra. E, sim, compreendo que, quando se fala de empregos, as pessoas vão trabalhar para alguém e o ideal é que recebam uma remuneração justa pelo seu trabalho. Mas o que quero dizer é que, pelo menos quando penso que as pessoas imaginam empregos decentes, elas imaginam que são formais —têm um contrato. E, como estava a dizer, por exemplo, no caso

das redes de segurança informais, há regras muito rígidas, mesmo que sejam informais. Por exemplo, Moçambique tem uma legislação incrível – não tem a capacidade ou a vontade de a implementar, incluindo, por exemplo, sobre como salvaguardar os direitos dos trabalhadores domésticos. Como é que os empregos decentes universais se apresentam e são menos utópicos do que o rendimento universal, o rendimento básico?

M.

— Trata-se de questões amplas, porque estamos a lidar com problemas crónicos. O facto de África ter tido um lugar tão marginal na economia global mostra que estamos a lidar com uma posição muito difícil de sair. Receio que estejamos a lidar com um grande conjunto de mudanças muito difíceis de concretizar, podemos chamar-lhe utopias, mas consigo ver como isso vai acontecer, se desencadear um processo virtuoso de mudança da sua estrutura económica.

C.

— Então, vamos falar sobre o que muda.

M.

— O desafio é: no papel, quem discordaria disso? Na prática, onde está essa pressão política, num contexto em que tudo está a ser cortado, para implementar esses esquemas universais tão progressistas e caros? Não vejo essa grande mobilização a acontecer para que isso se concretize, então as pessoas que o defendem, incluindo os que estão a defendê-lo, estão a mentir. Se olharmos para a política real e a dinâmica real da economia política dos países africanos, acho que estamos a milhões de quilómetros disso.

C.

— Sim, e as economias ainda estão muito ligadas a este sistema internacional, que é extremamente extrativo e nada propício a grandes mudanças estruturais. Os incentivos existem para a extração contínua, não realmente para o reinvestimento em África. É ótimo dizer que a mudança estrutural deve acontecer em África. Não, a mudança estrutural precisa de acontecer no mundo, para que possamos desbloquear o potencial. Em primeiro lugar, qualquer coisa que seja chamada de “mudança estrutural” em África incomoda-me, por causa do ajustamento estrutural. Se me falarem sobre estrutura e mudança em África, fico louca. É como se fosse algo muito básico, como se ainda fosse um local de exploração. Não é um local de transformação. Não é considerado um local de inovação, mesmo que seja. Se considerarmos os pensadores políticos africanos, como os pensadores políticos académicos, não os políticos, eles falam sobre como África é um laboratório para a experimentação social, para a experimentação política. Mas ainda é vista como marginal, um lugar esquecido onde não há inovação, há apenas desespero. Acho que também há algo na narrativa sobre África que precisa de mudar. Mais uma vez, quando falamos de estatísticas e invisibilidade e de como a narrativa sobre África se desenvolve, essa invisibilidade e essas estatísticas têm um grande peso na forma como se interpreta África e os números de África.

M.

— Talvez devêssemos falar sobre as políticas da cooperação e das tentativas de formalização. Mas a questão para mim é que, claro, não há como negar que a economia internacional não é muito dada à necessidade de mudanças estruturais. O meu entendimento da história económica, sobre como alguns países conseguiram desenvolver-se, apesar desses desafios, é que eles têm lideranças incrivelmente capazes e implacáveis, que foram capazes de navegar nesse cenário, de mudar a posição dos seus países na economia internacional.

Então, internacionalmente, olhando para fora de África, o caso da Coreia do Sul, na década de 40, era tão pobre quanto muitos países africanos e hoje é uma das economias mais dinâmicas. As pessoas criticaram – “é apenas um peão dos interesses dos EUA na Guerra Fria naquela altura” – claro, mas eles foram capazes de usar esses fundos para estabelecer políticas e atividades que levaram a economia sul-coreana a ser capaz de produzir um conjunto de produtos industriais, que começa com o aço, depois petróleo e, em seguida, produtos de alta tecnologia, como carros, computadores e telemóveis.

C.

— Concordo contigo e acho que também há exemplos em África. A Etiópia é um deles. Cabo Verde e Botsuana também. Portanto, sim, compreendo o que dizes, mas também há o momento na história... Na Noruega, os noruegueses perguntam frequentemente se, caso tivessem encontrado petróleo agora, teriam podido tomar as decisões que tomaram nos anos 60. E não teriam. Não poderiam ter um monopólio do petróleo estatal. Acho ótimo dizer que é possível, mas, como disse, o contexto e o momento histórico também são importantes. E o perigo aqui é dizer que é preciso ser implacável e as pessoas pensarem em autocracia. Acho que é possível, pode acontecer, lembro-me, por exemplo, que pelo menos no início dos anos 2000, a África Austral era a região mais estável. Só tínhamos o Zimbábue e Angola estava a voltar aos eixos. E agora está tudo um caos novamente. Sou otimista e acho que isso pode acontecer, e concordo que é necessária uma forte vontade política, mas o que acho é que temos divergências fundamentais, entre os pensadores políticos, académicos e ativistas, e os políticos, aqueles que estão realmente aliados às instituições internacionais. A diferença foi que, com a Coreia do Sul, etc., havia um pensamento, uma visão sobre o futuro, e os políticos tinham essa vontade de mudar. E não acho que os nossos políticos pensem da mesma forma.

M.

— Sim, vamos analisar a política. Em primeiro lugar, no que diz respeito à cooperação para o desenvolvimento, à prática do desenvolvimento, qual é a tua experiência em relação ao que é feito para apoiar a economia informal, seja lá o que isso signifique?

C.

— Bem, no sentido da política neoliberal, em poucas palavras, é uma tentativa de formalizar ligeiramente. Do meu lado, é tentar integrar as mulheres na força de trabalho, mas elas já estão lá, talvez informalmente, e se tiver esta agenda de desenvolvimento de género... As feministas preocupam-se em garantir que elas sejam protegidas, em termos de trabalho decente, porque também existe esse desequilíbrio de género, ou quem é mais bem remunerado e que tipo de tratamento, que tipo de exploração e, muitas vezes, os trabalhadores não remunerados são mulheres, seja porque são empregadas pela família ou porque fazem trabalho de cuidados ou o tipo de trabalho que não é considerado digno ou suficiente para ser remunerado. Enquanto as feministas ou ativistas falam sobre isso, o desenvolvimento está mais relacionado com a integração das mulheres na força de trabalho, e não creio que haja nada de transformador a ser feito nesse sentido. Há sempre essa questão de integrar as mulheres e, então, elas são empoderadas e pronto.

M.

— Penso duas coisas sobre isto. A primeira é que concordo plenamente contigo, estamos presos a uma interpretação muito ideológica do que é a informalidade. O melhor exemplo para ilustrar isso é uma publicação recente com os meus alunos de doutoramento sobre os chop bars em Acra, os bares de comida

de rua, onde se encontra uma indústria muito complexa. Há os trabalhadores, trabalhadores migrantes, muito mal pagos, explorados, com alta rotatividade e, quando se trata da ajuda... Estudámos um conjunto de programas, financiados por países escandinavos, pela União Europeia, pela USAID, e é tudo um conjunto de intervenções muito limitadas para apoiar os proprietários. Ou assume-se que eles são trabalhadores independentes, então o que se faz? Formação profissional, microcrédito, alfabetização, e acho muito interessante como Alice Amsden, uma famosa economista do desenvolvimento, fala sobre o facto de que a ajuda ao desenvolvimento é afetada por uma doença chamada “amnésia do emprego”. O facto de se estar disposto a falar, investir em intervenções do lado da oferta para melhorar as competências, melhorar a formação, fornecer financiamento às pessoas. O que nunca se fala é sobre o lado da procura, ou seja, quantos restaurantes podemos continuar a colocar no mercado. Eu costumava trabalhar com a Save the Children, a quantidade de intervenções de subsistência para fornecer galinhas... Precisamos de ter uma organização chamada “Save the Chickens”, porque se elas não sobreviverem, as crianças morrerão e tudo o que podemos fazer é fornecer galinhas sem estudar a sustentabilidade do mercado.

C.

— Quem vai comprá-las, se todas as estão a vender, certo?

M.

— Qual é a procura? Ou a Save the Children que treina todas as crianças para se tornarem cabeleireiras, em Monróvia, após 20 anos de guerra civil. Onde está a procura por cabeleireiras?

C.

— Achas que cabeleireiros é mau? E quanto a formar mulheres para cozinhar? E para costurar as suas roupas?

M.

— Sim, e pintar unhas. É tudo uma questão de oferta e de ignorar o lado da procura. Nos bares, sem programação, nenhuma ajuda cobria os direitos dos trabalhadores, estudava-se os salários, se havia espaço para melhorar os salários através da representação, porque isso não se encaixava na ideologia das pequenas empresas, às quais se ajuda a fazer o mercado funcionar para os pobres. Este é o slogan. E acho que isso nos leva de volta à questão mais interessante, que é a que trouxeste para a nossa conversa, que é por que estamos tão presos a esse disco riscado em que podemos marcar uma check list e dizer “formei X mulheres”. No momento em que se pergunta se foi bem-sucedido para o empoderamento genuíno, ninguém sabe, ninguém quer saber e, então, a questão para mim é “estou curioso para ouvir a sua opinião”. Acho que ficamos para trás com essa maneira simplista e, em última análise, inviável, porque essa noção de economia informal permite que os doadores que a promovem falem sobre os pobres sem falar sobre os ricos. Se voltarmos para o setor de bares de comida, e dissermos “aqui, as trabalhadoras mais vulneráveis do setor são essas mulheres migrantes que, após seis anos, saem sujeitas a assédio sexual, precariedade no emprego, etc. etc.”, tudo se resume a como se intervém para tornar as relações de trabalho mais justas, menos exploradoras, e há dois conjuntos de questões que são pouco atraentes para qualquer pessoa que trabalhe com um prazo de quatro, cinco anos, o que é muito curto. Uma é falar sobre a economia em geral, onde está a procura, aquilo a que se referia. A segunda é falar sobre as relações de poder desiguais com as pessoas que ainda estão na economia informal, os proprietários dos bares, mas muito mais poderosos económica e politicamente do que as mulheres que trabalham no setor. E então é interessante ver os recursos muito escassos

de ajuda que estão a ser investidos na informalidade. Eles são capturados pelos proprietários dos bares, não pelos trabalhadores dos bares.

C.

— E isso aumenta o poder deles.

M.

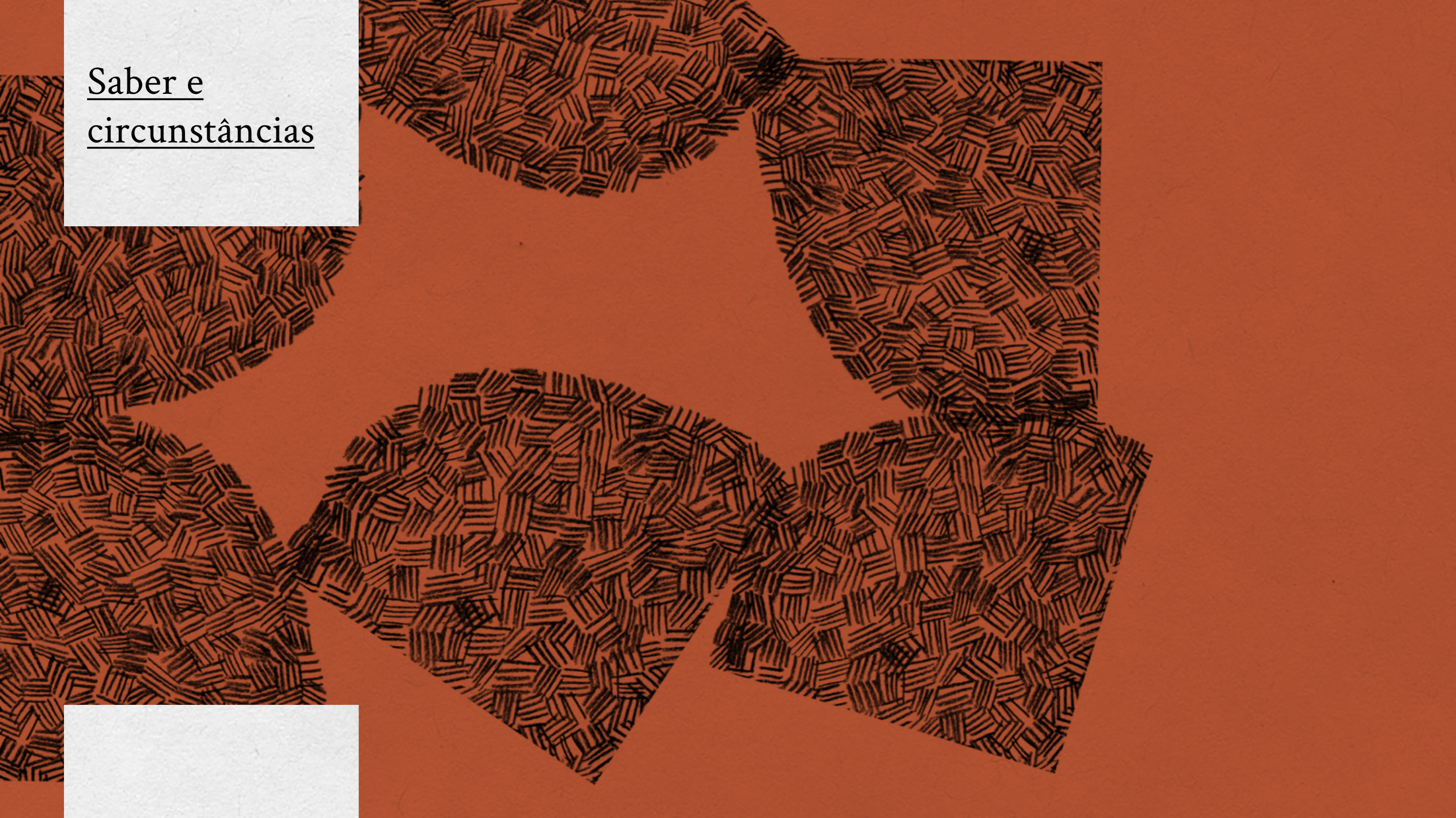
— Sim. E é por isso que digo que é uma forma que nos permite fingir que estamos a fazer algo para ajudar os pobres, mas não queremos saber.

C.

— Sim. Isso volta a colocar o ónus sobre o indivíduo. É o outro lado da moeda da criminalização dos pobres. Se és pobre, a culpa é tua. Demos-te todas as possibilidades. Não aproveitaste. Há também esta forma muito nefasta como os doadores trabalham. Na minha experiência com o Banco Mundial — porque eles explicam isso claramente, outros não explicam assim — eles falam sobre os frutos mais fáceis de colher. Olhando para as estruturas, porque quando se olha não apenas para os pobres, mas também para os ricos, está a tentar olhar para as relações de poder e, portanto, para as estruturas. E as mudanças nas estruturas, como dizes, levam tempo. É preciso tempo para mudar comportamentos, atitudes, leis ou regulamentações e para a implementação das leis. “Se implementarmos ideias socialistas, os ricos irão embora. Se fizermos isso, os investidores irão embora”. Existe essa ameaça constante de que não se pode pressionar os ricos, porque, caso contrário, essa classe empresarial capaz de criar essa dinâmica de mercado irá embora. E os pobres não são tão importantes porque são pobres. Os ricos precisam ser mimados, e essa é a atitude neoliberal.

Esses frutos fáceis de colher consistem em fazer o mínimo, não em transformar. Vamos mudar algumas coisas que vão manter a aparência de que, como dizes, estamos a fazer algo, sem realmente perturbar as estruturas de poder e as relações desiguais, porque precisamos garantir que alguém esteja a fazer algo pela economia, e não serão os pobres.

Saber e
circunstâncias



Para uma reabilitação de uma certa economia informal, ou contra a perseguição de toda a economia informal

ROGÉRIO ROQUE AMARO

PROFESSOR ASSOCIADO JUBILADO DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA POLÍTICA
DO ISCTE - INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

“ **Valorizar e defender a Economia Informal, ou melhor, certa Economia Informal e [...] repudiar e contrariar a estigmatização e até a perseguição que sofre toda e qualquer Economia Informal, sem ter em conta a diversidade que ela abrange** ”

Por opção do autor, este texto está escrito segundo as regras do Antigo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

1. Introdução

Escrever e reflectir sobre Economia Informal não é fácil, nem amiúde bem visto. Não é fácil, porque se trata de um tema nebuloso, para cuja tentativa de descrição e análise existem várias expressões e conceitos (como aflorarei no ponto 3 deste texto), com (ou sem) limites, muitas vezes difíceis (ou impossíveis...) de discernir. E não é frequentemente bem visto, porque se encara quase sempre a Economia Informal, como algo... informal, logo implicando subterfúgio e fuga... ao fisco, às autoridades, à “polícia”, como tocarei no ponto 2.

Neste quadro, os principais objectivos deste pequeno texto são o de, ao contrário, valorizar e defender a Economia Informal, ou melhor, certa Economia Informal e o de repudiar e contrariar a estigmatização e até a perseguição que sofre toda e qualquer Economia Informal, sem ter em conta a diversidade que ela abrange.

Para esse efeito, para além desta Introdução e dos pontos 2 e 3, a que já fiz referência, pretendo percorrer mais 4 pontos.

No quarto, procurarei analisar o modo como, em geral, a Economia Social, historicamente, ignorou ou até tentou formalizar (logo, descaracterizar) a Economia Informal, por razões que estiveram relacionadas com a sua própria afirmação e defesa.

No quinto, explicarei porque é que, ao contrário, a Economia Solidária, em afirmação desde os anos de 1980, acolheu e valoriza a Economia Informal e a considera um dos seus pilares (pelo menos, uma certa Economia Informal).

No sexto, darei conta de algumas experiências, que tenho acompanhado e até ajudado a criar e a reforçar, de acolhimento, apoio e valorização da Economia Informal, no contexto dos Grupos e Fóruns Comunitários da Área Metropolitana de Lisboa, de Arouca e de Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe, nomeadamente através do que temos designado por “Feiras Francas”.

No último ponto, procurarei partilhar algumas reflexões finais, em jeito de conclusão, sobre o que considero ser o papel importante da Economia Informal, ou, pelo menos, de certa Economia Informal, na viabilização do futuro (que está ameaçado), no século XXI, perante as destruições e indignidades, que a Economia de Mercado Capitalista tem provocado e o Estado tem-se mostrado incapaz de contrariar.

Sublinho que este texto não tem um perfil de texto académico, logo carregado de citações e de referências bibliográficas. Pretende tão-somente ter um cunho testemunhal e reflexivo básico, propondo algumas pistas... de desassossego.

2. A estigmatização da Economia Informal

A Economia Informal é, em geral, estigmatizada.

A Economia de Mercado capitalista acusa-a frequentemente de lhe fazer “concorrência desleal”, por “fugir ao fisco” e não cumprir outras obrigações legais, mas, por outro lado, muitas vezes serve-se dela, para maximizar os seus lucros, seja nas estratégias de subcontratação de mão-de-obra ou de serviços, seja na intermediação comercial.

O Estado persegue-a e fiscaliza-a, para a obrigar a formalizar-se ou para a criminalizar e destruir, tratando-a amiúde como “um caso de polícia”, mais do que como um assunto económico, social e/ou cultural, como efectivamente é.

E, portanto, em geral, a Economia Informal é mal vista e depreciada.

3. As várias Economias Informais

E, contudo, há, na verdade, vários tipos de Economia Informal, com características, naturezas, contextos culturais, motivações e funções sociais muito diferentes, até, por vezes, opostas. Por isso, também há uma pluralidade de designações e conceitos que estão associados a esta área, tais como: Sector Tradicional, Economia Subterrânea, Economia Oculta ou Trabalho Oculto, Sector Informal, Economia-Sombra (“*Shadow Economy*”) ou... Economia Informal.¹

¹ Ver, por exemplo, sem pretensão de uma grande abrangência de autores/as e de perspectivas: Furtado (2004), Krein e Proni (2010), Medina & Schneider (2017), Medina & Schneider (2018), OIT

(2012), Schneider & Enste (2000), Schneider & Buehn (2007), Valodia & Devey (2011), Williams & Oz-Yalaman (2020), Williams & Horodnic (2019) e Young & Lubell (1993).

A identificação dos conceitos e a sua definição estão longe de serem consensuais. Como refere Adolfo Furtado (2004, p. 5): “A realidade é bem mais confusa. Se alguns autores [Portes, Castells e Benton] já chegaram a dizer que o setor informal é ‘um conceito em busca de uma teoria’, outros, como Marcuse, apontam uma dificuldade ainda mais básica: a de que economia informal e setor informal *são conceitos em busca de uma definição*”.²

Genericamente, pode-se dizer que a Economia Informal corresponde às actividades económicas sem formalização jurídica, sem registo formal (contabilidade formal) nem fiscal (logo, sem pagamento de impostos) e sem contratualização laboral formal (logo, sem descontos para a Segurança Social, nem registos de emprego)³. Contudo, ela pode corresponder a uma actividade, normalmente, de carácter legal, se com equivalência no mercado, ou de carácter ilegal ou mesmo criminosa, se como tal definida pela lei.

Refira-se, a este propósito, a evolução da posição da OIT que, a partir de 2002, passou a entender a Economia Informal, em vez do anteriormente considerado “Sector Informal”, como “todas as actividades que, na legislação ou na prática, não se inserem no âmbito dos mecanismos formais ou estão insuficientemente abrangidas por estes” (OIT, 2012: 4).

Por outro lado “Assim, foi reforçada a compreensão de que, ao ocupar um grande contingente de pessoas sem possibilidades de competir por um “bom emprego”, o setor informal (tanto nas cidades como no campo) estava desempenhando um papel relevante na geração de renda para uma parcela expressiva da população. Isto levou a OIT não só a rever a sua definição do informal como a repensar o conjunto de políticas consideradas mais adequadas para lidar com os problemas diagnosticados.” (Krein e Proni, 2010: 12).

² Citado em Krein e Proni (2010: 10).

³ Sendo esta, naturalmente, a grande preocupação dos vários estudos, realizados pela OIT, sobre este tema, bem como a sua preocupação com a sua formalização. Ver, por exemplo, OIT (2012).



ACEP

“ É esta diversidade dentro da Economia Informal que põe em causa a generalização da visão negativa que se tem, normalmente, sobre ela, havendo actividades e componentes que, ao contrário, devem ser valorizadas e apoiadas. ”

Tal significa que, dentro da Economia Informal, há várias realidades distintas, algumas das quais desempenham um papel económico importante na sobrevivência de muitas famílias e grupos sociais, além de poderem ter uma função de reforço de coesão social e serem uma expressão de identidade e afirmação cultural. Além de serem actividades que, longe de estarem em vias de extinção, como as teorias da Modernização (de autores como Arthur Lewis) defendiam, perante a expansão das actividades da Economia de Mercado moderna e modernizadora, têm resistido, nas suas características e, em alguns países, até se têm expandido, com pesos entre 10 % e 20 %, nos países europeus, e entre 30 % e 50 %, em países dos outros continentes, sobretudo em África e na América Latina.⁴

É esta diversidade dentro da Economia Informal que põe em causa a generalização da visão negativa que se tem, normalmente, sobre ela, havendo actividades e componentes que, ao contrário, devem ser valorizadas e apoiadas.

4. A Economia Informal, no contexto da afirmação da Economia Social

Neste contexto, não deixa de ser curioso analisar a perspectiva assumida pela Economia Social, em face da Economia Informal.

Afirmada e construída institucionalmente no século XIX, como uma das respostas aos problemas sociais, resultantes da Revolução Industrial e da Grande Transformação que ela provocou, com a emergência da Economia e da Sociedade de Mercado⁵, a Economia Social, na verdade, também começou por ser informal, até por também derivar (mas não exclusivamente, dados alguns antecedentes institucionais, como, por exemplo, eram os casos das confrarias ou das santas casas da misericórdia, em Portugal) de práticas de entreatajuda populares e comunitárias, mais tarde operárias⁶. Mas, porque teve de lutar, durante o século XIX, muitas vezes a par das lutas pela afirmação e reconhecimento dos

⁴ Cf., por exemplo: Medina & Schneider (2017), Medina & Schneider (2018) e Williams & Horodnic (2019). ⁶ Sobre este tema, ver, por exemplo, Laville (2018: 31-34).

⁵ Ver sobretudo Polanyi (2021).

movimentos sindicais, pelo seu próprio reconhecimento jurídico-legal, conquistando o seu direito a formas jurídicas específicas (cooperativas, associações de socorros mútuos ou mutualidades, associações e, mais tarde, com outra lógica não democrática, fundações), com quadros legais próprios, diferentes dos códigos comerciais (códigos cooperativos, leis das associações...), de certo modo, essa necessidade de formalização e de reconhecimento formal, fez com que a Economia Social (essencialmente europeia, nas suas origens, é bom não esquecer...) se estivesse “esquecido” das dinâmicas solidárias da Economia Informal ou se concentrasse sobretudo em... formalizá-las, não acolhendo aquelas na sua “família”, enquanto informais.⁶

5. A Economia Informal, um dos pilares da Economia Solidária

Ao contrário, a Economia Solidária tem nas práticas solidárias populares, comunitárias e informais um dos seus pilares mais importantes e identitários.

A Economia Solidária emergiu e afirmou-se a partir dos anos de 1980 e, o que é muito importante, de modo simultâneo e autónomo, em três contextos geográfico-culturais distintos: América Latina, Europa e Canadá da francofonia e Macaronésia (o conjunto das “Ilhas Afortunadas” dos Açores, de Cabo Verde, das Canárias e da Madeira)⁷. É, por um lado, uma continuação, ou melhor, uma reformulação, com regresso à base democrática essencial das origens da Economia Social. Mas é também uma inovação, no sentido em que procura assumir e responder, como Economia Alternativa, aos imensos desafios do século XXI, aos diferentes níveis ambientais, sociais, económicos, culturais, territoriais, cognitivos, tecnológicos, políticos e éticos. Por isso, o adjetivo “Social” já não é suficiente e esta nova proposta e prática de Economia assume, como adjectivação, o seu principal princípio e valor de referência, logo identitário, a partir do nome ou substantivo “Solidariedade”, em vez de ficar associada a uma área disciplinar ou temática, o que seria sempre limitado e limitativo.

⁶ Ibidem.

⁷ Ver, por exemplo, Amaro (2009), Amaro (2025) e Amaro e Ferreira (2024).

Sobretudo no caso da América Latina, mas também um pouco por todo o lado, a Economia Solidária foi recuperar, às práticas solidárias da Economia Popular Informal, sobretudo àquelas que sobrevivem “graças a formas de solidariedade imersas em redes comunitárias” (Laville, 2018: 61), uma parte importante da sua inspiração, sem contudo, desta vez, se preocupar com a sua formalização, como aconteceu com a Economia Social.

É verdade que a Economia Informal, que, “segundo as estimativas da América Latina, serve de refúgio para 35% da população ativa, é um conjunto heterogéneo, composto, em parte, por atividades mercantis ligadas às estratégias de externalização das empresas capitalistas, sem esquecer os tráficos ilícitos e a extrema violência a que está associado; e em parte por uma resposta popular a situações económicas difíceis. Esta última componente diz respeito à unidade doméstica, grupo de pessoas que interagem de forma quotidiana, regular e permanente, a fim de atingir os objectivos de reprodução e de preservação da vida através de atividades, económicas ou não, essenciais para melhorar as suas condições de existência” (ibidem). São estas actividades que, em muitas situações, se tornam a base de “relações recíprocitárias, capazes de atacar as desigualdades” (idem: 62) e de se tornarem exemplos de “alternativas económicas”, deixando de estar dependentes do capitalismo e do mercado (ibidem).

Como acrescenta Jean-Louis Laville, “Tal como há cerca de dois séculos antes, o aumento de formas associativas corresponde a uma afirmação da solidariedade no prolongamento da entajuda existente no seio dos grupos de sociabilidade primária. O modo de organização do trabalho baseado na mobilização coletiva e a gestão democrática de projetos estão intimamente comprometidos na resolução de problemas de sobrevivência.

Baseadas na ajuda mútua e na propriedade comum dos meios de produção, estas associações populares incluem oficinas de produção, organizações de desempregados que procuram um emprego coletivamente, grupos de alimentação comunitária, entre os quais as cozinhas coletivas e as hortas, organizações dedicadas aos problemas de alojamento, eletricidade e água potável, organizações pré-cooperativas de autoconstrução, associações de serviços à coletividade nas áreas da saúde e da cultura.” (Laville, 2018: 62).

Algumas destas dinâmicas transformam-se em cooperativas e associações, mas outras não, permanecendo informais, sem deixarem, por isso, de serem acolhidas, consideradas e valorizadas, como experiências e (bons) exemplos de Economia Solidária.

O mesmo se passa, também com bastante peso e impacto, em África, por exemplo, no caso dos países lusófonos, com os grupos informais de *kixikila* (Angola), *totocaixa e djunta mon* (Cabo Verde), *abota* (Guiné-Bissau), *xitique e tontonto* (Moçambique) e *xikilá e kitembu* (São Tomé e Príncipe), ou ainda as *tontines*, nos países francófonos da África Ocidental.

Mas também na Europa se passou a ver com novos olhares estas práticas de solidariedade popular e comunitária, como nos casos, em Portugal, das “ajudadas” e das “vezadas”, no pastoreio e nos trabalhos agrícolas (em Trás-os-Montes, por exemplo), dos fornos comunitários (na Beira Interior, por exemplo) ou em muitas outras dinâmicas de entreajuda comunitária informal, nos trabalhos agrícolas, na auto-construção, em vários serviços pessoais, no *baby-sitting* e em outros tipos de serviços, necessários à vida quotidiana e/ou à sobrevivência. Deixaram de ser vistas como reminiscências do passado, em extinção, para passarem a ser valorizadas como actividades integradas, económicas, sociais e culturais (pelo menos), componentes importantes de uma Economia de Solidariedade ou Economia Solidária Alternativa para o Futuro. O mesmo se pode dizer da Ásia e da Oceania.

Em todas estas situações, a Economia Informal Popular e Comunitária é uma base fundamental desta nova Economia Solidária, não necessitando de se formalizar, para ser acolhida, reconhecida e valorizada.

6. Economia Informal, Feiras Francas e Grupos e Fóruns Comunitários

Neste sentido, é importante fazer referência às experiências inovadoras (mas que recuperam tradições) das chamadas Feiras Francas Comunitárias, que têm sido praticadas em vários Grupos ou Fóruns Comunitários, em Portugal.

Os Grupos (como são designados na Área Metropolitana de Lisboa) ou Fóruns (como são designados nos concelhos de Arouca e Santa Maria da Feira) Comunitários são plataformas ou dinâmicas informais, que juntam a Participação da Comunidade de determinados territórios (normalmente bairros urbanos, aldeias ou freguesias) com a Parceria das instituições, públicas e privadas, que neles intervêm, para, em conjunto, identificarem



ACEP

Nesse sentido, a Economia Informal pode, não só, representar o passado e algumas tradições, mas sobretudo ser portadora de Futuro e de inovações.

os problemas e necessidades dessa Comunidade e reivindicarem ou construírem as correspondentes respostas, com vista à promoção do Bem-Estar e Bem Viver dessa Comunidade⁸.

O primeiro Grupo Comunitário, com estas características⁹, foi criado no Bairro Padre Cruz, na freguesia de Carnide (Lisboa), em 1993, e depois mais três, em 1994, no Bairro da Horta Nova (também freguesia de Carnide - Lisboa), no bairro de barracas da Quinta Grande (na então freguesia da Charneca - Lisboa) e nas Galinheiras (na então freguesia da Ameixoeira - Lisboa), todos no âmbito de projectos de Luta contra a Pobreza, promovidos pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, e que eu acompanhei e ajudei a criar. Todos eles (excepto o da Quinta Grande, entretanto realojada) existem ainda e reúnem mensalmente, para abordar os problemas e necessidades das suas Comunidades e para lhes encontrar soluções.

Esta dinâmica teve réplicas, com o maior número a serem criados depois de 2011, existindo actualmente 27 Grupos Comunitários ou congéneres, na Área Metropolitana de Lisboa, mas seis (chamados Fóruns Comunitários), no concelho de Arouca, e 28 potenciais Fóruns Sociais de Freguesia, no concelho de Santa Maria da Feira, além de três Grupos Comunitários, em São Tomé e Príncipe, dois em Angola e um em Moçambique, que seguem o mesmo figurino e o mesmo guião.

Vários destes Grupos ou Fóruns Comunitários têm adoptado a realização de Feiras Francas Comunitárias, um modelo que foi primeiro experimentado, em 2013, em Macedo de Cavaleiros, no quadro da Rede Social Local, e depois inicialmente replicado em Alcabideche (Cascais), em 2014, no quadro de um projecto da Fundação Aga Khan, em ambos os casos, sob a minha proposta e responsabilidade.

Mais tarde, tem sido também replicado nos Grupos Comunitários do Bairro Fonecas e Calçada - freguesia de Alvalade - Lisboa (neste Natal de 2025, vai ocorrer a sua 11.ª edição), da Horta Nova - freguesia de Carnide - Lisboa (duas edições),

Flamenga - freguesia de Marvila - Lisboa (uma edição) e nos Bairros da Quinta das Laranjeiras - Casal dos Machados - freguesia do Parque das Nações - Lisboa (cinco edições). Também tem sido aplicado no Fórum Comunitário de Canelas e Espiunca - concelho de Arouca (neste Natal de 2025, vai ter a sua quinta edição).

A proposta de uma Feira Franca foi inspirada na filosofia subjacente às feiras francas medievais, em que os senhores feudais organizavam ou facilitavam a existência de feiras ou mercados (ou de localidades, que depois deram origem às “vilas francas”), para expandir o comércio e apoiar os mercadores (e beneficiar do apoio destes), apoiando com os seus exércitos as viagens desses mercadores e sobretudo isentando-os das portagens (impostos cobrados nas “portas”, ou seja, à entrada das localidades ou dos seus feudos) e de outros tributos, que normalmente lhes cobravam pelas suas actividades.¹⁰ Por isso, foram designadas por Feiras Francas, ou seja, beneficiando de isenções de tributação.

A ideia presente nas Feiras Francas, que eu propus e que ganharam aplicação, primeiro em Macedo de Cavaleiros e depois em Alcabideche e nos Grupos e Fóruns Comunitários, foi a de promover feiras ou mercados, para apoio à Economia Local Informal, sem os constrangimentos legais e das tributações fiscais, porque incidindo em pequenas produções caseiras, artesanais e informais locais (incluindo produtos das hortas locais), sem grande relevo económico, em termos de valores envolvidos, mas que representam complementos de baixo valor, para rendimentos familiares ou pessoais, normalmente de pouca dimensão, mas que ajudam a sua sobrevivência. Além deste complemento económico simbólico, estas Feiras Francas Comunitárias são também uma oportunidade de convívio e de interacção social e de expressão cultural, na medida em que, normalmente, apresentam algumas exposições e talentos artísticos locais. É também habitual as suas operações económicas serem realizadas, através da emissão de uma Moeda Comunitária, desenhada, nomeada e decidida pelo Grupo Comunitário, exprimindo a autonomia da Comunidade, na escolha e na emissão da sua Moeda Social.

⁸ Cf., por exemplo, Amaro (2018).

⁹ É importante referir que a prática antecedeu o conceito e a teoria, uma vez que a definição referida só foi construída anos depois de se terem criado e começado a funcionar os Grupos Comunitários.

¹⁰ Sobre o importante papel das feiras medievais para a evolução das sociedades e a afirmação do comércio, como base da constituição do capitalismo, ver a obra essencial de Virgínia Rau: Rau (1983).

Simbolicamente, é frequente, caracterizar-se estas Feiras Francas Comunitárias, como eventos, “onde a ASAE e os serviços das Finanças não podem entrar”, na medida em que todas as operações e actividades envolvidas são informais e apenas de registo comunitário e não de contabilização oficial. Na primeira experiência, realizada em Macedo de Cavaleiros, foi inclusive solicitado e emitido um parecer jurídico a justificar tal excepcionalidade, atendendo à natureza social e de luta contra a pobreza e a exclusão social, que lhe estavam inerentes.

Estas Feiras Francas Comunitárias exprimem a importância e o valor que são atribuídos à Economia Informal, no seu papel de reforço da Economia Local e da Vida em Comunidade. Por isso, são mais do que Economia, representam também Coesão Social, Espaços de Afectos e Identidade Cultural, que são componentes não tributáveis, mas de enorme valor para a Vida em Comunidade. Pode-se também dizer que são um Comum, ou um Bem Comum, no sentido em que são actividades decididas, preparadas e realizada pela Comunidade, para bem dessa Comunidade.

7. O papel e o futuro da Economia Informal no século XXI

Algumas notas e pistas resultam desta reflexão.

A primeira é a de que a Economia Informal é frequentemente considerada como uma realidade única e essencialmente negativa, sendo, por isso, desvalorizada, desconsiderada, estigmatizada e até perseguida e condenada à extinção ou, na melhor das hipóteses, ao desaparecimento pela sua formalização.

Mas a Economia Informal é extremamente diversificada e heterogénea, com componentes de grande valor social, cultural e económico, importantes para a Vida em Comunidade, enquanto Informal e que, por isso, deve ser mantida, reconhecida, valorizada e apoiada, enquanto tal.

Nos últimos cerca de 40 anos, a emergência da Economia Solidária, sobretudo de raiz latino-americana, e uma maior atenção e conhecimento das Epistemologias do Sul,

permitiram reabilitar algumas importantes componentes da Economia Informal Popular e Comunitária, traduzindo dinâmicas económicas integradas recíprocitárias e solidárias, de enorme valor económico, social, cultural e democrático e, por vezes, também ambiental, que prefiguram alternativas económicas mais ricas, substantivas (porque enraizadas nas relações sociais e comunitárias, nas identidades culturais e, por vezes, nos ecossistemas) e, portanto, sistémicas.

Por outro lado, os exemplos das Feiras Francas Comunitárias, operacionalizadas em vários bairros e localidades, pelos Grupos e Fóruns Comunitários, demonstram que é possível (e desejável) apoiar e valorizar algumas componentes da Economia Informal Popular Local, enquanto complementos económicos relevantes, oportunidades de convívio e coesão social, expressão e reforço cultural e possibilidades de democracia deliberativa de proximidade (quanto às decisões que implicam, nomeadamente quando há emissão de Moeda Comunitária), pilares importantes da Vida em Comunidade, assente na promoção do Bem-Estar e do Bem Viver e nos valores da Solidariedade, da Equidade, da Sustentabilidade, da Dignidade e da Democracia.

Desses pontos de vista, a Economia Informal, de base Popular e Comunitária, em articulação com os princípios e os valores da Economia Solidária e do Desenvolvimento Comunitário, pode também ser expressão do que se pode designar pelo “regresso da Comunidade” e dos Comuns, como pilar fundamental de uma Governança Local Partilhada e Participativa¹¹, perante os imensos e complexos desafios do século XXI, depois de a Comunidade ter sido expulsa e marginalizada pelo Capitalismo de Mercado e pelo Capitalismo e pelo Socialismo de Estado, nos séculos XIX e XX. E essa é uma boa notícia para o século XXI, que a Economia Informal pode ajudar a concretizar.

Nesse sentido, a Economia Informal pode, não só, representar o passado e algumas tradições, mas sobretudo ser portadora de Futuro e de inovações.

¹¹ Sobre o conceito de Governança Local Partilhada e Participativa, cf., por exemplo, Amaro & Ferreira (2024).

Referências bibliográficas

- Amaro, R. R. (2009). “A Economia Solidária da Macaronésia - Um novo conceito”. *Revista de Economia Solidária*, n.º 1, pp. 11-28.
- Amaro, R. R. (2018). *Manual de Práticas e Métodos sobre Grupos Comunitários*. Lisboa: Leigos para o Desenvolvimento.
- Amaro, R. R. (2025). “Uma Experiência de Economia Solidária, A Economia do Futuro”. In Largo - Silva, M. e Costa, J. L. (Coordenação Editorial) – *Tomando as ruas, rompemos o silêncio*. Lisboa: Largo Residências, 1.ª edição, cap. VIII, pp. 219-246.
- Amaro, R. R. & Ferreira, B. (2024). “Community Groups in Lisbon - 'Common' paths to democratic co-management in the City” in Esteves, A. M. et al. (eds.). *Solidarity Economy - Alternative Spaces, Power and Politics*. New York and London: Routledge, pp. 190-205.
- Amaro, R. R. & Ferreira, B. (2025): “Macaronesia’s Solidarity Economy, an Ecocentric Concept - on the road to the Ecocene (Oikoscene) or the Chthulucene?”. In Conference proceedings & Publications, “Social Solidarity Economy & The Commons”, International Conference, ISCTE - University Institute of Lisbon.
- Furtado, A. *Economia informal e trabalho informal: duas faces da mesma moeda?* Brasília: Câmara dos Deputados, 2004.
- Krein, J. D. e Proni, M. W. (2010). *Economia informal: aspectos conceituais e teóricos*. Escritório da OIT no Brasil. - Brasília: OIT, 1 v. (Série Trabalho Decente no Brasil ; Documento de trabalho n.4).
- Laville, J.-L. (2018). *A Economia Social e Solidária - Práticas, Teorias e Debates*. Coimbra: Almedina e CES- Universidade de Coimbra.
- Medina, L., & Schneider, F. (2017). “Shadow economies around the world: New results for 158 countries over 1991-2015”. CESifo Working Paper Series No. 6430.
- Medina, L., & Schneider, F. (2018). “Shadow Economies Around the World: What Did We Learn Over the Last 20 Years?”. *IMF Working Papers*, 18(17), 1.
- OIT - Organização Internacional do Trabalho (2012). *A economia informal e o trabalho digno: guia de recursos sobre as políticas. Apoiar a transição para a formalidade*. Lisboa: Copyright da tradução portuguesa © Gabinete de Estratégia e Planeamento 2014.
- Polanyi, K. (2021). *A Grande Transformação - As origens políticas e económicas do nosso tempo*. Lisboa: Edições 70.
- Rau, V. (1983). *Feiras medievais portuguesas: subsídios para o seu estudo*. Lisboa: Editorial Presença.
- Schneider, F., & Enste, D. (2000). “Shadow Economies Around the World: Size, Causes, and Consequences”. *IMF Working Papers*, 00(26), 1.
- Schneider, F., & Buehn, A. (2007). “Shadow Economies and Corruption All Over the World: Revised Estimates for 120 Countries”. *Economics*, 1(1).
- Schneider, F., & Buehn, A. (2018). “Shadow Economy: Estimation Methods, Problems, Results and Open questions”. *Open Economics*, 1(1), 1-29.
- Valodia, I., & Devey, R. (2011). “Formal-informal economy linkages: What implications for poverty in South Africa?”. *Law, Democracy & Development*, 14(1).
- Williams, C., & Oz-Yalaman, G. (2020). “Explaining the informal economy in Western Europe: beyond a rational economic actor perspective”. *Journal Of Economic Studies*.
- Williams, C. C. & Horodnic, A. V. (2019). “Why is informal employment more common in some countries? An exploratory analysis of 112 countries”. *Employee Relations*, 41(6), 1434-1450. <https://doi.org/10.1108/ER-10-2018-0285>
- Young, R., & Lubell, H. (1993). “The Informal Sector in the 1980s and 1990s”. *Industrial and Labor Relations Review*, 46(3), 597.

A informalidade laboral em Angola e a economia(s) da vida

FERNANDO PACHECO E FRANCISCO PAULO
 FUNDADOR DO OBSERVATÓRIO POLÍTICO E SOCIAL DE ANGOLA
 INVESTIGADOR ASSISTENTE NA BUSINESS RESEARCH UNIT (BRU-ISCTE)

“ **A compreensão da informalidade laboral em Angola exige uma análise histórica e estrutural. Este fenómeno resulta de múltiplos factores que se entrelaçam ao longo do tempo, desde opções políticas e económicas pós-independência a dinâmicas urbanas contemporâneas.** ”

Introdução

A informalidade não é apenas um sintoma de subdesenvolvimento, mas também uma resposta adaptativa à rigidez regulatória e às limitações institucionais que pouco têm a ver com a realidade. Em Angola, ela constitui a regra, não a exceção: cerca de 78,6% da população empregada está no setor informal, segundo dados do INE para o segundo trimestre de 2025. Este artigo procura compreender as causas estruturais da informalidade, os seus impactos socioeconómicos e as possibilidades de políticas públicas que reconheçam a informalidade como parte da economia(s) da vida, sem ignorar os riscos que ela acarreta.

Estrutura do mercado de trabalho angolano e os desafios da informalidade

Apesar de sinais marginais de redução, no segundo trimestre de 2025, dos cerca de 12,95 milhões de trabalhadores, mais de 10 milhões permaneciam fora do sistema contributivo e de proteção social, enquanto apenas 2,77 milhões dispunham de emprego formal com contrato e direitos laborais. Este quadro compromete a arrecadação fiscal e limita a eficácia das políticas públicas de redistribuição e inclusão.

A análise da evolução da população economicamente ativa, apresentada na Tabela 1, entre 2019 e 2025 revela um crescimento de aproximadamente 14,5 para 18,2 milhões de pessoas, refletindo não apenas o aumento demográfico, mas também a pressão crescente sobre um mercado de trabalho incapaz de absorver este contingente em condições formais. Mais de 10 milhões de angolanos continuam a trabalhar sem contrato, segurança social ou acesso a direitos laborais.

População com 15 ou mais anos	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025 II T
População Economicamente Activa	14 551 833	15 497 110	16 236 671	16 603 750	17 157 929	18 083 432	18 199 957
População empregada	9 924 675	10 749 488	10 888 048	11 682 309	11 692 638	12 582 279	12 950 875
População com emprego informal		8 685 676	8 788 236	9 402 347	9 411 182	10 018 549	10 180 982
População com emprego formal		2 063 812	2 099 812	2 279 962	2 281 456	2 563 730	2 769 893
População desempregada	4 627 158	4 747 622	5 348 623	4 921 440	5 465 291	5 501 153	5 249 082
População Inactiva	1 901 356	1 617 482	1 549 677	1 895 829	2 119 892	1 967 641	2 256 257
Taxa de actividade	88.4	91	91.3	89.8	89.0	90.2	89.0
Taxa de emprego	60.3	62.8	61.2	63.1	60.7	62.8	63.3
Taxa de Informalidade			80.7	80.5	80.5	79.6	78.6
Taxa de desemprego	31.8	30.6	32.9	29.6	31.9	30.4	28.8
Taxa de Inactividade	11.6	9.5	8.7	10.2	11.0	9.8	11.0

População com 15-24 anos	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025 II T
População Economicamente Activa	4 813 148	5 223 304	5 561 193	5 663 428	5 924 182	6 145 468	6 102 446.0
População empregada	2 095 957	2 335 065	2 235 191	2 666 190	2 473 215	2 802 548	2 886 192.0
População desempregada	2 717 191	2 888 238	3 326 002	2 997 238	3 450 967	3 342 920	3 216 254
População Inactiva	1 090 945	943 127	875 758	1 064 984	1 126 928	1 230 126	1 444 229
Taxa de actividade	81.5	84.7	86.4	84.2	84.0	83.3	80.9
Taxa de emprego	35.5	37.9	34.7	39.6	35.1	38.0	38.2
Taxa de desemprego	56.5	55.3	59.8	52.9	58.3	54.4	52.7
Taxa de Inactividade	18.5	15.3	14	15.8	16.0	16.7	19.1

A Tabela evidencia que o desemprego juvenil é um dos maiores desafios do mercado de trabalho angolano. Até ao segundo trimestre de 2025, cerca de 3,21 milhões de jovens entre 15 e 24 anos (mais de 52%) estavam desempregados, configurando um risco estrutural para a coesão social e para o crescimento económico. Entre as principais barreiras à inserção formal destacam-se a insuficiência de formação técnica, a desarticulação entre políticas educativas e necessidades do tecido económico e a escassez de oportunidades de emprego digno. Este cenário exige políticas integradas que promovam formalização, capacitação profissional e inclusão produtiva, combinando incentivos fiscais à contratação, programas de qualificação orientados para setores estratégicos e apoio ao empreendedorismo juvenil, sobretudo fora dos grandes centros urbanos.

No plano conceitual, o Instituto Nacional de Estatística (INE) de Angola define emprego informal como a situação de uma “pessoa com 15 ou mais anos, empregada no setor privado, em cooperativas, associações, igrejas, organizações não governamentais ou por

conta própria, que se enquadre em pelo menos uma das seguintes condições: (i) exerce atividade sem contrato escrito; (ii) trabalha em unidade de produção não registada junto dos órgãos públicos; ou (iii) não beneficia de qualquer forma de proteção social, como férias pagas ou seguro de saúde” (INE Angola, 2019, *Indicadores de Emprego e Desemprego*).

Em termos sectoriais, a informalidade concentra-se na agricultura e no comércio. Em 2024, 47,7% dos trabalhadores estavam na agricultura e 21,5% no comércio. A agricultura familiar, responsável por cerca de 80% da produção, caracteriza-se por rendimentos muito abaixo do salário mínimo, devido à baixa produtividade da terra e do trabalho, tornando invisíveis aos olhos das políticas públicas milhões de trabalhadores essenciais. Situação semelhante ocorre com quitandeiras e outros vendedores ambulantes, cujos rendimentos, frequentemente inferiores a 50 mil kwanzas, os excluem do pagamento do Imposto sobre o Rendimento do Trabalho (IRT) e das contribuições para a segurança social. O resultado é uma exclusão quase total do sistema de proteção social, com implicações severas para a dignidade e segurança económica, sobretudo na velhice.

A ausência de contribuições para a segurança social faz com que a maioria dos trabalhadores envelheça sem pensão, dependendo de redes de apoio familiares. Programas como o Kwenda, que beneficia mais de um milhão de famílias com transferências monetárias complementadas com inclusão produtiva, mitigam a pobreza extrema, mas são transitórios e não resolvem a falta de cobertura contributiva (Filipe et al., 2024). Assim, a informalidade prolonga a exclusão social, culminando numa velhice sem direitos, reforçando a urgência de políticas que articulem inclusão contributiva, proteção social básica e formalização gradual.

A literatura confirma que a informalidade laboral em Angola é estrutural e historicamente condicionada. Hodges (2004) destaca que a dependência do petróleo e a centralização do poder económico criaram um modelo que dificultou políticas redistributivas e limitou a diversificação produtiva. Orre (2010) evidencia os constrangimentos institucionais e os limites das reformas para inclusão, apontando fragilidade institucional e práticas clientelistas como barreiras à integração laboral formal. Paulo (2021) acrescenta que a falta de articulação entre políticas educativas e necessidades do mercado de trabalho, associada à desadequação curricular, contribui para a reprodução da infor-

malidade e para o desemprego juvenil. Estes autores convergem na ideia de que fatores macroeconómicos, institucionais e sociais exigem respostas integradas, combinando reformas estruturais, qualificação e inclusão produtiva.

Trajectórias históricas da informalidade em Angola

A compreensão da informalidade laboral em Angola exige uma análise histórica e estrutural. Este fenómeno resulta de múltiplos factores que se entrelaçam ao longo do tempo, desde opções políticas e económicas pós-independência a dinâmicas urbanas contemporâneas. Apresentamos seis pontos fundamentais que explicam essa trajetória, abordando causas institucionais, infraestruturas informais, barreiras documentais e impactos das crises económicas.

1. Legado histórico e economia dual (formal e informal).

Após a independência, a opção por um modelo centralizado e por um sector estatal demasiado amplo, com fixação administrativa de preços e atribuição de recursos, gerou escassez e racionamento, favorecendo o surgimento de economias paralelas e de canais informais de abastecimento. A transição para a economia de mercado nos anos 1990 ocorreu sob conflito armado e desindustrialização, reforçando a centralidade de circuitos informais na circulação de bens e serviços. A literatura aponta o pós guerra e a dependência do petróleo como factores que consolidaram uma economia dual: um núcleo formal restrito e uma vasta periferia informal, com efeitos duradouros sobre emprego e proteção social (Hodges, 2004; Lopes, 2014; Venâncio, 2018)

2. Infraestrutura de abastecimento: Roque Santeiro.

O estudo de caso do Mercado Roque Santeiro (em Luanda) mostra como a informalidade se converteu em infraestrutura essencial de abastecimento e emprego ao longo das décadas de crise e escassez, funcionando como “shopping centre dos pobres” e como fornecedor grossista de mercados de bairro – até ao encerramento e realocação em 2010–2011. A dinâmica do “Roque” evidencia a força dos mercados informais quando a capacidade do sector formal é limitada e quando choques (guerra, escassez, administração de preços) ampliam a procura por canais alternativos (Fernandes Lopes, 2007; Cain, 2024)

3. Base urbana e transporte não oficial.

A informalidade angolana apresenta base urbana expressiva, associada à organização de mercados informais e a redes de transporte não oficial – os chamados candongueiros e kupapatas – que se tornaram pilares de mobilidade e rendimento para milhares de famílias. Carlos M. Lopes analisou a formação de preços, a organização associativa e os contratos informais neste ecossistema, destacando acumulação, risco e sobrevivência na economia informal urbana (Lopes, 2011; Lopes, 2014)

4. Perfil do trabalhador informal e propulsores.

No plano empírico, Ernesto e Capilo (2019) caracterizaram o perfil do trabalhador informal e identificaram causas do crescimento do sector: insuficiente criação de emprego formal no pós guerra, migração económica com baixos níveis de escolaridade e elevada taxa de empreendedorismo inicial de pequena escala, frequentemente fora dos circuitos regulados. Os seus resultados sustentam a leitura da informalidade como estratégia de sobrevivência num contexto de oportunidades formais escassas.



ACEP

“ A informalidade prolonga a exclusão social, culminando numa velhice sem direitos, reforçando a urgência de políticas que articulem inclusão contributiva, proteção social básica e formalização gradual. ”

5. Crise económica recente

Desde 2014, a economia angolana tem enfrentado choques significativos decorrentes da queda acentuada do preço do petróleo, acompanhada pela desvalorização cambial e pela contração do crédito, factores que agravaram a vulnerabilidade dos pequenos negócios e das famílias. Estes constrangimentos reduziram drasticamente o acesso ao financiamento, comprimiram o poder de compra e limitaram a capacidade de expansão do emprego formal (CEIC-UCAN, 2021). Entre 2016 e 2020, o país registou uma recessão profunda, com uma taxa média de crescimento anual negativa de -1,3%, reflectindo a fragilidade estrutural da economia (CEIC-UCAN, 2023). Neste contexto adverso, a informalidade consolidou-se como estratégia predominante de sobrevivência, permitindo a geração de rendimentos mínimos, embora sem qualquer forma de protecção social adequada.

6. Falta de documentação civil como entrave.

Entre as causas estruturais da informalidade laboral em Angola, destaca-se a barreira da documentação civil. Sem Bilhete de Identidade (BI), os cidadãos não podem obter número de segurança social nem de contribuinte, requisitos essenciais para contratos formais e inscrição contributiva. Os Resultados Definitivos do Censo 2024 revelam que apenas 52,4% da população com cinco ou mais anos possui BI, deixando quase metade dos angolanos excluída (cerca de 14 milhões sem o BI). Em Angola, o número do BI corresponde ao número de contribuinte fiscal pessoal, sendo também necessário para aceder à segurança social e oportunidades de emprego formal (Fjeldstad et al, 2020). A falta de documentação perpetua vulnerabilidade, pelo que impõe-se implementar estratégias de documentação massiva e interoperabilidade administrativa, base para políticas integradas que articulem registo civil, protecção social e acesso ao emprego digno, reduzindo vulnerabilidades sem destruir redes que sustentam modos de vida.

Sugestões de Políticas para Reduzir a Informalidade

Propõem-se, assim, cinco medidas prioritárias exequíveis no contexto angolano:

1. Campanhas massivas de registo civil e interoperabilidade administrativa.

Implementar programas nacionais para emissão gratuita ou subsidiada do Bilhete de Identidade, integrando sistemas digitais que permitam ligação automática ao número de contribuinte e à inscrição na segurança social. Esta medida é fundamental para reduzir barreiras estruturais à formalização.

2. Formalização simplificada no quadro de uma abordagem que tenha em conta a realidade sociológica e o peso da informalidade na economia. Incentivar a criação de contratos simplificados para micro-empresendimentos e trabalhadores por conta própria, com contribuições sociais escalonadas e reduzidas, associadas a benefícios tangíveis como acesso a microcrédito, compras públicas e contabilidade simplificada nos centros de apoio social integrado. A experiência das caixas comunitárias, uma realidade tangível em algumas áreas rurais, poderia servir de elo inspirador.

3. Pensão mínima vitalícia para idosos vulneráveis. Estima-se que existam cerca de um milhão de idosos sem protecção contributiva. Propõe-se a sua inscrição no INSS e a atribuição de uma pensão mínima vitalícia de **25.000 Kz/mês**, financiada pelo Tesouro Nacional. Este esforço, estimado em **USD 300 milhões/ano**, pode ser absorvido com a redução gradual dos subsídios aos combustíveis, que atualmente consomem mais de **USD 2 mil milhões/ano** (Pacheco e Paulo, 2025 in Novo Jornal Online). Os gastos anuais com a aquisição de viaturas de luxo e outros bens não prioritários poderiam igualmente ser canalizados anualmente para tal esforço. Prioridade deve ser dada a idosos acima de 60 anos que exercem agricultura familiar, pesca artesanal, pastorícia, bem como aos prestadores de serviços urbanos.

4. Expansão e integração do Programa Kwenda. A experiência do Kwenda demonstra impacto positivo na redução da pobreza, mas permanece transitória (Felipe *et al*, 2024). Recomenda-se a sua integração com políticas contributivas, criando mecanismos

de transição para regimes formais e ampliando a cobertura para idosos e trabalhadores informais, com recursos do Tesouro e não a empréstimos como agora acontece.

5. Políticas de capacitação profissional e inclusão produtiva. Desenvolver políticas e programas de formação técnica e profissional alinhados às realidades e necessidades do mercado, com foco em jovens e mulheres, e promover o empreendedorismo em sectores estratégicos fora dos grandes centros urbanos. Estas medidas devem ser acompanhadas por incentivos fiscais à contratação formal.

Conclusão

A informalidade laboral em Angola, entendida como economia(s) da vida, é uma realidade que sustenta milhões de pessoas, garantindo rendimento onde o mercado formal falha. A sua persistência decorre de factores históricos, baixa produtividade, barreiras institucionais e choques macroeconómicos. Reconhecer esta dinâmica implica valorizar contributos invisíveis, e mais do que substituir ou eliminar, construir pontes por simplificar procedimentos, reduzir custos e oferecer benefícios como crédito e compras públicas. Com taxa de informalidade laboral de quase 80% e desemprego juvenil superior a 50%, o risco é sistémico. Campanhas massivas de registo civil são essenciais para inclusão. A proteção social deve equilibrar contributivo e não contributivo, incluindo pensão mínima para idosos vulneráveis. A formalização deve ser gradual, com contratos simplificados e incentivos. Por fim, alinhar educação e mercado é crucial. Formalizar não é punir, mas reconhecer e proteger quem sustenta o país, convertendo contributos invisíveis em direitos visíveis.

Referências bibliográficas

- Cain, A. (2024). “Towards De Criminalising the Angolan Informal Market – What Ever Happened to the Roque”
- CEIC-UCAN. (2021). “*Relatório Económico de Angola 2019–2020*”. Luanda. Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola.
- CEIC-UCAN. (2023). “*Relatório Económico de Angola 2021*”. Luanda. Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola.
- Ernesto, A.; Capilo, G. (2019) “A Economia Informal em Angola: Caracterização do Trabalhador Informal”. *Open Society em Angola*.
- Fjeldstad, O. H., Paulo, F. M., & Orre, A., (2020). “The non-oil tax reform in Angola: Escaping from petroleum dependency?” *The Extractive Industries and Society*, 7(4), 1189–1199. <https://doi.org/10.1016/j.exis.2020.08.011>
- Filipe, P., Andrade, F., Malegas, M., Lopes, O. (2024) “Avaliação de Impacto do Programa KWENDA 2020 – 2024”. FAS – Instituto de Desenvolvimento Local.
- Hodges, A. (2004). “*Angola: Anatomy of an Oil State*”. Indiana University Press.
- INE Angola (2020). “Indicadores sobre Emprego e Desemprego – IEA 2019/2020” (definições e metodologia).
- INE Angola (2025). “Censo 2024 – Resultados Definitivos” (apresentação oficial, 20/11/2025).
- Lopes, C.M.M.G.F. (2007). “Elementos sobre o comportamento de compra em mercados informais: estudo de caso no mercado Roque Santeiro (Luanda)” (tese de doutoramento, 2007). ISCTE
- Lopes, C. M.M.G.F (2014). “A economia informal em Angola: breve panorâmica”. *Revista Angolana de Sociologia*. (Base urbana e organização da informalidade)
- OIT (2024). “Estudo da economia informal para o alargamento da segurança social em Angola” (TdR ESSAFE).
- Orre, A. (2010). “Political Reform in Angola: The Role of External Actors”. Chr. Michelsen Institute.
- Pacheco, F; Paulo, F.M. (2025) “Trabalhadores invisíveis – O peso do emprego informal e o desafio da reforma em Angola”. *Novo Jornal Online* (2025). Disponível em: <https://www.novojornal.co.ao/opiniao/detalhe/trabalhadores-invisiveis---o-peso-do-emprego-informal-e-o-de->

safio-da-reforma-em-angola-67771.html

Paulo, F. M. (2021). “Investing in the people? Analysis of education policies in Angola”. In G. Mukwambo, T. Chikumbu, & M. Mlambo (Eds.), *Routledge Handbook of Public Policy in Africa* (pp. 399–410). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003143840-41>

Venâncio, M. (2018) “A Economia Não Oficial Urbana em Luanda (1960–1996)” (Guerra & Paz, 2018).

Normas em confronto: transportes urbanos informais e regulação em Luanda

CARLOS M. LOPES

DOUTORADO EM ESTUDOS AFRICANOS INTERDISCIPLINARES

“ O transporte informal não é apenas um complemento, mas a espinha dorsal da mobilidade para a maioria dos luandenses ”

1. Introdução: Mobilidade urbana e informalidade em Angola

A cidade de Luanda é marcada por um urbanismo dual, com áreas formalmente planeadas e musseques extensos e adensados. Esta segregação espacial é um produto da história colonial e pós-colonial e tem implicações directas na acessibilidade e na provisão de serviços, incluindo o transporte. Luanda enfrenta desafios crónicos de mobilidade urbana. A ausência de transporte público eficiente levou à consolidação de sistemas informais como os “candongueiros” (miniautocarros que funcionam como táxis partilhados), mototáxis, e, recentemente, táxis por aplicativo. Estes sistemas não apenas preenchem lacunas logísticas, mas também sustentam milhares de empregos e articulam redes territoriais de circulação. O transporte informal não é apenas um complemento, mas a espinha dorsal da mobilidade para a maioria dos luandenses (Rodrigues & N’zita, 2019). O seu elevado grau de informalidade, no entanto, levanta questões de segurança, tributação e condições de trabalho. A informalidade nos transportes urbanos é frequentemente tratada como um problema de segurança ou desordem. A nossa perspectiva é de que deverá ser entendida como uma resposta racional e funcional à ausência de infraestrutura estatal, operando com lógicas próprias de organização, regulação e legitimidade (Lopes, C.M., 2014).

2. Metodologia

A investigação baseia-se numa abordagem qualitativa, crítica e contextualizada, articulando: análise documental de políticas públicas, decretos presidenciais, relatórios da cooperação internacional e análise da informação publicada nos média angolanos.

3. A informalidade: conceito, diversidade e diversidade de categorização

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2018), a instituição de referência na disseminação do conceito, no seu desenvolvimento e na exploração de estratégias para a transformar, a informalidade refere-se a actividades económicas que não estão cobertas por enquadramentos legais, institucionais ou de proteção social. A OIT propõe uma abordagem dicotómica: reconhece a informalidade como forma legítima de sustento, mas defende estratégias de formalização progressiva, com base em diálogo social, proteção social e inclusão produtiva (OIT, 2025). Essa ambivalência permite que diferentes governos e instituições se apropriem do conceito conforme os seus interesses, para justificar políticas de repressão ou para promover programas de inclusão.

Em Angola, essa apropriação é visível em documentos oficiais e programas estruturantes:

- O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND 2023–2027) reconhece a economia informal como “realidade dominante” e como expressão do “espírito produtivo e empreendedor dos cidadãos”, mas também como “modelo de ganhos limitados” que deve ser superado.
- O Programa de Reversão da Economia Informal (PREI), reformulado pelo Decreto Presidencial n.º 148/25, define a informalidade como “actividades económicas fora dos sistemas de registo, tributação e proteção social”.
- No relatório do Inquérito às Organizações Representantes de Actores da Economia Informal (IOPREI), realizado em parceria com a OIT e o PNUD, o INE (2023) adota a definição da OIT, considerando como economia informal:

“Todas as actividades produtivas que não estão cobertas por marcos legais, institucionais ou de proteção social, incluindo trabalhadores por conta própria, microempreendedores não registados e empregados sem contrato formal.”

É uma ambiguidade reveladora que a informalidade, mais do que uma mera categoria estatística, é um campo de disputa simbólica e política, onde se definem os limites da cidadania económica, da legitimidade institucional e da regulação territorial.



ACEP

“ É uma ambiguidade reveladora que a informalidade, mais do que uma mera categoria estatística, é um campo de disputa simbólica e política, onde se definem os limites da cidadania económica, da legitimidade institucional e da regulação territorial. ”

4. Normas informais e organização dos transportes informais

Os sub-sistemas informais de transporte, no quadro mais vasto da regulação rodoviária, operam frequentemente com regras próprias. Os táxis partilhados (candongueiros) seguem rotas fixas, com pontos de embarque definidos, na maior parte dos casos, por uso e costume (Lopes, C.M. 2010). O modelo de operação atribuído ao motorista e cobrador as despesas correntes e a manutenção básica da viatura, bem como responsabilidade pelo pagamento de uma verba semanal aos proprietários da viatura, sendo o excedente realizado o rendimento efectivo da sua actividade (Lopes, C.M., 2011). Os cobradores regulam o fluxo de passageiros e aplicam tarifas negociadas nas estruturas de concertação económica oficial. Um actor central nesse sistema são os “lotadores”, jovens que actuam nas paragens como organizadores de embarque, e angariadores de passageiros. Embora não reconhecidos oficialmente, os lotadores garantem alguma fluidez nas operações. Em zonas como São Paulo e Rocha Pinto, os lotadores operam com regras próprias, definindo turnos, prioridades e até penalidades internas. Os táxis partilhados têm sido a principal opção de transporte de massa para a maioria dos luandenses, preenchendo as lacunas abertas pela limitada frota de autocarros públicos. A imprensa angolana tem reportado frequentemente problemas como a insegurança, o incumprimento de rotas, a especulação de preços e o excesso de lotação. A busca por maior segurança e certificação levou ao desenvolvimento de iniciativas como a aplicação angolana “Umbrella” que, em 2020, visava cadastrar os táxis partilhados, permitindo aos passageiros identificar veículos e motoristas certificados.

A entrada no mercado de plataformas digitais, como a francesa Heetch (2020), a russa Yango (em 2022) e a estónia Bolt (em 2023), juntamente com operadoras nacionais como a Allô Taxi Angola, Kubinga, T'Leva, entre outras, revolucionou o sector. Por um lado, levou à extinção dos poucos taxis convencionais por taxímetro que sobreviviam à gestão pouco profissional de empresas, como a Afritaxis, a Movico ou a AllôTaxi, que foram emergindo e, posteriormente, progressivamente desaparecendo em função de contextos específicos, como sucedeu durante a fase final do Campeonato Africano de futebol realizada em Angola em 2010. As empresas de táxi por aplicativo introduziram um modelo

de operação semelhante ao que é praticado pelos táxis partilhados, oferecendo um serviço que provê maior segurança, comodidade e transparência no preço. Ferramentas como a partilha da localização em tempo real, o conhecimento prévio do valor da corrida, a avaliação de motoristas e a integração com órgãos de segurança, como o Centro Integrado de Segurança Pública (CISP) são destacadas nos media, tal como a cobertura das discussões sobre a regulação do sector pelo Ministério dos Transportes (MITRANS) e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) com as operadoras. Surpreendentemente, a chegada ao mercado destes operadores não gerou tensões significativas com os operadores dos taxis partilhados, a quem vieram subtrair uma parcela da sua procura quotidiana.

O transporte por mototáxi (kupapatas), tornou-se uma realidade incontornável, especialmente nos bairros periféricos e de difícil acesso. Este meio de transporte vingou como uma alternativa ágil, disputando o asfalto e os clientes com os táxis partilhados (Lopes, C.M., 2014). A segurança rodoviária é uma preocupação constante, com a imprensa a alertar para a elevada sinistralidade que envolve motociclos em Angola e o facto de, muitas vezes, o uso de capacete não ser observado pelos condutores. Os mototaxis organizam-se em “paradas” com códigos de conduta específicos, usando por vezes coletes identificativos e estabelecendo entre eles regras de competição cooperativa e pactos de segurança (Lopes, C.M., 2011). Operando maioritariamente na informalidade, os motoqueiros queixam-se da constante pressão da polícia e de fiscais, bem como da falta de licenças, situação que levou a tensões e a pedidos de revogação de medidas restritivas de circulação impostas pelo Governo Provincial de Luanda em 2023.

5. Organizações de representação e divergências institucionais

A crescente organização dos operadores informais (Lopes, C.M., 2023) levou à criação, no segmento de transporte de passageiros, de múltiplas entidades de representação como por exemplo: ANATA (Associação Nacional dos Taxistas de Angola); AMOTRANG (Associação dos Motoqueiros e Transportadores de Angola); ATPPA

(Associação dos Transportadores de Passageiros de Angola); AMOTAG (Associação dos Mototaxistas de Angola); ATLA (Associação dos Taxistas e Lotadores de Angola). Essas organizações actuam como mediadoras entre operadores e Estado, reivindicando reconhecimento legal, proteção social e participação nas decisões sobre mobilidade. Em momentos de crise, como o aumento dos combustíveis em 2023 e 2024, foram protagonistas na articulação de protestos, paralisações e negociações.

Entre 28 a 31 de Julho de 2025, Luanda foi palco de um período de forte tensão social e desordem pública, desencadeadas pela decisão do Governo de reajustar o preço dos combustíveis, nomeadamente com um aumento de cerca de 33%, no âmbito da redução dos subsídios estatais em linha com as recomendações do Fundo Monetário Internacional. Associações como a ANATA (Associação Nacional dos Taxistas de Angola), entre outras, convocaram uma greve de três dias, em protesto directo contra a subida do preço do combustível. O principal argumento era que o aumento inviabilizava a actividade, forçando-os a um reajustamento de cerca de 50% das tarifas de táxi, o que penalizaria gravemente os passageiros.

A paralisação dos "hiasses" causou o caos na mobilidade, deixando milhares de luanenses sem transporte para o trabalho. A greve de taxistas escalou para um movimento de protesto mais amplo, impulsionado por movimentos juvenis, activistas e a sociedade civil, que usaram as redes sociais para convocar manifestações. Os protestos, que visavam a revogação do aumento e a denúncia do custo de vida, degeneraram em vandalismo, pilhagens de lojas, saques a agências bancárias e apedrejamento de autocarros. Os lotadores, em particular, desempenharam papel decisivo nos protestos ocorridos entre 28 a 31 de Julho de 2025. Organizaram bloqueios, marchas e suspensões de serviço em zonas como Viana e Cacuaco. A Polícia Nacional acusou-os de incitar tumultos, propondo a sua extinção como categoria. Em resposta, a ATLA defendeu que os lotadores são agentes de organização comunitária e que a sua exclusão aumentaria o desemprego e a desordem. Numa tentativa de mitigar o impacto económico dos distúrbios, o Ministério das Finanças anunciou a criação de uma linha de financiamento no valor de 50 mil milhões de kwanzas para apoiar os estabelecimentos comerciais que foram vandalizados e pilhados. A greve foi suspensa no início de agosto de 2025, mas os protestos expuseram a profunda crise social e a fragilidade do sistema de transportes em Luanda, num contexto onde o

aumento dos preços do combustível se traduziu directamente num agravamento do custo de vida da maioria da população.

6. O PREI e a reconversão da economia informal

Chen e Carré (2020) observaram que a recomendação da OIT de 2015 teve um grande impacto na nova narrativa sobre o emprego no sector informal. O impulso mais comum e a resposta política ao "problema" do sector informal tem sido a sua "formalização" (Lopes, C.M., 2024). Na perspectiva do Governo de Angola, a informalidade traduz-se em baixa produtividade, fraca protecção social, evasão fiscal, insegurança jurídica e limitações severas ao planeamento económico do Estado. O que levou o Governo de Angola, com apoio de diversos parceiros de desenvolvimento, a criar, em 2018, o Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), cujo quadro jurídico inaugural foi consagrado pelo Despacho Presidencial n.º 207/21, de 6 de Dezembro (Lopes, C.M., 2024). Posteriormente foi aprovada a Estratégia de Transição da Economia Informal para a Economia Formal (2020). Após um período de implementação marcado por avanços institucionais e limitações operacionais, e de um interregno sem direcção efectiva, o PREI entrou agora num novo ciclo, materializado através de um novo Decreto Presidencial que aprovou o Regulamento do PREI (Decreto Presidencial n.º 148/25), estruturando um modelo de governação, coordenação, financiamento e actuação territorial que procura responder de forma mais eficaz aos desafios da formalização económica.

7. Cooperação internacional: entre a inclusão e a exclusão

O Banco Mundial tem desenvolvido projectos de mobilidade urbana em África com foco em inclusão e sustentabilidade (World Bank, 2022). Em Angola, o Banco Mundial apoia tecnicamente o Projecto Luanda Mobilidade Sustentável e recomenda: integração



DREAMSTIME

**O transporte por mototáxi
(kupapatas) tornou-se uma realidade
incontornável, especialmente nos
bairros periféricos e de difícil acesso.**

dos operadores informais nos sistemas de transporte público; reconhecimento das estruturas organizativas locais, e; formalização gradual com base em auscultação comunitária e acordos territoriais. Essas recomendações reforçam a necessidade de políticas públicas que reconheçam a informalidade. O Projecto Luanda Mobilidade Sustentável, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 180/24, prevê investimentos de 3.200 milhões USD até 2030. Os seus componentes incluem: construção de um metro de superfície; implantação de corredores de Bus Rapid Transit (BRT) e; requalificação de vias e integração de sistemas formais e informais. Muitos candongueiros e kupapatas temem ser excluídos das novas redes, sem alternativas viáveis, face à ausência de consulta às associações representativas desses segmentos.

O Programa Mototáxi Seguro, desenvolvido pela Associação dos Mototaxistas e Transportadores de Angola, o Governo Provincial de Luanda e parceiros como a OIT, promove: formação em segurança viária e primeiros socorros; distribuição de capacetes, coletes e sinalização, e; implementação da carteira profissional do mototaxista, conforme o Decreto Presidencial n.º 123/22. É uma abordagem que respeita as lógicas organizativas dos operadores e propõe uma formalização gradual e territorialmente sensível.

8. Tensões entre Estado e agências de cooperação

O confronto normativo e institucional em torno da informalidade não se limita às tensões entre Estado e actores locais. Também se manifesta entre os próprios Estados nacionais e os agentes de cooperação internacional, especialmente quando há divergências sobre os modelos de formalização, os critérios de legitimidade e os ritmos de transição. Essa disputa ocorre em diversas dimensões:

- Os agentes de cooperação como a OIT, o Banco Mundial ou a União Europeia costumam propor modelos de formalização baseados em princípios universais: registo fiscal, acesso ao crédito, proteção social, inclusão digital. Esses modelos nem sempre dialogam com os contextos locais, os saberes comunitários ou as formas híbridas de organização. Os Estados nacionais, como Angola, podem adoptar abordagens mais pragmáticas ou selectivas, priorizando sectores estratégicos, zonas urbanas específicas ou metas políti-

cas. O PREI, por exemplo, incorpora elementos da OIT, mas adapta o discurso à lógica do Plano Nacional de Desenvolvimento 2023-2027, tratando a informalidade como “expressão do espírito empreendedor” e, ao mesmo tempo, como “modelo de ganhos limitados”

- Os agentes de cooperação internacional tendem a valorizar o papel das organizações comunitárias, cooperativas e associações informais como interlocutores legítimos. Já os Estados, por vezes, preferem negociar com estruturas formais, reconhecidas juridicamente, ou com entidades alinhadas ao poder político.

- A cooperação internacional costuma operar com cronogramas técnicos, metas de impacto e indicadores padronizados. Já os Estados enfrentam pressões políticas, limitações orçamentais e dinâmicas territoriais que exigem adaptações, podendo gerar-se fricções na execução de projectos conjuntos. Por exemplo, o Projecto Luanda Mobilidade Sustentável prevê corredores BRT e bilhética digital. No entanto, a sua implementação enfrenta resistência local por não integrar os candongueiros e mototaxistas nas decisões. O Estado angolano, por sua vez, tenta equilibrar os compromissos internacionais com as “exigências” internas.

9. Conclusão: a informalidade como infraestrutura social de mobilidade e o imperativo de uma regulação contextualizada e negociada

A informalidade, num contexto como o de Luanda, não é apenas um desafio técnico, mas um terreno de confronto sobre o futuro das cidades, da cidadania e da economia. Os transportes informais não são apenas soluções logísticas, mas infraestruturas sociais que sustentam a vida urbana. Eles conectam bairros periféricos, permitem acesso ao trabalho, à escola e à saúde, e articulam redes de solidariedade, constituindo uma forma de organização funcional e territorial que responde às falhas do Estado e às dinâmicas locais.

A informalidade nos transportes urbanos de Luanda deve ser reconhecida como campo legítimo de produção normativa. Em vez de impor modelos externos ou repressivos,

é necessário construir políticas públicas e projectos de cooperação que dialoguem com os saberes e práticas sociais locais, respeitem as formas de organização existentes e promovam inclusão sem exclusão ou confinamento. A regulação eficaz não nasce da imposição, mas da negociação entre Estado, operadores informais, passageiros e agentes da cooperação. Reconhecer à informalidade direitos de cidadania é o primeiro passo para uma mobilidade urbana mais justa, plural e funcional.

Bibliografia

Chen, M. e Carré, F. (2020). *The Informal Economy Revisited: Examining the Past, Envisioning the Future*. Routledge Explorations in Development Studies

Lopes, C.M. (2024). Da economia política à política económica: (novas) dinâmicas e (novas) narrativas sobre a informalidade em Angola. In Santos, D. (2024), *Escrever Angola*, (pp 375-406)

Lopes, C.M. (2023). (Coord.) *Organizações de Representação da Economia Informal nos PALOP*. CEJES-UAN. Mayamba Editora

Lopes, C. M. (2014). A economia informal em Angola: breve panorâmica. *Revista Angolana de Sociologia*, (14), 45–60. <https://journals.openedition.org/ras/1094>

Lopes, C.M. (2011). *Candongueiros & kupapatas: acumulação, risco e sobrevivência na economia informal em Angola*. Principia Editora. Cascais. Portugal.

Lopes, C.M. (2010). Dinâmicas do associativismo na economia informal: os transportes de passageiros em Angola. *Análise Social*, vol. XLV (195), 2010, 367-391

Instituto Nacional de Estatística. (2023). *Estudo das Organizações Representantes de Actores da Economia Informal em Luan-*

da (IOPREI). INE. <https://www.ine.gov.ao>

OIT (2025). *Abordagens inovadoras para combater a informalidade e promover a transição para a formalidade para um trabalho digno Conferência Internacional do Trabalho 113.ª Sessão, 2025*

OIT. (2018). *Women and men in the informal economy: A statistical picture* (3rd ed.). Geneva: International Labour Office. https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_626831/lang--en/index.htm

OIT (2015). *Resolution concerning efforts to facilitate the transition from the informal to the formal economy*, adopted on 12 June 2015 (Geneva). http://www.ilo.ch/ilc/ILCSessions/104/textsadopted/WCMS_380780/lang--en/index.htm

Presidência da República de Angola. (2025). *Decreto Presidencial n.º 148/25: Programa de Reversão da Economia Informal (PREI)*. Diário da República.

Presidência da República de Angola. (2024). *Decreto Presidencial n.º 180/24: Aprova o Projecto Luanda Mobilidade Sustentável*. Diário da República.

Presidência da República de Angola. (2022). *Decreto Presidencial n.º 123/22: Regime Jurídico da Actividade de Mototáxi*. Diário da República.

Saber e circunstâncias

Rodrigues, N., & N'zita, K. (2019). O impacto dos "Candongueiros" na mobilidade urbana e na economia informal de Luanda. Cadernos de Estudos Africanos, (38), 101-120.

World Bank. (2022). Africa's urban transport: Challenges and opportunities. Washington, DC: The World Bank. <https://www.worldbank.org/en/topic/transport/publication/africa-urban-transport>

Alguns relatos consultados nos mídia angolanos

Título do Artigo/Fonte	Data de Publicação
Lei angolana de serviço de táxi por aplicativo em fase de conclusão (Agência Nacional de Transportes Terrestres)	1/12/2023
Regulamento de táxi por aplicativo aguarda luz verde do Conselho de Ministros - Agência nacional de transportes terrestres ((NovoJornal)	17/8/2024
Greve dos taxistas em Luanda marcada por tensão, desordem, pilhagens e vandalismo (Rádio Nacional de Angola)	28/7/2025
Pilhagens, barricadas e pneus queimados marcam início da greve dos taxistas em Luanda (Observador)	28/7/2025
Taxistas iniciaram hoje greve de três dias (Expansão)	28/7/2025

O comércio informal no centro de Joanesburgo: governança real, informalidade e cidadania nos espaços urbanos

ANTONIO PEZZANO
UNIVERSIDADE DE NÁPOLES L'ORIENTALE

“ No centro de Joanesburgo, as autoridades municipais não formam uma entidade homogénea, acabando por não seguir uma estratégia única, transparente e coerente para governar a complexidade do fenómeno. ”

Introdução

Este artigo explora a *governança* real das políticas sobre o comércio informal na cidade de Joanesburgo, com base em pesquisas empíricas participativas realizadas pelo autor em várias fases.

A hipótese é que, no centro de Joanesburgo, as autoridades municipais não formam uma entidade homogênea, acabando por não seguir uma estratégia única, transparente e coerente para governar a complexidade do fenómeno. Pelo contrário, assiste-se a uma *governança assimétrica*, ou seja, a uma mistura de intervenções estatais, que combinam diferentes práticas e técnicas de governo. Se por um lado a administração municipal produz uma ampla documentação normativa sobre o comércio informal, que parece seguir estratégias de legitimação dos comerciantes informais em torno dos conceitos de «formalização» e «integração» ou, melhor dizendo, «incorporação», por outro vários actores estatais, exercendo o seu poder, agem de forma arbitrária, que pode ser definida como «predatória», em função dos seus próprios interesses. Estas práticas criam zonas diferenciadas de soberania e cidadania, com base nos diferentes interesses do mercado (Ong 2006), e remodelam as relações entre Estado e comerciantes informais.

A ambiguidade e a assimetria do sistema de *governança* têm como objetivo criar uma lógica seletiva na alocação de recursos, que é também a base sobre a qual os diferentes actores estatais podem exercer a autoridade. É o poder do Estado que determina a informalidade e que discrimina com base nela, criando formas de ilegalidade na regulamentação e na reorganização espacial.

No entanto, como o Estado não exerce de forma unívoca e coerente um poder opressivo ou repressivo (Lindell 2008, 2010a, 2010b), podem abrir-se novos espaços de interação para os comerciantes informais, que assim podem influenciar a implementação das próprias políticas públicas.

Pode-se, portanto, afirmar que essa governança assimétrica é funcional a uma neoliberalização das políticas urbanas: por um lado, formas intolerantes de controlo do espaço, que podemos definir em termos de «reorganização neocolonial do espaço» (Steck *et al.* 2013: 147, 155-157), reproduzem continuidades históricas de cooptação e repressão que

limitam e fragmentam a agência dos comerciantes informais; por outro lado, uma pluralidade e variedade de atores e interesses emergem no terreno e organizam-se autonomamente em novos modelos de gestão empresarial do comércio informal, que podemos considerar como uma «reorganização neoliberal do espaço» (Steck *et al.* 2013: 158-162). Estes novos modelos, no caso específico de Joanesburgo, são realizados e conduzidos principalmente pelo setor privado e integram ou incorporam de forma parcial e exclusiva apenas uma minoria de vendedores ambulantes informais nos chamados City Improvement Districts (CID), enquanto a maioria deles permanece localizada em áreas superlotadas do centro da cidade, mal ou nada administradas, excluídas do acesso aos plenos direitos de cidadania social e económica.

Informalidade

Na base desta análise está a ideia de que a informalidade urbana é um espaço político no qual os atores sociais coletivos negociam os diferentes interesses com os vários centros de poder em várias escalas, ou seja, é uma «forma de produção do espaço» (Roy, AlSayyad 2004; Roy 2009a) mais do que um setor económico segundo a definição liberal (de Soto 1989, 2000). Nesta interpretação política, a informalidade é produzida pelo Estado no seu interior e não fora dele. O Estado, na sua pluralidade de ação, em muitos casos, opera de acordo com uma «informalidade calculada» (Roy 2009b), ou seja, práticas de «flexibilidade territorializada» através das quais exerce o poder soberano e tira partido da valorização diferenciada dos recursos do seu território. O Estado, portanto, utiliza a informalidade como instrumento de acumulação e autoridade (Roy 2009b: 81), criando «estados» e «zonas» de exceção (Agamben 2003; Ong 2006) nos quais se situa fora da lei para implementar políticas locais de desenvolvimento que, assim, se esclerotizam numa negociação fragmentada entre uma pluralidade de atores e interesses em jogo.

A informalidade, além de ser uma forma de soberania, é também expressão do poder de classe, que discrimina e criminaliza algumas formas e práticas informais, normalizando outras como práticas do Estado. Nesse sentido, a informalidade é uma estrutura de poder (Roy 2009b: 84) mais do que um fenómeno popular democrático nascido de baixo

(Appadurai 2001) ou práticas para-legais de grupos sociais subalternos (Chatterjee 2004; Bayat 2000).

Esta perspectiva ajuda-nos a compreender como a governação, frequentemente marcada por redes informais nos contextos urbanos africanos, é definida pela interação e pela relação com o Estado e com instituições e formas de autoridade variáveis e plurais, mais do que pela ausência do Estado ou por uma autonomia em relação a ele. Estas relações podem ser de diálogo ou de exclusão, de apoio institucional por parte dos atores sociais ou de cooptação por parte do Estado (Meagher 2009). Mas é o Estado que tem o poder de determinar e definir as fronteiras entre legalidade e ilegalidade, entre formalidade e informalidade, e de criar a marginalização e criminalização dos atores informais. As diferentes trajetórias e circunstâncias que levam o Estado a reprimir, cooptar ou criar alianças com os atores informais variam nas diferentes situações sociais e nos diferentes contextos históricos.

Os comerciantes informais e o Estado em África

Os vendedores ambulantes são figuras emblemáticas da informalidade das cidades africanas. A sua presença não é um fenómeno novo (Coquery-Vidrovitch 1991). Desde o início do colonialismo, a gestão dos *hawkers*, como eram depreciativamente chamados, foi percebida pela maioria das autoridades municipais como uma questão de acesso à cidadania para os residentes urbanos africanos. Os vendedores ambulantes sempre foram um problema para as autoridades das cidades coloniais e pós-coloniais, porque ocupam espaços públicos centrais e estratégicos num planeamento modernista da cidade. Diante da dificuldade em controlar e governar o fenómeno, as autoridades públicas desenvolveram uma atitude intolerante em relação aos comerciantes informais, aos quais impediram o acesso aos espaços públicos, excluindo-os do direito à cidade e confinando a sua gestão às políticas da marginalidade. Esta agenda modernista de desenvolvimento encontrou continuidade nas práticas «empresariais» das cidades africanas contemporâneas, concebidas para serem de *classe mundial* e atrair investimentos internacionais no cenário da concorrência globalizada. Nelas, as atividades informais, consideradas expressão de um atraso

«africano», devem ser «regularizadas» ou, caso contrário, eliminadas dos centros urbanos transformados em espaços «vitrine» (Steck et al. 2013: 146-149).

Despejos e perseguições marcaram a história das relações entre comerciantes informais e autoridades urbanas locais (Potts 2008). No entanto, «as relações entre o Estado e os atores informais não podem ser reduzidas a um antagonismo unívoco ou a redes clientelares híbridas (...). Dentro do Estado podem coexistir e combinar-se diferentes – e aparentemente contraditórias – formas de exercício do poder» (Lindell 2010a: 16-17). Da mesma forma, a ação dos comerciantes informais, em relação ao Estado, é plural e diversificada, por vezes contraditória, variando de uma atitude passiva de afastamento e regresso ao local de venda ao que Bayat (1997, 2004) define como a «tranquila invasão do comum» até formas de contestação coletiva. Eles são capazes de tirar proveito da pluralidade do Estado, bem como das dinâmicas da política local (Bénit-Gbaffou et al. 2013). Como afirma Lindell (2010b), a agência dos atores informais pode ser explicada em termos de protesto (voz) e também de deserção (saída). Grande parte da literatura inicial sobre o setor informal, na década de 1980, concebia a ação dos atores sociais em termos de «deserção», tanto na forma de comportamentos individuais como de trajetórias coletivas de distanciamento ou desligamento (*disengagement*) do Estado (Rothchild, Chazan 1988). Mais recentemente, uma vasta literatura destacou o amplo e complexo espectro de formas de ação coletiva com que os atores sociais interagem com o Estado, seja contestando políticas e leis que lhes são desfavoráveis, seja reivindicando legitimidade, direitos socioeconómicos fundamentais e maior participação (Lindell 2010a). No entanto, não podemos considerar estas mobilizações como uma ação política capaz de reequilibrar todas as formas de exclusão.

Embora as formas de protesto dos trabalhadores e empresários informais estejam a aumentar em toda a África, como sugere Meagher (2010: 62), a política da deserção não foi substituída por uma força política (*voz política*) do informal. Embora seja possível observar uma continuidade da ação individual para a coletiva nas múltiplas escalas de compromisso e nas várias formas de poder da política urbana, é preciso questionar como as diferentes ações sociais (individuais e coletivas) e práticas políticas se interligam e em benefício de quem; como e por que os atores sociais passam de estratégias de «deserção» para formas de «protesto» em determinadas situações. Para compreender melhor a política da informalidade, é necessário olhar para os diferentes níveis das relações de poder,

tanto nos mecanismos internos das organizações de base como nas relações com outros atores não estatais, sejam eles atores sociais, como sindicatos e movimentos globais de trabalhadores informais, ou partes interessadas, como as empresas do setor privado que estão a desempenhar um papel cada vez mais importante em contextos marcados por modelos de governação «empresarial» (Meagher, Lindell 2013).

Estratégias diversificadas na ação dos comerciantes informais em relação ao Estado em Joanesburgo

A partir da análise de três momentos salientes ocorridos entre 2011 e 2013 (o lançamento do plano estratégico municipal *Joburg 2040*; a plataforma organizada pelo Governo provincial de Gauteng; a Operação Clean Sweep), é possível analisar as mudanças e a continuidade na *governança* assimétrica do comércio informal no centro de Joanesburgo: a «agenda dupla» das autoridades municipais e a consequente diversificação da agência dos comerciantes informais (Pezzano 2016). A administração caótica das autoridades municipais e o surgimento de um modelo empresarialista na gestão do comércio informal não foram favoráveis à ação das organizações de comerciantes e à criação de movimentos sociais. Mas as formas de participação, embora impostas de cima, abriram espaços para negociar visibilidade, legitimidade e reivindicação dos direitos dos comerciantes informais.

Durante o processo «participativo» de elaboração do *Joburg 2040*, em setembro de 2011, os comerciantes informais foram convidados, juntamente com todas as outras partes interessadas, a expressar as suas reivindicações e a apresentar a sua plataforma. A abordagem dos funcionários municipais não foi verdadeiramente participativa. No entanto, os comerciantes informais, apoiados por alguns representantes do Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos (COSATU) e pelos investigadores do Yeoville Studio, solicitaram e obtiveram mais reuniões para discutir e elaborar uma plataforma antes de ir para a consulta pública. Os espaços de participação «criados» (Cornwall 2008) produziram então um documento de posição no qual os comerciantes informais pediam maior participação, autogestão e compromisso das autoridades municipais.

Enquanto os representantes dos comerciantes foram convidados a expressar a sua opinião e apresentar a sua posição em reuniões oficiais, a polícia municipal perseguia aqueles que trabalhavam nas ruas da cidade e, imediatamente após o processo de consulta, alguns funcionários municipais, com a ajuda de conselheiros da oposição, notificaram os despejos e expulsaram alguns vendedores das ruas de vários bairros residenciais *do centro da cidade* de Joanesburgo. Nos meses seguintes, ocorreram novos episódios de agressão, a tal ponto que os comerciantes solicitaram e obtiveram, após várias negociações, em 11 de maio de 2012, uma assembleia para discutir leis e regulamentos sobre o comércio informal. Embora a municipalidade tenha declarado oficialmente ter chegado a um acordo com os comerciantes sobre a revisão dos regulamentos municipais, uma das associações mais ativas, a SANTRA, foi praticamente excluída. Este episódio é interessante porque demonstra que, quando o confronto com as autoridades municipais se torna conflituoso, estas bloqueiam o processo participativo.

O lançamento de uma nova política é ainda hoje, como no passado, uma oportunidade para as autoridades municipais reafirmarem o seu controlo sobre o espaço e fazerem respeitar a «ordem e a segurança», através de uma incorporação seletiva constante de um número limitado de vendedores ambulantes, funcionais ao proclamado desenvolvimento de uma World Class African City, com a exclusão, em contrapartida, da maioria deles, criminalizados e perseguidos como «ilegais».

No entanto, os comerciantes informais não são passivos e a sua ação é capaz de abrir e reconfigurar espaços e combinar estratégias diferenciadas na interação com os diferentes níveis do Estado, como nos casos da plataforma organizada pelo Governo provincial de Gauteng entre 2012 e 2013 e do recurso ao Tribunal Constitucional contra as remoções forçadas da Operação Clean Sweep em dezembro de 2013.

Perante a estratégia ambivalente de *stop and go* da Câmara Municipal de Joanesburgo, alguns líderes dos comerciantes intensificaram as relações com o nível superior do Governo provincial, que tinha adotado uma política desenvolvimentista de crescimento económico inclusivo na Estratégia de Crescimento e Desenvolvimento do Emprego de Gauteng, na qual se considerava que a economia informal era capaz de «gerar rendimentos para aqueles que não têm acesso a nenhuma fonte de rendimento» (Gauteng 2011: 25).

A estratégia do governo provincial foi explicada em alguns seminários realizados

entre novembro de 2012 e junho de 2013, para os quais foram convidados representantes dos comerciantes informais (Matjomane 2013: 90-108). O objetivo principal era uma «normalização» do setor, garantindo um quadro jurídico em conformidade com o processo normativo nacional, a regularização dos comerciantes informais e a criação de uma plataforma comum. Os apelos à regularização e à unidade foram acolhidos favoravelmente pela maioria dos representantes das associações de comerciantes, especialmente no seminário de 22 de abril de 2013, quando reviram as suas posições sobre as estratégias de «regularização», vislumbrando oportunidades nos novos programas governamentais. Embora a maioria das organizações compreendesse a importância da unidade, surgiram divisões na condução do processo que, juntamente com acontecimentos contingentes, levaram à sua interrupção.

Esta estratégia diversificada dos comerciantes pode ser interpretada como uma «incorporação seletiva a partir de baixo» (Meagher, Lindell 2013: 68), o que, por si só, não implica, porém, uma consolidação das formas de organização política dos comerciantes.

Os comerciantes informais aproveitaram a competição política entre os níveis governamental, provincial e local, e entre os atores políticos para legitimar e consolidar a sua posição e *responsabilidade*. No entanto, as organizações de comerciantes informais mobilizaram-se principalmente em torno de questões relacionadas com as atividades quotidianas, como despejos, abusos policiais e confiscação de mercadorias, por vezes também como estratégia dos líderes para controlar o processo de atribuição de espaços e obter vantagens pessoais, em vez de reivindicações coletivas sindicais relacionadas com a sua posição de classe como trabalhadores «casuais», «marginalizados», «precários» e explorados. Apesar de uma liderança fragmentada e personalizada, os comerciantes foram, ainda assim, capazes de resistir e opor-se com sucesso às injustiças estruturais, como no caso da Operação Clean Sweep.

Em outubro de 2013, o presidente da câmara lançou a Operação Clean Sweep, que resultou na remoção forçada de milhares de comerciantes informais do centro de Joanesburgo. A campanha tinha como objetivo a «reabilitação» do centro urbano e a «luta contra a ilegalidade», identificando como principais problemas a resolver: o comércio ilegal, a eliminação de resíduos, a ocupação abusiva de edifícios e as ligações ilegais às redes de água e eletricidade. Embora o programa de ação visasse abordar o problema mais geral da degradação urbana, de acordo com o novo plano de transformação *do centro da cidade*,



DR

Quanto mais os comerciantes informais vêm o seu acesso ao Estado restringido, mais prejudicam os espaços de negociação e representação coletiva que podem mudar as políticas estatais.

a atenção foi dada apenas ao objetivo operacional de curto prazo mais fácil de alcançar: remover os vendedores das ruas – sem, no entanto, oferecer-lhes uma solução alternativa.

Antes do início da operação, na verdade, a Câmara Municipal havia iniciado negociações com alguns representantes dos comerciantes para identificar e remover os comerciantes «ilegais». Foi somente quando a polícia, sem consulta prévia, expulsou indiscriminadamente os autorizados e os não autorizados que os comerciantes começaram a contestar a operação (Bénet-Gbaffou 2014: 6). Isto demonstra mais uma vez a contraditória agenda dupla das autoridades municipais. No momento em que o município anuncia a reformulação de uma política mais proativa, envolvendo todas as partes interessadas num processo inclusivo, e procura implementar uma nova estratégia «coesa e participativa», apoiada por discursos de sustentabilidade e resiliência, reativa simultaneamente repertórios e práticas restritivas e repressivas resultantes de uma «reorganização neocolonial do espaço», procedendo a uma operação de “limpeza” para manter fora os atores sociais indesejados e incorporar um número restrito deles. Mas, neste caso, os comerciantes criminalizados reagiram com uma ação conflituosa que, em certa medida, obstaculizou e questionou a estratégia municipal. Após algumas negociações fracassadas com a municipalidade para a verificação de um processo de recadastramento e uma decisão negativa do Tribunal Superior de Gauteng do Sul, duas organizações, a SAITF e a SANTRA, recorreram com urgência ao Tribunal Constitucional. Em 5 de dezembro de 2013, o Tribunal decidiu a favor dos comerciantes, reconhecendo a urgência de parar as remoções e permitir que eles voltassem aos seus locais de trabalho. A decisão do Tribunal foi uma vitória para todos os comerciantes, quer fosse interpretada como o resultado de uma estratégia jurídica eficaz partilhada, quer como uma reação aos interesses mais restritos dos comerciantes «legais». Nas motivações da decisão, publicadas em 4 de abril de 2014, o Tribunal, além de condenar a operação como um ato em si de «humilhação e abjeção», desmascarou e limitou a política restritiva municipal, considerada «ilegítima», «indiscriminada», «falsa» e «em flagrante violação dos direitos dos comerciantes».

Na prática, a ação judicial vitoriosa revelou as práticas exclusivas das autoridades municipais, baseadas numa aplicação restritiva da lei, cnicamente justificadas em termos de «conveniência» para esconder o fracasso crónico da gestão do comércio de rua, apesar de um quadro normativo nacional e municipal desenvolvimentista.

Conclusões

Nas últimas décadas, o processo de neoliberalização das autoridades municipais em Joanesburgo considerou inicialmente as atividades informais como um fenómeno temporário a ser eliminado com «um crescimento económico sustentável». Assim, devido à ação resiliente dos comerciantes informais, a Câmara Municipal de Joanesburgo elaborou discursos mais «integrados» de gestão do comércio informal, que, no entanto, não foram corroborados pela implementação das políticas adotadas. Surgiram contradições evidentes entre os modelos normativos e os modelos empíricos de gestão. Na prática, é possível observar uma continuidade histórica de estratégias cooptativas nas políticas públicas: uma «incorporação seletiva» de um número restrito de comerciantes informais, que é funcional aos interesses das empresas que investem na requalificação do centro, mas que produz a exclusão, a criminalização e a marginalização da maioria dos comerciantes informais. As autoridades municipais exerceram assim o seu controlo e poder sobre os vendedores ambulantes através de uma contraditória «agenda dupla», em que a retórica da participação contrasta com a aplicação repressiva da lei. Esta estratégia diversificada de compromisso pode ser vista como uma «incorporação seletiva a partir de baixo». A capacidade de se relacionar com o Estado nem sempre alimenta ações políticas coletivas, porque as condições, as modalidades e os tempos da interação são mais frequentemente decididos pelos atores estatais ou do setor privado, especialmente num contexto de *governança* urbana assimétrica e deliberadamente fragmentada. Quanto mais os comerciantes informais vêem o seu acesso ao Estado restringido, mais prejudicam os espaços de negociação e representação coletiva que podem mudar as políticas estatais. No entanto, os comerciantes informais de Joanesburgo foram capazes de formar novas, embora embrionárias, formas de ação e reivindicação coletiva e de criar alianças estratégicas com outras instituições e organizações para melhor reivindicar os seus direitos e proteger as suas atividades.



DR

Os comerciantes informais aproveitaram a competição política entre os níveis governamental, provincial e local, e entre os atores políticos para legitimar e consolidar a sua posição e responsabilidade

Bibliografia

Agamben G. (2003), *Estado de exceção*, Bollati Boringhieri, Turim.

Appadurai A. (2001), *Deep Democracy: Urban Governmentality and the Horizon of Politics*, em «Environment and Urbanization», vol. 13, n.º 2, pp. 23-43.

Bayat A. (1997), *Un-civil society: The Politics of the 'Informal People'*, em «Third World Quarterly», vol. 18, n.º 1, pp. 53-72.

Bayat A. (2000), *From 'Dangerous Classes' to 'Quiet Rebels'. Politics of the Urban Subaltern in the Global South*, em «International Sociology», vol. 15, n.º 3, pp. 533-557.

Bayat A. (2004), «*Globalization and the Politics of the Informals in the Global South*», em A. Roy, N. AlSayyad (eds.), *Urban Informality: Transnational Perspectives from the Middle East, Latin America, and South Asia*, Lexington Books, Lanham MD.

Bénit-Gbaffou C., A. Dubresson, L. Fourchard, K. Ginisty, S. Jaglin, A. Olukoju, S. Owuor, J. Vivet (2013), «*Exploring the Role of Party Politics in the Governance of African Cities*», em S. Bekker, L. Fourchard (eds.), *Governing Cities in Africa. Política e Políticas*, HSRC Press, Cidade do Cabo, pp. 17-41.

Chatterjee P. (2004), *The Politics of the Governed: Reflections on Political Society in*

Most of the World, Columbia University Press, Nova Iorque.

Coquery-Vidrovitch C. (1991), «*L'informel dans les villes Africaines: Essai d'analyse historique et sociale*», em C. Coquery-Vidrovitch, S. Nedelec (eds.), *Tiers-mondes: L'informel en question*, L'Harmattan, Paris, pp. 170-196.

Cornwall A. (2008), *Unpacking 'Participation': Models, Meanings and Practices*, em «Community Development Journal», vol. 43, n.º 3, pp. 269-283.

Governo Provincial de Gauteng (2011), *Estratégia de Crescimento e Desenvolvimento do Emprego de Gauteng (GEGDS)*, Departamento de Desenvolvimento Económico de Gauteng, Joanesburgo

Lindell I. (2008), *Os múltiplos locais da governança urbana: insights de uma cidade africana*, em «Urban Studies», vol. 45, n.º 9, pp. 1879-1901.

Lindell I. (2010a), «*Introduction: The Changing Politics of Informality – Collective Organizing, Alliances and Scales of Engagement*», em I. Lindell (ed.), *Africa's Informal Workers: Collective Agency, Alliances and Transnational Organizing in Urban Africa*, Zed Books, Londres; The Nordic Africa Institute, Uppsala, pp. 1-30.

Lindell I. (2010b), *Between Exit and Voice: Informality and The Spaces of Popular Agency*, em «African Studies Quarterly», vol. 11, n.º 2-3, pp. 1-12.

Matjomane M. D. (2013), *Strategies Used by Street Traders' Organisations To Influence Trading Policy and Management in the City of Johannesburg*, Tese de mestrado não publicada, Universidade de Witwatersrand, Joanesburgo.

Meagher K. (2009), *Culture, Agency and Power: Theoretical Reflections on Informal Economic Networks and Political Process*, DIIS Working Paper 2009/27, Instituto Dinamarquês de Estudos Internacionais, Copenhaga.

Meagher K. (2010), «*The Politics of Vulnerability: Exit, Voice and Capture in Three Nigerian Informal Manufacturing Clusters*», em I. Lindell (ed.), *Africa's Informal Workers: Collective Agency, Alliances and Transnational Organizing in Urban Africa*, Zed Books, Londres; The Nordic Africa Institute, Uppsala, pp. 46-64.

Meagher K., I. Lindell (2013), *Fórum ASR: Engajando-se com as economias informais africanas: inclusão social ou incorporação adversa? Introdução*, em «African Studies Review», vol. 56, n.º 3, pp. 57-76.

Ong, A. (2006). *Neoliberalism as exception: Mutations in citizenship and sovereignty*. Duke University Press.

Pezzano, A. (2016). «Integração» ou «Incorporação seletiva»? Os modos de governação na política de comércio informal no centro da cidade de Joanesburgo, em «The Journal of Development Studies», 52, 4, pp. 498-513.

Potts D. (2008), *O setor informal urbano na África Subsaariana: do mal para o bem (e de volta ao mal?)*, em «Development Southern Africa», vol. 25, n.º 2, pp. 151-167.

Rothchild D., N. Chazan (eds.) (1988), *O equilíbrio precário: Estado e sociedade em África*, Westview Press, Boulder CO.

Roy A. (2009a), *The 21st-Century Metropolis: New Geographies of Theory*, em «Regional Studies», vol. 43, n.º 6, pp. 819-830.

Roy A. (2009b), *Why India Cannot Plan Its Cities: Informality, Insurgence and the Idiom of Urbanization*, em «Planning Theory», vol. 8, n.º 1, pp. 76-87.

Roy A., N. AlSayyad (eds.) (2004), *Informalidade Urbana: Perspectivas Transnacionais do Médio Oriente, América Latina e Sul da Ásia*, Lexington Books, Lanham MD

Steck J.-F., S. Didier, M. Morange, M. Rubin (2013), «*Informality, Public Space and Urban Governance: An Approach through Street Trading (Abidjan, Cape Town, Johannesburg, Lomé and Nairobi)*», em S. Bekker, L. Fourchard (eds.), *Governing Cities in Africa. Politics and Policies*, HSRC Press, Cidade do Cabo, pp. 145-167.

Economia da vida: o mito das economias informais e a mudança epistémica para economias plurais baseadas em direitos

MARIANNA LEITE

CENTRO DE ECONOMIA E DIREITOS SOCIAIS

“ A promoção de economias baseadas nos direitos (EBDs), como a Economia dos Direitos Humanos do ACNUDH, precisa de ser plural, fundamentada nos princípios dos direitos humanos e informada por um teste de limite baseado nos direitos. ”

Introdução

Este artigo explora o que significaria fortalecer o nexos entre direitos humanos e políticas económicas, o que é necessário para que essa mudança epistémica ocorra e como isso se relaciona com os mitos em torno da informalidade. Baseia-se, em particular, em trabalhos existentes que analisam esta potencial mudança epistémica sob a perspetiva do pluralismo jurídico. Argumenta que a promoção de economias baseadas nos direitos (EBDs), como a Economia dos Direitos Humanos do ACNUDH,¹, precisa de ser plural, fundamentada nos princípios dos direitos humanos e informada por um teste *de limite* baseado nos direitos.

A primeira secção analisa o potencial transformador das economias baseadas nos direitos (EBDs). As secções seguintes exploram como as EBDs se apresentariam na prática, focando-se em três componentes centrais: i) pluralismo jurídico - a necessidade de as EBDs serem inerentemente plurais, diversas e abrangentes; ii) princípios dos direitos humanos - a necessidade de compreender o papel normativo que os direitos humanos devem desempenhar na elaboração de políticas económicas; e iii) um potencial teste *limitus* - como proposta para avaliar se as economias são realmente respeitadoras dos direitos e facilitadoras dos direitos. Conclui-se argumentando que a mudança epistémica para uma estruturação da economia baseada nos direitos precisa acomodar alternativas económicas plurais, basear-se nos princípios dos direitos humanos e criar um espaço propício para a realização dos direitos humanos.

¹ Ver, por exemplo, Semeando a mudança para uma economia que promova os direitos humanos – A Iniciativa Surge | OHCHR .

O potencial transformador das economias baseadas nos direitos

Os modelos económicos neoliberais ou a economia neoclássica colidem com uma visão baseada nos direitos, feminista e sustentável (Winch, Forkert & Davison 2019). Sob o neoliberalismo, não há espaço para os direitos humanos, sejam eles civis e políticos ou sociais, económicos e culturais, pois todos são secundários em relação às virtudes propostas de um mercado autorregulado (Kohonen e Leite 2019). Esta dinâmica reforça um ciclo neocolonial de exploração Norte-Sul e reflete-se no padrão de extrativismo e exploração que também está a alimentar a crise climática (Grau 2023).

Para superar as armadilhas do neoliberalismo, políticas económicas alternativas estão a ser propostas em muitos contextos como uma alternativa mais atraente. As Economias Baseadas em Direitos (EBDs) ou Economias de Direitos Humanos (EDDs) são propostas como uma alternativa atraente ao status quo neoliberal. Donald et al (2020: 6) afirmam que uma EBDs é «aquela que garantiria as condições materiais, sociais e ambientais necessárias para que todas as pessoas vivessem com dignidade num planeta próspero». Neste sentido, as EBDs podem ser vistas como um ambiente económico, regulatório, fiscal e institucional que permite a realização dos direitos humanos (Leite 2023). Por outro lado, apelam aos Estados-Membros para que elaborem orçamentos baseados nos direitos humanos e repensem os sistemas fiscais, melhorem a gestão da dívida e da crise da dívida soberana, criem novos modos de investimento para objetivos sociais e ambientais e reforcem a regulamentação das empresas privadas (Leite 2023). Nesta perspetiva, os direitos humanos são vistos do ponto de vista do seu potencial radical para influenciar as escolhas de política económica dos Estados-Membros. Além disso, os direitos humanos são também uma lente para imaginar economias alternativas e avaliar em que medida essas alternativas alcançam a plena realização dos direitos humanos.

Uma abordagem baseada nos direitos para as políticas económicas, ou enquadramento da economia, é proposta como uma alternativa para analisar tanto a dimensão do problema em termos de direitos humanos e crise ambiental, como para compreender as alternativas emergentes (Leite, 2023). Uma economia baseada nos direitos assenta numa

compreensão holística do bem-estar humano e é apoiada pelo quadro amplamente consensual de valores e obrigações dos direitos humanos (Ibid). Exige ações para redistribuir recursos, remediar desigualdades e reequilibrar o poder nas nossas economias (Ibid). Ou seja, uma estrutura de economia baseada nos direitos fornece um conjunto de diretrizes contra as quais as abordagens e políticas económicas podem ser medidas, avaliadas e comparadas (Ibid). É plural por natureza, pois pretende «atrair» outras abordagens transformadoras e alinhadas com os direitos para a economia.

A EBD tem uma visão plural do que é uma economia e da sua estrutura, incluindo um conceito de cinco esferas da economia que abrange a esfera doméstica, a esfera pública, a esfera da reciprocidade, a esfera do mercado e a esfera ecológica (Kohonen e Leite, 2024). Todas estas esferas compõem a economia, em vez de a economia ser equiparada apenas ao mercado e o resto ser visto como secundário ao mercado, quer por fazer parte da esfera doméstica e ser invisibilizado, quer por a esfera da reciprocidade ser vista como uma economia «informal», que apenas precisa de ser formalizada e trazida para o mercado (Kohonen e Leite, 2024). Nesse sentido, a EBD desafia os mitos em torno das prescrições políticas que visam apenas integrar os trabalhadores informais na economia formal, pois vê isso como uma forma de apenas corrigir as distorções do neoliberalismo ou mesmo legitimar o próprio neoliberalismo. Em vez de ver a informalidade como um problema, a EBD defende que se deve abraçar a própria pluralidade trazida pela informalidade, ao mesmo tempo que se concentra nas causas estruturais que prejudicam e/ou impedem a realização dos direitos humanos, tais como a evasão fiscal das empresas e a transferência de lucros, os sistemas fiscais regressivos e os fluxos financeiros ilícitos.

Pluralismo jurídico e a ligação a economias diversas que respeitam os direitos

As teorias do pluralismo jurídico estabelecem que as normas jurídicas têm fontes plurais, são relacionais e não estáticas (Engle Merry 1988; 1992). O pluralismo jurídico caracteriza-se pela rejeição da ideia de um Estado e e como única fonte normativa (monismo) e

pelo reconhecimento da existência de constelações jurídicas que operam simultaneamente (Araújo, 2005). Para Jossia Júnior, «o pluralismo jurídico é o resultado da existência de dois ou mais sistemas jurídicos, dotados de eficácia, simultaneamente no mesmo ambiente espaço-temporal» (2013: 7). O pluralismo pode ser o resultado do encontro de diferentes ordens normativas (coloniais e não coloniais, por exemplo) (Engle Merry, 1988), ou pode ser uma reação à insuficiência do positivismo estatal (Engle Merry 1988). Este último pode ter origem em ordens locais e infraestatais (como a criação de normas numa favela) e/ou em ordens jurídicas transnacionais e suprastatais (Engle Merry, 1988). Sally Engle Merry afirma que «o pluralismo não descreve um tipo de sociedade, mas é uma condição que se encontra, em maior ou menor grau, na maioria das sociedades, com uma variação contínua entre aquelas que são mais e aquelas que são menos plurais» (1988: 879).

À luz das teorias do pluralismo jurídico, é possível afirmar que as políticas económicas são tão afetadas pelas ordens jurídicas oficiais quanto pelas não oficiais. Isto significa que, em primeiro momento, todas as formas de ‘se fazer economia’ são parte da constelação que faz parte do arcabouço económico à nível micro, meso e macro. Logo, as economias informais devem ser estendidas como parte constitutiva e essencial dessa constelação e não como um ‘problema’ a ser sanado. Isso é importante, em especial em países do Sul Global aonde as economias informais são muito prevalentes e importantes do ponto de vista social, cultural e económico. Em segundo momento, é crucial salientar que quaisquer alternativas transformadoras também precisarão ser inerentemente plurais para serem eficazes. Isso que dizer que as alternativas também precisam refletir a miríade de abordagens que estão a ser implementadas a nível local, para que um conjunto eficaz de políticas económicas não neoliberais possa prosperar. Essa não é meramente uma reflexão académica, é uma parte essencial da rota para a desestabilização e eventual substituição do já decadente neoliberalismo.

Ao lidar com esses desafios, Kothari et al. (2019: xxviii) defendem a necessidade de «vislumbrar uma confluência mundial de alternativas, provocando estratégias de transição, incluindo pequenas ações cotidianas, rumo a uma grande transformação». Eles argumentam que, «ao dar voz à diversidade, [...] eles reconhecem que a crise global não é gerenciável dentro das estruturas institucionais existentes. É histórica e estrutural, exigindo um profundo despertar cultural e uma reorganização das relações tanto dentro das

sociedades como entre elas em todo o mundo, bem como entre os seres humanos e o resto da chamada «natureza» (Ibid: xxii). Eles explicam que «juntas, essas perspectivas compõem um “pluriverso”: um mundo onde muitos mundos cabem, como dizem os zapatistas de Chiapas» (Ibid: xxviii). Leite e Kohonen (2024: 9) afirmam que «a pluralidade é fundamental para quebrar os mitos económicos ortodoxos e promover uma abordagem baseada nos direitos para a economia heterodoxa».

O papel dos princípios dos direitos humanos na formulação de políticas económicas

Palladino (2019) observa que o modelo de primazia dos acionistas, que se expandiu na década de 1980, levou a um foco excessivo no lucro e à diminuição do papel da gestão corporativa, juntamente com a erosão do poder de negociação e dos direitos dos funcionários, incluindo o direito a um salário justo. Isto significou que, em vez de (re)investir em objetivos centrais e aumentar os salários em tempos de crescimento, as empresas mudaram para uma abordagem desequilibrada, orientada para o lucro e a partilha de lucros com os acionistas (Palladino, 2019). Os efeitos externos da primazia dos acionistas podem ser consideráveis, especialmente quando se analisam empresas que operam no domínio dos bens públicos ou dos «bens comuns». Por exemplo, se uma empresa é responsável pelo abastecimento de água às famílias, ao privilegiar o lucro acima de tudo, essa empresa pode aumentar os preços de forma inesperada e injustificada para proteger os dividendos a serem pagos ou já pagos aos acionistas.² Da mesma forma, a mesma empresa pode estar inclinada a fechar os olhos à contaminação da água por PFAS, a fim de proteger a sua reputação, evitar custos e, portanto, proteger os lucros³.

² Ver, por exemplo, O preço e o valor da água: uma análise económica | Cambridge Prisms: Água | Cambridge Core.

³ Ver, por exemplo, a discussão em torno do escândalo da contaminação por PFAS na Bélgica em PFAS : la Belgique cherche des responsables dans le scandale de la contamination des eaux (lemonde.fr).

É por isso que muitos estudiosos defendem que certos bens sociais devem ser imunizados contra as compensações baseadas no mercado e protegidos dessa economização por meio da *desmercantilização* (Ragnarsson, 2024). Os bens públicos que devem ser imunizados são, por exemplo, aqueles relacionados ao direito à saúde, educação, habitação, serviços de assistência e apoio, alimentação, água e saneamento (Aubry et al, 2023). Proteger os bens públicos não só reforçaria as obrigações existentes de respeitar, proteger e cumprir esses direitos, como também incluiria a imposição de obrigações de serviços públicos a qualquer agente envolvido na sua prestação (ibid.: 17). Para a plena realização desses direitos, alguns elementos devem estar presentes: disponibilidade, acessibilidade, aceitabilidade e qualidade (Ibid.). Nesse mesmo sentido, quando se fala de informalidade, deve-se sobretudo centrar-se na necessidade de promover oportunidades de trabalho decente, melhorar as condições de trabalho, garantir a participação significativa de trabalhadores informais na elaboração de políticas económicas que lhe afetem e expandir a segurança e cobertura de segurança social. Esses elementos estão relacionados com princípios estabelecidos de direitos humanos.

O teste de limiar mínimo das economias baseadas nos direitos

Balakrishnan, Heintz e Elson (2016) desenvolveram uma abordagem inovadora em que os direitos humanos são utilizados como um quadro alternativo de avaliação e ética para avaliar políticas e resultados económicos. Esta abordagem baseia-se nos princípios dos direitos humanos de realização progressiva; não retrocesso; nível mínimo essencial/ obrigações mínimas; não discriminação e igualdade; responsabilização, transparência e participação; e recursos máximos disponíveis. Dentro deste quadro, os recursos máximos disponíveis devem ser examinados em termos de cinco tipos de políticas: (1) despesas públicas; (2) receitas públicas; (3) ajuda ao desenvolvimento (tanto ajuda oficial ao desenvolvimento como fluxos de recursos privados); (4) financiamento da dívida e do défice; e (5) política monetária e regulamentação financeira (Balakrishnan, Heintz e Elson, 2016). Estes princípios devem então orientar um novo tipo de auditoria política que se

Saber e circunstâncias

basearia nas seguintes etapas: i) selecionar as políticas económicas a serem consideradas; ii) identificar os princípios de direitos humanos que se aplicam às políticas selecionadas; iii) identificar indicadores relevantes⁴ para avaliar em que medida as obrigações de conduta estão a ser cumpridas; e iv) identificar indicadores de resultados na realização dos direitos económicos e sociais e cruzar com indicadores de conduta (Balakrishnan, Heintz e Elson, 2016).

Esta análise não visa apenas fornecer um teste para políticas económicas novas e existentes, mas também investigar a possibilidade de substituir os sistemas neoliberais por sistemas económicos alternativos centrados nos direitos humanos. Quando criticamos os paradigmas económicos (sejam modelos económicos neoliberais ou alternativos), fazemo-lo através de um teste composto por três eixos: i) um teste inicial sobre o quão próximas as ferramentas estão dos paradigmas e modelos – tais como pressupostos dos modelos neoliberais (por exemplo, como integrar os direitos humanos nos pressupostos e na prática – uma vez que a teoria económica se baseia em pressupostos) e que tipos de pressupostos cada paradigma diferente tem e como eles se comparam aos pressupostos dos direitos humanos, em termos de construção teórica; ii) um teste sobre a hierarquia normativa dos modelos económicos – verificando que tipos de hierarquias normativas temos dentro dos diferentes tipos de modelos económicos (ou seja, como verificar as perspetivas dos direitos humanos nos níveis micro, meso e macro, e nos diferentes modelos económicos); e iii) um último teste que analisa quais modelos económicos alternativos são mais propícios à proteção dos direitos humanos. A análise reconhece que o teste depende do direito humano que estamos a avaliar. Por exemplo, alguns modelos alternativos podem ser mais propícios aos direitos económicos, sociais e culturais, mas outros modelos podem ser mais propícios aos direitos civis e políticos. Esse teste também deveria ser aplicado à economias informais.

⁴ Ver, por exemplo, os indicadores de direitos humanos desenvolvidos pelo OHCHR em 2012, disponíveis em Indicadores de direitos humanos: um guia para medição e implementação | OHCHR.



ACEP

“ Uma economia baseada nos direitos assenta numa compreensão holística do bem-estar humano e é apoiada pelo quadro amplamente consensual de valores e obrigações dos direitos humanos. ”

Conclusão

A economia, na tradição neoclássica, concentra-se na eficiência, maximizando a utilidade (medida de satisfação social) e sobrepondo tudo o resto para maximizar a «utilidade social» e, portanto, não na realização dos direitos humanos. É desprovida de qualquer orientação normativa/ética e, como resultado, propicia à violação dos direitos humanos. Por exemplo, a alocação eficiente de recursos e um «equilíbrio ótimo» no mercado imobiliário podem deixar milhões de pessoas sem casa. A EBD tenta resolver partes desses dilemas éticos enfrentados por economistas e decisores políticos. Ela incute um sentimento de esperança e permite a aprendizagem sistemática e o diálogo constante.

A EBD ou EBDs é tanto uma narrativa e um modelo alternativos às políticas neoliberais quanto um enquadramento normativo para as políticas económicas. Um enquadramento económico baseado nos direitos fornece um conjunto de diretrizes contra as quais as abordagens e políticas económicas podem ser medidas, avaliadas e comparadas. Baseia-se em princípios de direitos humanos, como o uso máximo dos recursos disponíveis e a realização progressiva dos direitos humanos. É plural por natureza, pois pretende «atrair» outras abordagens transformadoras e alinhadas com os direitos para a economia. Por exemplo, economias informais podem alinhar-se ou estar alinhadas com o enquadramento da EBD desde que criem e sustentem um espaço propício à realização dos direitos humanos.

Nesse sentido, as economias baseadas em direitos (facilitadoras) fazem parte de uma orientação normativa. São de natureza plural. São um conjunto de alternativas económicas com uma proposta social e parâmetros éticos, com foco na organização da economia em termos de relações sociais e realização dos direitos humanos. A mudança epistémica para um enquadramento da economia baseado nos direitos precisa acomodar alternativas económicas plurais, basear-se nos princípios dos direitos humanos e criar um espaço propício à realização dos direitos humanos. Isto significa quebrar mitos em torno da informalidade e ser intencional em não ser um servo do neoliberalismo.

Referências

- Aubry, S., McConnell, M., Saadoun, S., e L. Simet. 2023. Direitos Humanos no Novo Contrato Eco-Social: Explorando uma Transição Justa através dos Serviços Públicos e da Segurança Social, Documento preliminar preparado em resposta a um convite à apresentação de artigos para o Seminário Global de Políticas da UNRISD para um Novo Contrato Eco-Social, Bona, Alemanha, 29-30 de agosto de 2023, disponível em dcp-aubry-et-al-draft-paper-ready-for-web.pdf (unrisd.org) [último acesso em 6 de agosto de 2024].
- Araújo, S. (2005). Pluralismo Jurídico e Emancipação Social: Instâncias Comunitárias e Resolução de Conflitos em Moçambique. 11.ª Assembleia Geral CODESRIA: 6 a 10 de dezembro de 2005, Maputo, Moçambique.
- Balakrishnan, R. e D. Elson (eds) 2011. Política económica e direitos humanos: responsabilizando os governos. Londres: Zed Books.
- Balakrishnan, R., J. Heintz & D. Elson 2016. Repensando a política económica para a justiça social: o potencial radical dos direitos humanos. Londres: Routledge.
- Balakrishnan, R., Elson, D. e R., Patel. 2010. Repensando as estratégias macroeconómicas a partir de uma perspectiva de direitos humanos, *Desenvolvimento*, 53 (1): 27-36.
- Capraro, C. & F. Rhodes 2017. “Promovendo alternativas feministas no contexto do neoliberalismo: reflexões a partir da defesa do trabalho doméstico e de cuidados não remunerados”. Londres: Gender and Development Network.
- De Witte, B. 2009. «Equilíbrio entre o Direito Económico e os Direitos Humanos pelo Tribunal de Justiça Europeu». Em *Direitos Humanos no Direito Internacional do Investimento e Arbitragem*, Pierre-Marie Dupuy, P., Petersmann, P e F. Francioni (eds). Oxford University Press: Oxford.
- Donald, K. et al. 2020. Uma economia baseada nos direitos: colocando as pessoas e o planeta em primeiro lugar, Londres: Christian Aid e CESR.
- Engle Merry, S. (1988). Pluralismo jurídico. *Law & Society Review*, 22 (5), pp. 869-896.
- Engle Merry, S. (1992). Antropologia, Direito e Processos Transnacionais. *Revisão Anual de Antropologia*, 21 (outubro), pp. 357-79.
- Grau, M. 2023. “Contrariando a Mine-

ração Colonial: Protetores da Água, Justiça Ambiental e a Comunidade Criadora de Santos”. Em *Em Solidariedade com a Terra: Um Envolvimento Teológico Multidisciplinar com Género, Mineração e Contaminação Tóxica*, Oxford: T&T Clark.

Jossia Júnior, C. (2013). Pluralismo Jurídico: O Palimpsesto Político e Jurídico em Moçambique e Direito de Pasargada no Brasil. *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito/UFRGS*, 8 (2): 1-38.

Kohonen, K. & M. Leite 2019. *Engendrando Negócios e Direitos Humanos: Aplicando uma Perspectiva de Género aos Princípios Orientadores da ONU sobre Negócios e Direitos Humanos e Negociações de Tratados Vinculativos*. Londres: ACT Alliance e Christian Aid. Disponível em https://www.christianaid.org.uk/sites/default/files/2022-08/engendering-business-and-human-rights_1.pdf.

Kohonen, M. e M. Leite. 2024. Conclusão: «corrigir a economia» e desenvolver modelos plurais e descoloniais para reduzir os efeitos das práticas corporativas negativas. Em: Leite, M. e M. Kohonen (eds), *Corrigir a economia: rumo à recuperação das pessoas da crise económica e ambiental*, Londres: Agenda Publishing.

Kothari, A.; A. Salleh; A. Escobar; F. Demaria e A. Acosta. 2019. Introdução:

Encontrando Caminhos Pluriversais. Em: Kothari, A.; A. Salleh; A. Escobar; F. Demaria e A. Acosta (eds), *Pluriverso: Um Dicionário Pós-Desenvolvimentista*, Tulika Books, Nova Deli.

Latour, B. 2005. *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford University Press: Oxford.

Leite, M. 2019. Pluralizando discursos: multinacionais e igualdade de género. *Journal of International Women's Studies*, 20 (3), 116-138. Disponível em: <https://vc.bridgew.edu/jiws/vol20/iss3/11>.

Leite M. 2023. Para além das palavras-chave: due diligence obrigatória em direitos humanos e uma abordagem baseada em direitos para modelos de negócios. *Revista de Negócios e Direitos Humanos*. 8(2):197-212. doi:10.1017/bhj.2023.11

Leite, M. e M. Kohonen. 2024. Introdução: o que significa «corrigir a economia» e por que precisamos disso agora. Em: Leite, M. e M. Kohonen (eds), *Corrigindo a economia: rumo à recuperação do povo da crise económica e ambiental*, Londres: Agenda Publishing.

Osborne, C. 2021. Construindo um campo de economia e direitos humanos: lições da África do Sul. Joanesburgo: IEJ, CESR e Section 27.

Oxfam 2022. «O FMI deve abandonar as exigências de austeridade, uma vez que a crise do custo de vida aumenta a fome e a pobreza em todo o mundo». Oxfam, 19 de abril de 2022.

Palladino, L. 2019. *Ending Shareholder Primacy in Corporate Governance*, Roosevelt Institute Working Paper, 8 de fevereiro, disponível em [RI_EndingShareholderPrimacy_workingpaper_201902](https://rooseveltinstitute.org/RI_EndingShareholderPrimacy_workingpaper_201902) (rooseveltinstitute.org) [último acesso em 1 de agosto de 2024].]

Ragnarsson, K. 2024. A aplicação judicial dos direitos socioeconómicos como forma de desafiar o neoliberalismo: austeridade pós-2008 na Europa. Em: Leite, M. e Kohonen, M. *Corrigindo a economia. Rumo à recuperação do povo da crise económica e ambiental*, New Castle: Agenda Publishing.

Nações Unidas (ONU) 1995. *Relatório da Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social*. Copenhaga: ONU. Doc. ONU A/CONF 166/9.

ONU 2015. *Transformando o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Nova Iorque: ONU. Doc. ONU A/RES/70/1.

Winch, A., K. Forkert e S. Davison 2019. “Neoliberalismo, feminismo e transnacionalismo - Editorial”, *Soundings: A Journal of Politics and Culture*, 2019 (71): 4-10.

Lugares do informal, lugares em movimento

RAUL MENDES FERNANDES
PROFESSOR DA UNIVERSIDADE AMÍLCAR CABRAL

**“ Para as pessoas deslocadas,
informalidade funciona tanto como
um impedimento como uma tábua de
salvação; é uma barreira imposta pela
exclusão do Estado e uma estratégia
imposta pelas circunstâncias. ”**

Na Guiné-Bissau, como em muitos outros países da costa ocidental africana, a atividade pesqueira ocupa um papel de grande relevo na segurança alimentar da sua população. Segundo os dados dos nutricionistas da FAO, cerca de 80% das proteínas consumidas no país provêm dos produtos do mar. Os pescadores intitulados artesanais e as mulheres revendedoras de peixe designadas informais são os principais responsáveis por esta segurança.

O informal/artesanal, este espaço de não-reconhecimento, de ‘sombra’, do ‘invisível’, essa “caixa negra” (Lourenço-Lindell, 2002) composta por uma multitude de atores, atividades, práticas e lógicas, não pode ser reduzida a uma só dimensão por não ser um ‘espaço disciplinar’, uma ‘economia’ ou um ‘sector’. Por conseguinte ele não pode ser considerado como um conjunto coerente de regras e instituições, uma ordem ou um sistema, nem tão-pouco um universo sem regras e instituições, onde vigora a força e o individualismo puro e duro. Os fenómenos do informal/artesanal emergem das tensões nas fronteiras de várias ordens hierárquicas, umas constituídas, outras em constituição ou mesmo em erosão, numa temporalidade que Achille Mbembe designa por “tempo vivido”, ou seja na sua “multiplicidade e simultaneidades, sua volatilidade e latências para além das categorias preguiçosas de permanente e mutante” (2000, p. 20). Na sua crítica à razão indolente Sousa Santos propõe uma razão cosmopolita que se fundamenta em três proposições metodológicas: a sociologia das ausências, a sociologia das emergências e o trabalho de tradução (Santos, 2000).

A observação dos lugares de encontro dos “artesãos do mar” como lugares em movimento no espaço e no tempo, as feiras, os portos e os barcos, em particular as pirogas, são vistos como atores da pesquisa. Eles são feitos pelos homens e as mulheres que lhes dão vida e, ao mesmo tempo, possibilitam e condicionam as suas vidas. Estes lugares são descritos como lugares de experiência humana percebidos diferentemente pelos seus sujeitos, em particular entre os homens e as mulheres. Estes lugares são também lugares com história e sem a sua re-memorização tornam-se certamente incompreensíveis. Abre-se deste modo portas para uma epistemologia do território (Reis, 2007) entendida como tensão entre mobilidades e territorializações. O território é entendido como território relacional. A condição relacional é a matriz quer “perante a ordem relacional que os forma, isto é, as interações que estruturam a sua ordem interna”, quer “perante a ordem relacional externa”. Esta é entendida como “interações que estruturam o mundo” não como um lado exterior dos territórios mas antes como um todo de que eles mesmos fazem parte enquanto “categorias próprias” (Reis, 2007, p. 244).

Mercados e feiras

As feiras são os mercados ‘informais’. Elas são diversificadas e descentradas. Podem ser tanto periféricas como centrais. O poder oficial, formal, procura localizá-las na periferia, mas a dinâmica dos seus movimentos leva-as a fazer das periferias centro, e dos centros periferia. Para além das feiras existem feiras itinerantes e temporárias, os *lumos*, que organizam o comércio sobretudo no mundo rural. Os mercados principais são o Mercado Central, na praça, e a Feira de Bandim. O primeiro perdeu, atualmente, o seu lugar central em proveito da segunda, mas continua ainda a ocupar o seu lugar simbólico.

Um estudo sobre o mercado de Bandim (Aguilar, Monteiro & Duarte, 2001) mostra como toda a cidade de Bissau foi transformada por este mercado, em muitos aspetos num processo idêntico aos mercados Roque Santeiro em Luanda ou Sucupira na cidade da Praia. A feira de Bandim deixou de ser, nos anos quarenta, “beco de Bandim” para ser “feira da curva de Bandim”, devido à sua localização, no terminal dos carros que faziam transporte coletivo para o interior, e que mais não era que uma pequena feira onde se vendia pescado, frutas e legumes, carvão e lenha, por um reduzido número de badeiras. Nessa época reinava a feira da praça, o Mercado Central, que depois da independência se tornou “feira de cooperante”, frequentada por consumidores com maior poder de compra.

A partir dos anos oitenta, a feira de Bandim tornou-se no grande centro comercial de Bissau, frequentado diariamente, segundo o estudo referido, por 90 000 clientes. O Mercado Central entrou em declínio e, hoje, após o incêndio que em 2005 destruiu o seu edifício principal, funcionou em condições precárias, na rua, até a sua reconstrução recente. Bandim tornou-se hoje o polo de atração dos *djilas*, nome genérico para designar homens comerciantes, e *badeiras*, nome genérico para mulheres comerciantes. Alguns comerciantes são originários dos países vizinhos – Senegal, Gâmbia, Mauritânia e Guiné-Conacri. Na feira de Bandim se instalaram comerciantes para a venda das mercadorias mais diversas, desde alimentação, vestuário, calçado, eletrodomésticos, a peças sobresselentes de automóveis e materiais de construção.

As casas dos bairros vizinhos à feira foram transformadas pela sua expansão. As habitações dos bairros contíguos ou partes delas passaram a ser alugadas como armazéns. O

dono da casa, por vezes, um assalariado da função pública ou de alguma pequena empresa, confrontado com baixos salários, complementa os rendimentos com a renda de uma parte da casa. Os bairros vizinhos à feira de Bandim acabaram por ficar incorporados e transformados por ela. Um dos casos é o bairro de Reno. Neste bairro situa-se uma grande *baloba*, um santuário da religião tradicional, muito respeitado no culto dos *Pepel*. Com a extensão da feira de Bandim, o bairro acabou por ficar situado no centro da feira. O mesmo movimento atingiu progressivamente outros bairros, sobretudo depois da construção da estrada que liga a cidade ao aeroporto. Nos anos noventa o bairro de Reno sofreu um incêndio grave que queimou uma dezena de casas, deixando muitas famílias sem habitação. Estes incêndios eram frequentes devido aos curto-circuitos que as precárias instalações elétricas produziam. Segundo os residentes, o fogo propagou-se até parar junto à *baloba*. O valor espiritual do santuário aumentou junto dos habitantes do bairro. Este acidente e a valorização da *baloba* que lhe sucedeu possibilitaram a ação de um grupo de voluntários holandeses de uma ONG, a SNV, que intervinham no reordenamento urbano. Esta ONG estava à procura de uma oportunidade para desenvolver os seus programas que esbarravam constantemente com uma orientação dirigista do Estado e mesmo da Câmara de Bissau. Os acontecimentos referidos no bairro de Reno possibilitaram o estabelecimento de um acordo entre essa ONG e os seus habitantes para a reconstrução do bairro. Esse acordo foi estabelecido em torno da *baloba*. Os voluntários antes de dar início aos trabalhos do seu projecto fizeram oferendas às divindades na *baloba* segundo o culto *pepel*. Estas oferendas consistem no sacrifício de animais – vaca, porco, cabra, galinha – conforme as possibilidades económicas de quem as faz. Trata-se de um sacrifício e uma confraternização. Estas cerimónias podem assumir vários caracteres – adivinhatórias, propiciatórias, reparatórias de injustiça. Os voluntários souberam envolver todo o mundo nos trabalhos coletivos e realizaram uma experiência que infelizmente não teve seguimento na reconstrução de novos bairros. Os restantes bairros à volta de Bandim não tiveram a mesma história e o seu ordenamento não se faz de uma forma aceite e consensual. As condições sanitárias e de ordenamento dos bairros pioram com o aumento do número de comerciantes que operam no seu interior. Uma associação de feirantes tem-se preocupado com o saneamento, mas os seus escassos meios e a deficiente ação da Câmara só permitem dar a estes problemas respostas limitadas e pontuais.

A expansão dos mercados nos últimos trinta anos deve-se à reconversão de uma grande maioria das famílias guineenses no ‘informal’. Esta expansão está relacionada com o grande incremento das economias ‘indígenas’, a urbanização acelerada e a crise do assalariamento produzida pelos Programas de Ajustamento Estrutural que levaram à pobreza milhares de famílias que procuraram refúgio nas oportunidades do ‘informal’.

Alguns mercados de peixe se especializaram num determinado tipo de pescado. O peixe de primeira (*bica, corvina, bicuda*) e o camarão vendem-se sobretudo no Mercado Central e no Porto de Pindjiguiti, frequentados por clientes com maior poder de compra. O peixe de segunda categoria (*táinha, djafal, iaiboi, rabenta-conta*) e o peixe fumado vendem-se nas periferias e através de badeiras ambulantes que se movimentam nas ruas da “praça”. Na feira de Caracol vende-se peixe fumado, sobretudo o bagre, que é fornecido pelas mulheres de Cacheu. Esta feira, conhecida antigamente pela venda do vinho de caju, tornou-se progressivamente subsidiária da feira de Bandim. A extensão desta progride ao longo das principais ruas que vão da Mãe d’Água, um dos depósitos abastecedores de água canalizada, ao aeroporto distante de cerca de oito quilómetros. A venda de vinho de caju foi deslocada para uma zona mais periférica devido à expansão da feira de Caracol que se tornou num grande centro de compra e venda de frutas, legumes, tubérculos, cereais e de peixe fumado.

Entre a feira de Caracol e a Chapa de Bissau as *badeiras*, muitas delas balantas, vendem solebison, peixes juvenis, geralmente tilápia, pescados nas bolanhas e braços de rio pelas mulheres e em seguida fumados. Estes peixes, *solebison, djafal, iaiboi, táinha*, frescos ou fumados, destinam-se às famílias mais pobres.

Muitos portos do litoral guineense são também mercados de peixe. Os pescadores chegam geralmente aos portos com o seu pescado, que vendem à badeira com quem tiverem um acordo prévio ou, quando tal não existe, vendem àquela que aceitar o preço desejado. Atualmente a concorrência é maior entre as *badeiras* devido ao aumento de novas gerações de mulheres com um perfil diferente das mais antigas, porque muitas delas fizeram estudos primários e secundários, outras são mesmo mulheres assalariadas que complementam os baixos salários com outras actividades de rendimento. Entre elas há também as que foram levadas ao desemprego pelas várias tentativas de reforma da função pública que pretendem responder à necessidade de expulsar o pessoal “pletórico”. Entre

as *badeiras* encontram-se muitas mulheres descartadas do sistema escolar e do sistema parental por gravidez precoce. Muitos jovens chegam aos mercados urbanos provenientes das zonas rurais da Guiné-Bissau e dos países vizinhos seguindo um forte movimento de urbanização que fez aumentar onze vezes a população da cidade de Bissau em trinta e nove anos. Ela passou de 68 242 habitantes em 1970 para 365 097 habitantes em 2009. A superfície da cidade aumentou onze vezes em cinquenta e dois anos, entre 1952 e 2004 (Mendy, 2006, p. 218). A população da cidade de Bissau é estimada em 2025 pela Worldometer em 612 643 habitantes.

Muitos mercados são designados pela posição do corpo da vendedeira e do cliente: Unhibunda (mostrar o traseiro), *Nô Djúngutu* (acocoremo-nos). A posição do corpo é um indicador do local para a escolha e compra dos produtos expostos pelo chão muitas vezes por cima de um pano, um saco ou um pedaço de papelão. Também as designações indicam a precariedade do local da feira: *Bas di Pé di Mango* (debaixo da mangueira) ou a falta de segurança pela frequência de roubos, *Tursi Mon* (torcer as mãos).

As mulheres badeiras agem no espaço do mercado sem uma rutura com o espaço doméstico. Estes espaços são para elas espaços de vida no sentido pleno. Neles resolvem as questões da casa e do comércio. A casa vai para dentro do mercado. Pode-se observar muitas vezes as mães levarem para os mercados os seus filhos menores que ainda estão a ser amamentados. Os seus filhos ao deixar a escola passam para dar uma ajuda ou partilhar com a mãe as refeições que estão a ser preparadas no local por elas ou pela badeira amiga que vende alimentos. Os filhos maiores podem sempre passar para pedir o dinheiro para mais um caderno, um livro, medicamentos para ele ou algum irmão ou familiar doente.

Este espaço multidimensional do mercado é percebido de forma distinta pelas *badeiras* e pelos *djilas*, para quem esses espaços são sobretudo lugares de comércio, de trabalho, distintos da casa. Para os *djilas* há uma percepção do mercado como uma entidade mais autónoma.

Para as badeiras, ao contrário, é mais um espaço da vida onde a casa continua. O público e o privado não constituem uma dicotomia tão forte como sucede na percepção masculina quer dos *djilas*, quer dos pescadores, para quem a casa deve ficar afastado do seu trabalho.

Quando se lhes pergunta sobre o que fazem, as mulheres nas feiras respondem: *bida*. Este termo polissémico pode ter várias interpretações. O primeiro é a luta pela vida, a procura de meios para se sustentar a si e à família. Em segundo lugar significa exercer uma

profissão no espaço público, a troca no mercado, sem rutura com os trabalhos domésticos.

Esse trabalho tem uma conotação ética positiva, ao contrário do que seria moralmente condenável. *Bida* é também um conjunto de soluções fora do modelo oficial do trabalho, o assalariamento. Esta adaptação às novas pressões exercidas pela colonialidade que põem em causa a própria sobrevivência familiar dá todo o sentido ao termo *bida*, constantemente referido pelas mulheres como sendo a designação da sua profissão. *Bida* é dar a volta à vida, é uma forma de *bricolage* com a vida, a procura de soluções pequenas, experimentais, suadas, que elas designam por *kudji kudji* para dizer recolher um pouco de tudo, de dinheiro, de sorte, de peixe, de esperteza, de oportunidade, por todo o lado.

Atualmente, uma das graves crises da responsabilidade masculina nos centros urbanos resulta da incapacidade do homem, chefe de família ou da morança (família alargada), assalariado, em participar totalmente nas despesas do *mafé* (termo do crioulo que serve para designar a parte do alimento que se mistura com o prato principal, a bianda, feita de arroz, milho, fundo). Tradicionalmente esta despesa cabe aos homens. Ela passou a ser, para desonra de muitos homens, assumida em grande parte pela mulher. A desvalorização do salário na sequência da aplicação das receitas neoliberais levaram a uma transformação profunda nas relações de poder entre os homens e as mulheres no *fogão*, a unidade doméstica constituída por todos aqueles que partilham as refeições diárias.

A luta das mulheres pelos seus direitos é também um fator de mudança nas relações de poder, sobretudo no espaço público. A sua presença no ‘informal’ tem favorecido uma afirmação crescente das mulheres no espaço público. A sua voz torna-se cada dia mais ouvida e reconhecida. Elas contam muito pouco com o salário dos homens para viver e fazer viver os seus filhos. Como assinala Domingues (2000, p. 519) “as práticas das bideiras revelam a sua criatividade para ‘utilizar o que estiver à mão’ para, continuamente, negociarem a suas posições nas hierarquias e assimetrias de poder existentes na sociedade, encontrando forma de evitar o conflito e elaborar soluções consensuais, assegurando sua mobilidade social, através da sua capacidade de se autogerirem e se auto-organizarem”. Esta autora põe o acento na organização associativista das bideiras em particular nas *mandjuandadis* e nas *abotas*.

Portos e barcos

Ao dizer água em vez de mar a linguagem popular transmite a ambiguidade do meio marinho do litoral na Guiné-Bissau, que não é nem mar nem rio. Os estuários dos rios prolongam-se entre canais, praias, mangais e pelas costas, ilhas e ilhéus que se estendem em frente ao continente numa grande amplitude. O sal do mar sobe até à antiga feitoria de Geba no rio do mesmo nome. A partir desse ponto de clivagem natural, a água torna-se doce, e na carta inscreve-se também, nesse ponto, uma mudança cultural. Aí se alojaram desde o séc. xv os primeiros cristãos, oriundos de vários países da Europa, marinhos, comerciantes e missionários, à procura de escravos, produtos tropicais, expansão da fé e mais tarde de terras para agricultura de rendimento – cana de açúcar, batata doce, mancarra, mandioca e frutas, mangas, papaias e cola –, que necessitam de água doce.

Ao dizer a água sobe, a água baixa, esperemos pela água, a água já nos deixou para trás, a linguagem popular procura afirmar a posição da maré mas também quer exprimir uma realidade ambiental, a não diferenciação entre o mar e o rio. Os portos, um lugar constitutivo das praças, cidades e vilas, foram outrora feitorias: Bissau, a capital actual, Geba, Bolama, Cacheu, antigas capitais, Farim, e as vilas do sul, Buba e Cacine. Os portos, além de neles atracarem barcos dos mercadores estrangeiros, também recebem canoas de peixe, transportam gente e são um mercado.

O porto parece ser assim um lugar fronteiriço, onde a maré encontra a terra, o autóctone abraça e/ou rivaliza com o alógeno, o tradicional se torna moderno e vice-versa. Nos portos se fazem e se desfazem ligações sociais. Neles o marinheiro (o grumete no seu sentido original), o pescador, a bideira e o cliente se entrecruzam como trabalhadores e feirantes à volta do *mafé*.

O porto de Bubaque

Bubaque é a vila principal da ilha do mesmo nome. Ela está a um quilómetro da aldeia bijagó mais próxima, Bijante. São, até hoje, dois mundos que se aparentam separados.

Saber e circunstâncias

Após a independência da Guiné-Bissau, em 1974, a praça de Bubaque tornou-se cada vez mais num mercado. A praça foi transformada. O que restava da fábrica da Krupp, instalada em 1910, – produzia óleo de palma para a fabricação do sabão de Marselha, muito procurado na época –, dos edifícios da Administração e da Pescarte, tornaram-se num grande espaço de trocas, num mercado.

O movimento comercial seguiu uma sequência cronológica: em primeiro lugar as bideiras de peixe, seguidas das de legumes, depois os pequenos bares, em seguida as lojas dos djilas.

O mercado ficou instalado na fábrica, entre a fábrica e as duas ponte-cais, a antiga que ruiu e onde as bideiras instalaram as suas ‘arcas frigoríficas’ e a nova ponte que começou a ser construída nos anos noventa. As bideiras se instalaram debaixo de alpendres improvisados com chapas de zinco enferrujadas. Por debaixo dos toldos, peixe fresco e fumado, ostras frescas e secas, tomates, verduras, óleo de palma, malagueta, tudo colocado por cima de mesas precárias de madeira ao lado das quais se sentam as bideiras em bancos igualmente precários. Pelo chão correm ainda os carris do pequeno caminho de ferro da antiga fábrica que transportava os vasilhames em aço carregados de coconote de palma que iam para a fornalha. Elas montaram as suas mesas ao longo desses carris metálicos, como a querer respeitar alguma simetria. Ali dividiram-se os espaços, as bideiras de peixe – *tai-nha*, *barbo*, *bicuda*, *bica*, *simpote*, *sinapa* – logo à entrada da feira para quem entra do lado da nova ponte. Ao lado delas, sobre os restos da velha ponte, dezenas de arcas frigoríficas. Estas arcas avariadas foram recuperadas e preparadas com esferovite para poder receber gelo que as bideiras compram na câmara frigorífica da antiga Pescarte, hoje privatizada. As arcas têm muitas vezes escritos os nomes das proprietárias – Mana Puntcha, Fatumata, Mana Keta. Algumas instalaram mesmo um fecho a cadeado. Lá se conserva o peixe, dentro do gelo, coberto por sacos de sisal, para ser vendido nas mesas da feira ou ser enviado a Bissau na próxima canoa.

Na ponte velha encostam-se as canoas dos pescadores e aí em cima dessa ponte ou do que dela resta, à espera de se desmoronar de vez no mar, se fazem transações de peixe entre as bideiras e os pescadores. No mercado, à frente das bideiras de peixe fresco sentam-se, do outro lado da rua, as mulheres bijagós de outras ilhas, que vendem coconote em canecas de meio litro, ostras frescas (sobretudo aos fins de semana) e secas, *combê* e óleo de palma em garrafas de vários tamanhos (recuperação das garrafas de vinho e cerveja).



ACEP

“ Cada ato de comércio, poupança ou cooperação representa um ato silencioso de desafio contra o apagamento que o deslocamento impõe. ”

O porto de Pindjiguiti

O porto de Pindjiguiti faz parte do discurso nacionalista por ter sido nele perpetrado o massacre de cinquenta marinheiros que se opuseram a 3 de agosto de 1959 às precárias condições de trabalho impostas pelos colonizadores. Este lugar simbólico é também um espaço de vida. Nele circulam actualmente milhares de pescadores, bideiras, clientes que trocam diariamente valores, mercadorias, símbolos, sensações, afetos e emoções.

Uma genealogia do informal mostra-nos como as fronteiras se deslocaram, as muralhas caíram e outras foram recriadas como fronteiras físicas ou imaginárias. Essa deslocação é seguida por reposicionamentos de novos actores em diferentes escalas de poder.

As novas fronteiras são estabelecidas pelo dispositivo de regulação do novo Estado moderno que procura limitar sem grandes sucessos os espaços, controlar a circulação e recolher impostos de forma 'informal'. A transformação dessas fronteiras em espaços de comunicação e de construção da vida na precariedade parece constituir para os sujeitos do informal um continuum entre as duas épocas, colonial e pós-colonial, apesar das aparentes diferenças.

A canoa com muita frequência, o barco de carreira com menor frequência, são os lugares itinerantes dos percursos entre o porto de Pindjiguiti e as ilhas. Neste movimento entre ilhas e Bissau se destacaram vários barcos, entre os quais Ana Mafalda, na época colonial, e Herman Cono, Amor, Unal, Canhabaque, Sambuia, Expresso das Ilhas, após a independência. Um dos barcos que permitiu maior liberdade para as mulheres bideiras e foi um lugar privilegiado de construção da identidade das bideiras foi o barco Sambuia. Este barco navegou desde 1989 a 1997. No seguimento da decadência da Pescarte e a ausência de ligação marítima devido ao desgaste e inutilização dos antigos barcos, o Estado pôs o barco Sambuia a fazer a ligação marítima entre Bissau e Bubaque. Esse barco desempenhou um papel estratégico na consolidação do grupo das bideiras. O ambiente criado neste barco proporcionou semanalmente, durante cerca de dez anos, nas viagens de ida e volta cerca de oito horas de convívios, trocas, entre as primeiras gerações de bideiras e as mais jovens. Criaram-se novas sociabilidades, trocas simbólicas, ligações que acabaram por consolidar a sua organização e proporcionar a criação de uma associação de entrea-

juda e convívio, chamada "A' djagassi", termo que significa "somos uma mistura", para se referir às múltiplas pertenças étnicas dos seus membros.

As viagens eram momentos de trabalho muito duro, mas de festa e convívio intenso que marcaram de uma forma decisiva as formas de organização dessas mulheres enquanto grupo consciente de si. O barco Sambuia foi inutilizado pela má governação, mas as bideiras que se tinham constituído em associação aberta não deixaram de procurar outras soluções que encontraram na oferta em transporte para as ilhas disponibilizada sobretudo por proprietários de grandes pirogas motorizadas com forte capacidade de carga. Houve nesse processo um interregno produzido por uma guerra civil de onze meses em 1998-99 que dispersou o grupo e destruiu as suas poupanças, mas logo a seguir à guerra se procedeu a uma nova reorganização com o surgimento de uma nova geração de bideiras agindo individualmente ou organizadas em vários outros grupos e associações.

Considerações finais

O artigo parte da ideia que existe uma equivalência entre a dicotomia da diferença colonial, civilizado/indígena, e as dicotomias industrial/artesanal, formal/informal. Estas antinomias e hierarquias são produzidas pela colonialidade do poder (Quijano, 2000, 2009). As realidades recobertas por estas duas categorias, informal e artesanal, não podem ser apreendidas de forma disciplinar ou sectorial na medida em que as subjetividades e experiências dos sujeitos sociais a elas associados transbordam os limites e as fronteiras impostas pelas lógicas de produção da não-existência inerentes à colonialidade do saber (Quijano, 2000, 2009). As identidades diferenciadas desses sujeitos sociais são, ao mesmo tempo, respostas às diferentes formas de subordinação e expressões de um novo cosmopolitismo, o 'cosmopolitismo no quotidiano', construídas de forma transgressiva, multi-forme e plural. A subordinação dos pescadores e das revendedeiras de peixe, a desvalorização dos seus conhecimentos, estão interligadas com uma política de venda de licenças, de transformação da natureza em recurso, do mar em recursos haliêuticos. O prosseguimento desta política poderá pôr em risco a sobrevivência destes sujeitos sociais e a sustentabilidade do ambiente onde agem e vivem.

Referências

Aguilar Renato, Monteiro Huco, Duarte Aquino, (Coord.), *Bandim, subsídios para uma política de apoio ao pequeno negócio*, 2001, Bissau, Lala Kema, INEP.

Domingues, Maria Manuela Abreu Borges, (2000), “Estratégias femininas entre as badeiras de Bissau”, Tese de Doutorado, Universidade Nova de Lisboa.

Lourenço-Lindell, Ilda, *Walking the Tigh Rope*, (2002), Department of Human Geography, Stockholm University.

Mbembe, Achille (2000), *De la Postcolonie, essai sur l’imagination politique dans l’Afrique contemporaine*, Paris, Karthala.

Mendy, François, (2006) *La ville de Bissau : Aménagement et Gestion Urbaine*, Dakar, Thèse de Doctorat, Université Cheikh Anta Diop.

Quijano, Aníbal, Colonialidade de poder, Eurocentrismo e América Latina, (2000), in Eduardo Lander (org), *Colonialidade del saber, Eurocentrismo y Ciencias Sociales*, Buenos Aires, CLACSO-UNESCO, pp. 201-246.

Quijano, Aníbal, (2009), « Colonialidade do Poder e Classificação Social », in Meneses, Maria Paula e Santos, Boaventura Sousa, (2009, orgs.), *Epistemologias do Sul*, Coimbra, CES/almedina, 73-117.

Reis, José, *Ensaio de Economia Impura*, 2007, Coimbra, Ed. Almedina.

Santos, Boaventura de Sousa (2000), *A crítica da razão indolente – contra o desperdício da experiência*, Porto, Ed. Afrontamento.

Modos
de ver



Afegãos no Irão: informalidade e falsa proteção

BRECHT DE VLEESCHAUWER

A grande maioria dos refugiados afegãos no Irão não tem qualquer perspectiva de obter documentos ou direitos civis. Ao mesmo tempo, o Irão mantém as suas fronteiras em grande medida fechadas a novos afegãos em fuga. Na ausência de vias legais para alcançar segurança, muitos veem-se forçados a recorrer a redes de tráfico para conseguir entrar no país.

Devido à ausência total de processos de regularização, gerações de afegãos têm vindo a desenvolver-se à margem do sistema formal. Por isso, a economia informal desempenha um papel central na vida dos refugiados afegãos no Irão, já que muitos não conseguem aceder a emprego estável e legal. Como consequência, trabalham frequentemente em atividades mal remuneradas e não declaradas, como na construção civil, na agricultura, na venda ambulante e noutras formas de trabalho manual. Devido ao estatuto jurídico incerto e à fraca proteção de que dispõem, ficam particularmente expostos à exploração, a salários mais baixos e a condições de trabalho inseguras. Muitos dependem de redes familiares e comunitárias para encontrar sustento, formando pequenos grupos de trabalho que aumentam as suas hipóteses de sobrevivência. Apesar do contributo significativo que dão às economias locais, o seu trabalho permanece largamente invisível e precário.

Na primavera de 2022, Brecht De Vleeschauwer viajou até Mashhad, no leste do Irão, onde encontrou uma frustração acumulada ao longo de décadas. “Nasci aqui, mas para as autoridades não existo”, confidenciou-lhe um jovem. Sem acesso ao mercado formal, gerações inteiras foram empurradas para uma vasta economia paralela que abrange múltiplos setores, da educação à habitação e à venda e produção de meios básicos de subsistência.





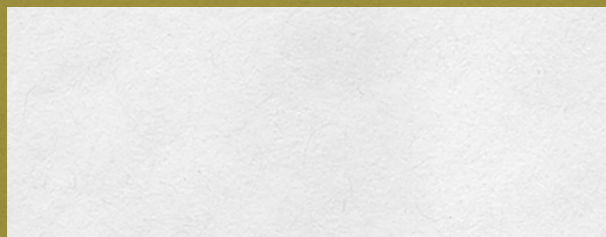
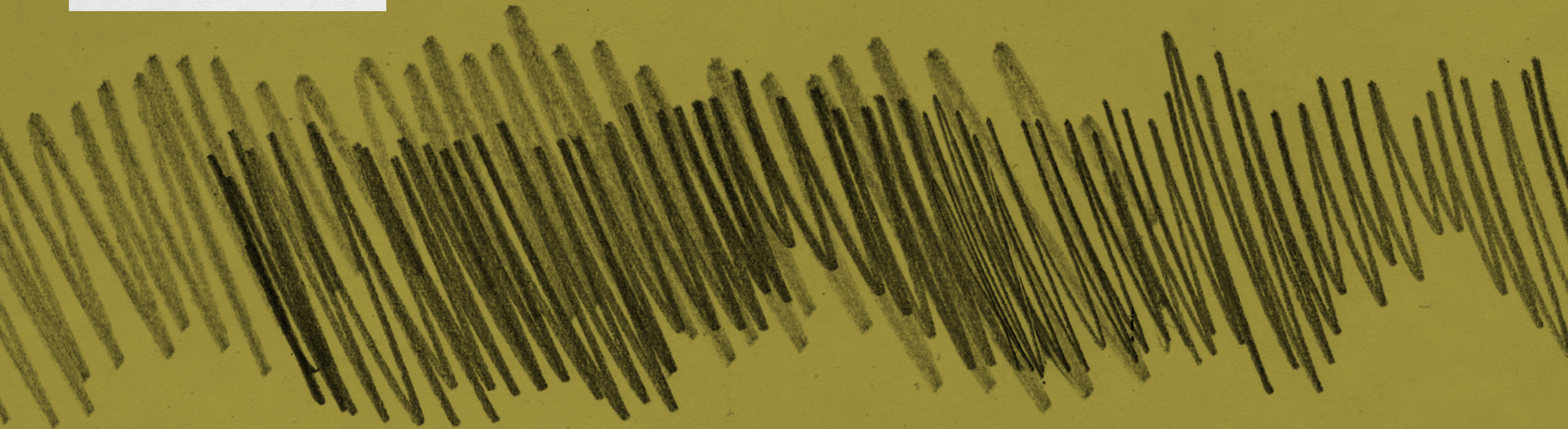








Narrativas



Onde o Estado termina: por dentro das economias informais dos deslocados da Nigéria

COSMAS A. BA-ANA-ITENEBE

Introdução

Nas áreas periurbanas não muito distantes da sede do poder político em Abuja, no Território da Capital Federal (FCT) da Nigéria, encontram-se comunidades de pessoas deslocadas internamente em assentamentos informais, como os locais de New-Kuchingoro e Durumi Area 1, arrancadas das suas terras natais no nordeste da Nigéria

pelo grupo terrorista Boko Haram. Impulsionadas pela convicção de que Abuja continua a ser o refúgio mais seguro contra a insurgência, a sua presença desenvolve-se no âmbito de uma economia informal que as autoridades nigerianas não reconhecem, mas da qual dependem. Para estas pessoas deslocadas, a informalidade funciona tanto como um impedimento como uma tábua de salvação; é uma barreira imposta pela exclusão do Estado e uma estratégia imposta pelas circunstâncias.

O peso da invisibilidade

Para essas almas deslocadas, a invisibilidade começa no momento em que chegam a esses assentamentos informais em Abuja. Embora possuam direitos formais como cidadãos, a sua presença e situação precária não são formalmente reconhecidas. Isso tem representado um obstáculo significativo para a obtenção de identificação, como o Número de Identidade Nacional (NIN), abertura de contas bancárias ou acesso a empregos formais e serviços públicos. «Somos invisíveis aqui», disse-me uma mulher, e ela está longe de ser a única. Este sentimento não é apenas emocional, afeta tudo. Os antigos agricultores não podem aceder ou cultivar áreas urbanas, pois a transição das economias agrárias rurais para o ambiente urbano em que se encontram torna muitas competências intransferíveis. Os comerciantes não podem registar empresas, os artesãos não conseguem obter licenças. Aqueles que recorrem ao negócio de moto-táxi, um meio de subsistência crucial para os jovens, são frequentemente assediados e extorquidos pelas au-

toridades locais por não possuírem a documentação relevante. Isto significa que, sem identificação formal, qualificações ou capital, estes deslocados internos estão restritos aos segmentos mais precários do mercado de trabalho informal.

Da mesma forma, muitas crianças enfrentam interrupções na sua escolaridade, o que é ainda mais agravado pelo facto de a maioria das escolas informais baseadas em assentamentos serem improvisadas, apenas ao nível do ensino básico, com voluntários deslocados internos sem qualificações

>



ou com qualificações insuficientes. No que diz respeito à saúde, os deslocados internos são privados do acesso aos hospitais públicos devido à sua incapacidade de pagar certas taxas modestas. Esta situação obriga muitos a depender de clínicas mal equipadas nos campos ou a recorrer a cuidados próprios e práticas tradicionais precárias, o que tem levado a complicações e até mesmo a mortes em casos de saúde materna.

O fardo desproporcional sobre as mulheres

O desafio é ainda mais assustador para as mulheres nessas condições. Com os homens frequentemente subempregados ou ausentes, as mulheres tornaram-se as provedoras de facto em famílias que normalmente têm seis ou mais membros. Isso coloca uma enorme pressão doméstica e económica sobre elas. Elas têm de equilibrar os cuidados com os filhos, o trabalho doméstico, as dívidas e a incerteza

de rendimentos, assumindo frequentemente responsabilidades que os homens tradicionalmente assumiam antes da deslocação.

A mudança resultou na pauperização, já que muitas mulheres que antes eram consideradas «prósperas» nas suas comunidades rurais agora se encontram a viver em extrema pobreza, segundo relataram essas mulheres. Além das dificuldades económicas, as mulheres também lidam com o aumento de problemas de saúde e psicológicos decorrentes do trauma da insurgência e do stress com os seus novos papéis. Muitas relatam sintomas de depressão, ansiedade e luto, que muitas vezes são agravados pelo aumento das tensões domésticas e pela violência por parte dos parceiros íntimos, à medida que os papéis tradicionais de género são perturbados. Embora o trabalho informal as deixe vulneráveis à exploração, continua a ser a sua única opção.

Mulheres a construir economias a partir de baixo

Nesses assentamentos informais, os esforços das mulheres sustentam a economia. Elas dedicam-se

a várias atividades de subsistência, desde fritar *akara* (bolinho de feijão), tecer chapéus tradicionais e vender legumes até administrar barracas de comida à beira da estrada. Além do esforço individual, existe a criatividade coletiva. As mulheres formam esquemas de poupança rotativa, conhecidos localmente como “*esusu*”, nos quais juntam semanalmente os seus escassos recursos financeiros para apoiar os seus diversos pequenos empreendimentos individuais. Estas micro-redes substituem os bancos e a assistência social que as exclui. Através desta cooperação, a sobrevivência transforma-se em inovação social. Estas redes não só fornecem crédito, mas também apoiam na mitigação dos impactos do deslocamento, construindo solidariedade comunitária e colmatando as divisões étnicas e linguísticas entre as pessoas deslocadas. Dentro destas instituições informais, as mulheres assumiram papéis tanto como financiadoras como decisoras das suas microeconomias.

O mercado que reescreveu as regras

Um exemplo notável de empreendedorismo informal está localizado a aproximadamente 25 quilómetros de Abuja, no estado de Nasarawa. Aqui, pessoas deslocadas do nordeste do país, algumas das quais residiam anteriormente nos assentamentos informais de New Kuchingoro e Durumi Area 1, reuniram recursos para alugar terras agrícolas e, por fim, compraram um terreno onde estabeleceram um mercado de feijão. O mercado de feijão dos agricultores deslocados internos de Auta-Balefi, que começou como um meio de sobrevivência, transformou-se agora num próspero centro agrícola.

O mercado, criado e gerido inteiramente por pessoas deslocadas internamente, funciona sem apoio governamental formal, mas prospera. Todas as semanas, milhares de sacos de feijão e outros produtos agrícolas são comercializados, proporcionando rendimentos a inúmeras famílias deslocadas e oportunidades de emprego aos membros da comunidade de acolhimento. O



DREAMSTIME.COM

mercado inverte o que a maioria das pessoas pensa sobre as pessoas deslocadas. Não são apenas pessoas ociosas à espera de ajuda humanitária, mas agentes ativos capazes de gerir processos económicos complexos com vista à obtenção de meios de subsistência sustentáveis e a um desenvolvimento socioeconómico mais amplo.

Neste contexto, a informalidade funciona como um mecanismo transformador, convertendo o capital social (laços e pontes) — o elemento aglutinador dessas economias informais — em poder económico.

Ao alavancar os seus conhecimentos agrícolas, redes e esforços coletivos, esses deslocados internos construíram uma economia de mercado funcional além das fronteiras do reconhecimento estatal e dos seus assentamentos informais.

Repensando a informalidade

A informalidade neste contexto não pode ser vista como negativa ou indicativa de fracasso, mas sim como uma demonstração de adaptação, expressão criativa de produção e reprodução social. Ela preenche o vazio deixado pela ausência de

instituições e pela burocracia inflexível. No entanto, essa expressão de resiliência não deve ser equiparada à autossuficiência. A engenhosidade e a capacidade de inovação dos deslocados da Nigéria não devem isentar o Estado de suas obrigações; pelo contrário, elas destacam a sua negligência.

Para uma transição eficaz da mera sobrevivência para a sustentabilidade, as políticas devem envolver-se com estes sistemas informais e não suprimi-los.

- É necessário que o governo em Abuja reconheça formalmente a existência desses sistemas para permitir que as organizações humanitárias prestem um apoio mais estruturado.

- O acesso a documentos de identificação também deve ser priorizado, pois é fundamental para a inclusão na economia formal.

- O acesso ao microfinanciamento, à segurança e às infraestruturas básicas para permitir esta transformação de uma situação frágil para meios de subsistência sustentáveis são mudanças políticas importantes.

- O apoio integrado às mulheres na área de cuidados infantis dentro desses assentamentos informais poderia libertar mais tempo para que elas se envolvessem mais plenamente em atividades económicas e de liderança.

Vidas em movimento

Nestes assentamentos informais de deslocados internos, a informalidade não significa a ausência de ordem, mas incorpora a presença de potenciais. Cada ato de comércio, poupança ou cooperação representa um ato silencioso de desafio contra o apagamento que o deslocamento impõe. Estas economias quotidianas exigem mais do que admiração; exigem políticas que vejam, apoiem e protejam as pessoas que as criam. Apoiar empresas geridas por deslocados internos, como o mercado de feijão Auta-Balefi, não só fortaleceria as comunidades deslocadas, como também contribuiria para o impulso da Nigéria para uma maior inclusão económica da sua população.

Escaparate

Manual de Direitos Humanos



Mosaiko et al
Mosaiko ed.,
Luanda, 2025

LIVIA APA

Depois ter publicado em 1999 o *Guia de Formação dos Direitos Humanos*, a ONG Mosaiko, que desempenha há quase três décadas um trabalho pioneiro na promoção dos direitos humanos em Angola, editou o *Manual dos Direitos Humanos*. Trata-se de uma obra extensa, organizada em seis partes que abordam 6 macrotemas ligados aos direitos humanos, por sua vez articulados em 63 lições preparadas por 53 autores provenientes de vários países de língua portuguesa. A primeira parte do manual aborda a história dos Direitos Humanos partindo

da Antiguidade e da Bíblia, focando-se na colonização e a escravatura, e localizando, no fim, a temática no contexto angolano, com uma reflexão sobre o *ubuntu* e o *njango*, encarados como boas práticas tradicionais. Segue uma segunda parte mais específica que aborda o tema do ponto de vista histórico e jurídico, abrindo para os direitos económicos, sociais e culturais. Uma terceira secção pretende ver como os Direitos Humanos entram no quotidiano das nossas vidas em vários artigos que abordam questões como a da infância, da religião, da democracia, entre outras.

Uma quarta parte abre a reflexão para o continente africano, repensando também o tema do desenvolvimento.

Uma quinta parte explora as implicações políticas da aplicação dos Direitos Humanos, abordando questões como a exploração dos recursos naturais, o conflito entre direito costumeiro e direitos da mulher ou os direitos culturais e linguísticos. A última secção, que é também a mais rica em contributos, questiona o futuro e os desafios dos Direitos Humanos, encarando questões como o racismo sistémico, o problema da corrupção, a mobilidade humana, a ascensão global da extrema-direita, a justiça climática, as manipulações genéticas e o activismo.

DESAFIOS – Observatório da Mulher na Guiné-Bissau



Nelvina Barreto, Armando Correia e Claudina Viegas
(autores)
Carlos Sangreman (coord.
científica)
Edição ACEP,
2025

ANA FILIPA OLIVEIRA

O primeiro estudo conduzido pelo recém criado Observatório da Mulher na Guiné-Bissau, promovido pela Associação para a Cooperação Entre os Povos, juntamente com a Liga Guineense dos Direitos Humanos, a MIGUILAN – Mindjeris di Guiné Nô Lanta e a Associação das Mulheres Profissionais da Comunicação Social, com apoio do Camões, I.P., traça um perfil aprofundado da situação das mulheres no país, com base em informação recolhida em todas as regiões, e em inquéritos

realizados a cerca de 400 mulheres de diferentes idades, escolaridades e etnias. O resultado é um retrato abrangente em áreas como a educação, a saúde, a economia e trabalho, passando ainda pela justiça e segurança, a participação política e cívica e as questões relacionadas com o bem-estar.

No que diz respeito à dimensão da economia e trabalho, o relatório revela-nos, por exemplo, que a maior parte das mulheres da amostra atua no setor informal, principalmente como vendedoras (atividade prevalente em todas as regiões), enfrentando situações de discriminação de género, bem como desafios no acesso ao crédito formal e na valorização do seu trabalho. Denota-se ainda uma forte dependência de redes familiares e comunitárias, nomeadamente a participação em associações de “abota”. Como recomendações para esta área, os autores e autoras do estudo propõem a criação de linhas de microcrédito específicas para mulheres e o fortalecimento de cooperativas femininas, bem como a aposta na formação em gestão de pequenos negócios e empreendedorismo. A nível político, a recomendação passa pela integração das trabalhadoras informais nas políticas económicas nacionais.

Conselho Editorial

ALEXANDRE ABREU

Economista, licenciado e mestre pelo ISEG (ULisboa) e doutorado pela SOAS (U. Londres). É professor no ISEG, faz parte da coordenação do Doutoramento em Estudos de Desenvolvimento e integra a direção do CEsa - Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento. Foi ODI Fellow em Timor-Leste (2013-15), assessor do Ministério das Finanças de Timor-Leste (2015-16) e consultor do Secretariado do g7+ (2016-18).

ANA FILIPA OLIVEIRA

Trabalha na ACEP, desde 2009, onde desenvolve projectos na área da comunicação, advocacia e direitos humanos. É responsável pela elaboração dos recentes relatórios *AidWatch*, em Portugal. Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa, é licenciada em Jornalismo pela Universidade de Coimbra.

CARLOS SANGREMAN

Licenciado em Economia no ISEG e doutorado em Estudos Africanos no ISCTE. Professor aposentado na Universidade de Aveiro e investigador e dirigente do CEsa – Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina. Tem desenvolvido consultoria internacional nos PALOP e Timor-Leste. Foi assessor para a cooperação do MTSSS (1998/03). É autor de artigos e livros sobre as temáticas do desenvolvimento.

FÁTIMA PROENÇA

Directora da ACEP, intervéem desde a década de 80 na cooperação não governamental para o desenvolvimento, em particular com organizações dos países de língua oficial portuguesa. Tem dinamizado processos de investigação/acção em África e de advocacia na sociedade portuguesa, em colaboração com pessoas e organizações da sociedade civil europeias e africanas.

LIVIA APA

Nasceu em Nápoles. É investigadora, com trabalho na área dos estudos culturais dos países de língua oficial portuguesa. É também tradutora, tendo publicado em italiano, entre outros, Mia Couto, Ondjaki, Ruy Duarte de Carvalho, Mário Cesariny, Ana Luísa Amaral, Ana Paula Tavares. Faz parte da direcção do Archivio Memorie Migranti de Roma. Colabora com a revista *Gli Asini* de Roma.

Conselho Consultivo

ALAIN CORBEL

Nasceu na Bretanha, onde foi trabalhador agrícola por algum tempo. Escreveu e ilustrou dezenas de livros, principalmente em França e Portugal. Colabora regularmente com a ACEP, bem como outras ONG africanas para as quais organiza oficinas de Ilustração. É professor de Ilustração no *Maryland Institute of Art College* em Baltimore (EUA). alaincorbel-cos.blogspot.com / noticiasdoquelele.blogspot.com

ANTÓNIO TOMÁS

Doutorado em Antropologia pela *Columbia University*. É coordenador do programa de Mestrado em Urbanismo do Sul do *African Centre for Cities University of Cape Town*. É ainda colunista no *Público*.

CONCEIÇÃO LIMA

Nasceu em 1961 em Santana, São Tomé e Príncipe. É jornalista e poetisa. A trabalhar presentemente na TVS, foi jornalista e produtora dos Serviços de Língua Portuguesa da BBC, em Londres. É licenciada em Estudos Africanos, Portugueses

e Brasileiros pelo *King's College* de Londres e possui o grau de mestre em Estudos Africanos, pela *School of Oriental and African Studies*, de Londres. Pela Editorial Caminho, publicou *O Útero da Casa* (2004), *A Dolorosa Raiz do Micondó*, (2006) e *O País de Akendenguê* (2011).

CARMELIZA ROSÁRIO

Investigadora, com especialização no domínio da pobreza e desenvolvimento social em Moçambique. Tem conduzido pesquisa em diversos sectores sociais, incluindo saúde, educação, bem como impacto da infraestrutura no bem-estar social. A sua pesquisa presta particular atenção à representação e ao desenvolvimento económico e social, e direitos de grupos vulneráveis, incluindo mulheres, pessoas com deficiência e idosos.

GERALDO MARTINS

Foi Ministro da Educação (2001/03) e da Economia e Finanças (2014/16) da Guiné-Bissau, e quadro do Banco mundial. Autor e coautor de estudos sobre ajustamento estrutural, sectores sociais,

educação, demografia, é licenciado em química-física (Univ. Moldávia) e em Direito (Univ. Direito de Bissau), e mestre em Gestão e Políticas Públicas pela Universidade de Londres, com pós-graduação em Economia pela mesma instituição.

LEÃO LOPES

Artista plástico e docente caboverdiano. Fundador do M_EIA, Instituto Universitário de Arte, Tecnologia e Cultura, é doutorado em Letras pela Universidade de Rennes II, França. Tem participado na promoção do ensino artístico em Cabo Verde, como autor de programas e planos curriculares do ensino secundário e superior. A sua actividade estende-se à concepção e coordenação de programas de desenvolvimento de comunidades rurais, como membro e Presidente da ONG Atelier Mar.

MARIA ELEONORA RABÉLLO

Licenciada em Filosofia pela Universidade Católica de Salvador (Brasil). Foi assessora de movimentos sociais de base pelo Centro de

Estudos e Ação Social. Em 1994, é convidada a fundar o CRIA – Centro de Referência Integral de Adolescentes, actuando como educadora e gestora de projectos pela protecção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Nos três últimos anos no CRIA, coordena o Projecto *Corra pro Abraço*, proposta de atenção e promoção de direitos das populações em situação de rua.

LIVIA APA

Nasceu em Nápoles. É investigadora, com trabalho na área dos estudos culturais dos países de língua oficial portuguesa. É também tradutora, tendo publicado em italiano, entre outros, Mia Couto, Ondjaki, Ruy Duarte de Carvalho, Mário Cesariny, Ana Luísa Amaral, Ana Paula Tavares. Faz parte da direcção do *Archivio Memorie Migranti* de Roma. Colabora com a revista *Gli Asini* de Roma.

MARIA MANUEL MOTA

Cientista portuguesa, doutorou-se na *University College* de Londres (1998) e fez pós-doutoramento na *New York University Medical Center* (2001), onde também leccionou.

Desenvolve estudos sobre a malária no Instituto Gulbenkian de Ciência. Em 2004, ficou entre os 25 jovens cientistas galardoados com *European Young Investigator Award* e, em 2013, foi laureada com o Prémio Pessoa.

MARINA COSTA LOBO

É investigadora do Instituto de Ciências Sociais (ICS/ULisboa), onde desenvolve trabalhos na área das instituições e comportamentos políticos dos portugueses em perspectiva comparada. É coordenadora do Observatório da Qualidade da Democracia no ICS e Presidente da Comissão de Estudos Pós-Graduados.

MÁRIO SILVA

É sociólogo, professor e pesquisador do departamento de sociologia do IFCH-UNICAMP. Autor do livro *A descoberta do insólito: literatura negra e literatura marginal no Brasil* (1960-2000), publicado pela Aeroplano Editora, em 2013. Ganhou o Prémio do Centro de Estudos Sociais da Universidade Coimbra, para Jovens Cientistas Sociais em Língua Portuguesa.

MÓNICA COSTA

Professora e investigadora na *University of South Australia* (Uni-SA), tem trabalhado as questões de género e os orçamentos sensíveis ao género, incluindo trabalho de terreno na Indonésia e Timor-Leste.

JOÃO SIMÃO

Doutorado em Gestão e docente na Universidade Aberta, onde lecciona e orienta teses nas áreas do desenvolvimento sustentável (políticas e ideologias), ética e responsabilidade social empresarial, pensamento crítico em gestão e desenvolvimento turístico sustentável, que são as suas áreas de interesse académico. É ainda membro do CAPP- Centro de Administração e Políticas Públicas.

PAULA BARROS

Licenciada em Relações Internacionais, trabalha no âmbito da Cooperação para o Desenvolvimento há cerca de 20 anos e tem experiência nas áreas da elaboração, coordenação e execução de programas e projectos, planeamento e programação, representação e ne-

gociações internacionais no quadro da União Europeia, Nações Unidas, OCDE, CPLP e Ibero-Americana. Possui formações na área da gestão do ciclo do projecto, de gestão pública e de inovação nos serviços públicos.

RICARDO SOARES DE OLIVEIRA

É Professor Associado de Ciências Políticas na Universidade de Oxford e autor de *Oil and Politics in the Gulf of Guinea* (2007) e *Magnificent and Beggar Land: Angola Since the Civil War* (2015).

RUI MIGUEL SANTOS

Vice-Presidente da CESO, *Visiting Professor* na *Maastricht School of Management* e Colégio da Europa, formador do Conselho da Europa em matérias ligadas à gestão de projectos de promoção dos Direitos Humanos, autor do livro “Gestão do Ciclo de Projectos de Desenvolvimento” e co-autor do “Manual de Procurement Internacional”, trabalha em cooperação para o desenvolvimento há mais de 25 anos, de África à Europa Central e de Leste, passando pela América Latina e Caraíbas.

SOFIA SANTOS

É Secretária Geral do *Business Council for Sustainable Development* (BCSD) Portugal. Foi directora executiva do *Sustainability Knowledge Lab* do INDEG-ISCTE e fundou duas consultoras - a *Sustentare* e a *SystemicSphere*. É autora de *A Banca em Portugal e a Economia Verde* (2012), *A Banca tem Coração? As novas práticas de gestão necessárias para os bancos do futuro* (2015) e *Introdução à Economia Verde* (2016).

Curadoria de BD

PEDRO MOURA

É crítico, argumentista e investigador de banda desenhada. O seu livro *Visualising Small Traumas. Contemporary Portuguese Comics at the Intersection of Everyday Trauma* foi publicado este ano pela Leuven University Press. É co-fundador da Tinta nos Nervos e é um terço dos Três Graus de Carequice.

Criação Gráfica

ANA GRAVE

Porto e Gaia, cidades de infância. Estas, Aveiro, Genebra e Barcelona, cidades escola. Portugal, agora, casa-design (gráfico, o preferido). www.anagrave.com

Ficha técnica

Conselho Editorial

Alexandre Abreu
Ana Filipa Oliveira
Carlos Sangreman
Fátima Proença
Livia Apa

Conselho Consultivo

Alain Corbel
António Tomás
Conceição Lima
Carmeliza Rosário
Geraldo Martins
Leão Lopes
Maria Eleonora Rabêllo
Livia Apa
Maria Manuel Mota
Marina Costa Lobo
Mário Silva
Mónica Costa
João Simão
Paula Barros
Ricardo Soares de Oliveira
Rui Miguel Santos
Sofia Santos

Foto da capa

Brecht De Vleeschauwer
<https://www.brechtdevleeschauwer.com>

Concepção gráfica

Ana Grave

Paginação

Mariana Areosa

Impressão e acabamentos

Guide Artes Gráficas

Periodicidade

Revista Semestral

ISSN

2184-1926

Promotores

ACEP - Associação para a Cooperação Entre os Povos
CEsA - Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento

Apoios

Esta publicação é financiada por fundos nacionais através do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua e da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto estratégico UID/06522/2025

Disclaimer

O conteúdo desta publicação é da responsabilidade exclusiva dos promotores e autores e em nenhum caso pode considerar-se como reflectindo o ponto de vista dos financiadores.

Numa era de múltiplos desafios, da escala local à escala global, “Mundo Crítico – Revista de desenvolvimento e cooperação” quer responder à necessidade de debate entre actores sociais públicos e privados, de maior ou menor dimensão, de âmbito geográfico ou temático, com um empenhamento crítico, persistente e dialogante. Procura suscitar diálogos improváveis entre texto e imagem, entre arte e ciência, entre académicos, artistas, técnicos, entre pessoas que falam português em diferentes espaços geográficos ou culturais. O debate pretende-se abrangente, com especial enfoque nas transformações sociais, económicas ou políticas em curso no mundo de que fazemos parte.

A linha de orientação deste espaço tem por base uma visão do desenvolvimento como acção social multidisciplinar e de complementaridade entre diversos intervenientes, individuais e colectivos. Considera que a cooperação entre povos é um dos pilares sobre o qual se pode construir uma visão comum dos direitos humanos, do bem estar e do progresso da humanidade, hoje e de futuras gerações.

Uma revista de pensamento crítico para reflectir e agir.

uma iniciativa

acep

ceia CENTRO DE ESTUDOS SOBRE
AFRICA E DESENVOLVIMENTO
IGG - UNIVERSIDADE DE LISBOA

apoio

CAMÕES
INSTITUTO
DA COOPERAÇÃO
E DA LINGUA
PORTUGAL
INSTITUTO PARA A AFRICA E O DESENVOLVIMENTO

FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia